

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**ETNOECOLOGIA DO CIPÓ-TITICA [*Heteropsis flexuosa* (H.B.K)
G.S. Bunting] E SUA RELAÇÃO COM OS SISTEMAS PRODUTIVOS
DO AMAPÁ**

Luciano Araujo Pereira

Florianópolis, maio de 2004.

LUCIANO ARAUJO PEREIRA

Biólogo

**ETNOECOLOGIA DO CIPÓ-TITICA [*Heteropsis flexuosa* (H.B.K)
G.S. Bunting] E SUA RELAÇÃO COM OS SISTEMAS PRODUTIVOS
DO AMAPÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em
Agroecossistemas, Curso de Pós-graduação em
Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias,
Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^a . Dr^a . Ana Rita Rodrigues Vieira
Co-orientadora: Prof^a . Dr^a Maria José Reis

FLORIANÓPOLIS
2004

PEREIRA, Luciano Araujo

Étnoecologia do cipó-titica [*Heteropsis flexuosa* (H.B.K) G.S. Bunting] e sua relação com os sistemas produtivos do Amapá. – Florianópolis, 2004.

111f.

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

1. Étnoecologia. 2. Cipó-titica. 3. Conhecimento tradicional 4. Agroextratores. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANO ARAUJO PEREIRA

ETNOECOLOGIA DO CIPÓ-TITICA [*Heteropsis flexuosa* (H.B.K) G.S. Bunting] E SUA RELAÇÃO COM OS SISTEMAS PRODUTIVOS DO AMAPÁ

Dissertação aprovada em 28/04/2004, como um dos requisitos para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a Dr^a Ana Rita Rodrigues Vieira
Orientadora

Prof^a Dr^a Maria José Reis
Co-orientadora

Prof. Dr. Paul Richard Momsen Miller
Presidente (CCA-UFSC)

Prof. MSc. Mario Luiz Vincenzi
Membro (CCA-UFSC)

Prof^a Dr^a Natália Hanazaki
Membro (CCB-UFSC)

Prof. Dr. Antônio Augusto Alves Pereira
Membro (CCA-UFSC)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Coordenador PGA

Florianópolis, 28 de abril de 2004.

Ao meu filho Caiky pela ajuda nas citações e companhia na reta final da dissertação.
À professora Ana Rita Rodrigues Vieira pela demonstração de companheirismo, dedicação ao trabalho,
profissionalismo e a vontade de vencer todos os obstáculos que a vida traz...
À professora Maria José Reis que, além de ter sido muito importante no processo final desse trabalho, ensinou-
me o caminho da etnoecologia e da pesquisa qualitativa.

*Quando chove no sertão,
o sol deita e a água rola,
o sapo vomita espuma,
onde um boi pisa se atola
e a fatura esconde o saco
que a fome pedia esmola.*

Cordel do Fogo Encantado (João Paraibano)

*Por muito louco que seja
Não és menos maravilhoso
Que os outro, que os outros.
Assim me falam os pássaros,
assim não me falam os outros*

Geraldo Azevedo

AGRADECIMENTOS

À natureza por ter sido generosa comigo em me fazer ser humano.

Ao meu pai Francisco Araujo Pereira (*in memória*) e minha mãe Francisca Maria de Araújo por ter me gerado, educado e criado.

À Socorro Barreto de Carvalho por ter sido uma grande mãe para o nosso filho, parabéns!

Aos meus irmãos Laudenir, Levi, Lindermano, Jurandir e todos os sobrinhos.

À minhas irmãs Leila e filhos, Levina e Solane pelo carinho.

Ao grande amigo e companheiro de trabalho Juaci Pantoja dos Reis, sinceramente, sem ele muita coisa não teria saído.

Ao amigo Júlio Bitencourt pela contribuição nas transcrições, pela amizade e pelo carinho.

À amiga Maristela Marques pelo carinho.

Àos amigos Fabiana Massoca Scarda e Sérgio Rocha pela certeza de poder sempre contar com eles.

À família Beltram: Solange, Batista, Carol e Camila pela amizade, carinho e atenção.

Aos meus amigos de trabalho Cida, Marco, Luis Takiana, Odete Silveira, Márcio, Fabiano Cesarino, Salú Neto, Márlia Coelho, Marcelo Carim, Renilda e Negão, obrigado por tudo.

Aos técnicos do IEPA que muito contribuíram para o sucesso da pesquisa: Flexa, Reinaldo, Louro, Telma, Socorro Flexa, Maria, Sabá, Eunice e Reinaldo, obrigado por tudo.

Ao amigo Jonas Cardoso pela ajuda na pesquisa de campo e a disponibilidade em contribuir.

Ao amigo de trabalho Antônio Cláudio Carvalho pelo incentivo a mais esta etapa.

Aos motoristas do IEPA Chalton, Ribamar, Edson, Pirarara pela contribuição.

À Carmozene e Teca pela amizade e solidariedade nas horas difíceis.

Ao amigo Romilson que é mais que um irmão neste processo de mudanças e andanças para Santa Catarina.

Ao Dr. Admilson Torres pela viabilização da pesquisa.

À coordenação do curso de Mestrado em Agroecossistemas pelo apoio.

Aos professores do curso pela atenção, em especial ao professor Sandro Luis Schlindwein e Rick Miller que foi importante para meu crescimento no processo de investigação numa abordagem etnoecológica.

Aos agroextratores de cipós do Amapá (não citarei nomes para não ser injusto com nenhum deles), a razão dessa pesquisa.

Aos funcionários da Secretaria do PGA (Marlene, Irineu e Janete)

À Carolina Sena, pelo carinho e amizade.

Aos colegas de mestrado da turma 2001: Gunthe (RGV), Ana Paula Carvalheiro, Carmem Helena, Alexandre Giel, Cláudio e Regina Barbosa, turma 2002: Luciana Fogaça e Andréa Schimidt (RGV), Natasha, Leandro (Alemão), Arthur, Ramona, Brigitte, Gaia, Sérgio Freitas, Júlio, Elder, Ellen, Ivar, Juliano, turma 2003: Aline, João, Sílvio, Pe. Círio (Rato), Ana Paula, Marilac, Laci, Inês, turma 2004: Charles, Paola, Marta, Fabiana, Maurício, enfim, todos.

Aos companheiros (as) Cadú, Lia, Cláudia Pomar, Leonardo Luis, Angelitas, Vanderlita, Luana, Mari, Luciani, Marlei, Carlota, Daniel, Romário, Regina Maura, Andréa Leonora, Karina, Gládis e Leo.

À Adriana Canan pela a ajuda nas correções. Muito Obrigado.

Às amigas argentinas Graciela, Maria Pilar e Luciana Baigorria pela ajuda no cotidiano.

Aos amigos Diogo Feistauer e Eveli Feistauer e Melisa Vargas pela ajuda no copidesque.

Ao companheiro Fábio Campos pela ajuda e atenção na reta final.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	vii
LISTA DE SIGLAS	ix
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE ANEXOS	xiv
RESUMO	xv
RESUMEN	xvi
ABSTRACT	xvii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	6
A problemática e os caminhos da investigação.	6
1. A motivação pelo tema.	6
2. O uso da etnoecologia como ferramenta para a investigação	9
3. Desenvolvimento sustentável ou “envolvimento sustentável” para o manejo de cipós no Amapá?	15
4. Os caminhos percorridos na pesquisa de campo.	20
CAPÍTULO II	25
Caracterização geográfica da região e das áreas em estudo.	25
1. A Amazônia brasileira e a sua fisiografia.	25
CAPÍTULO III	36
Do extrativismo na Amazônia à exploração do cipó-titica.	36
1. O extrativismo na Amazônia.	36
2. O cipó-titica e o extrativismo empregado	41
3. A descrição botânica da planta do cipó-titica	42
4. A lei de manejo de cipós do Amapá	45
CAPÍTULO IV	49
Os agroextratores e os extratores do cipó-titica: condições socioeconômicas, saberes e práticas	49
1. O perfil socioeconômico dos extratores	49
2. O manejo do cipó-titica efetuado pelos extratores	52
3. O perfil socioeconômico dos agroextratores	54
Mulheres	57
4. O processo de extração de cipó-titica efetuado pelos agroextratores da região em estudo e a transferência de tecnologia	66

5. O saber popular no manejo tradicional de cipós _____	72
<i>CAPÍTULO V</i> _____	77
Representações sobre o presente e perspectivas para o futuro _____	77
1. Nível de satisfação com a atual condição de vida dos agroextratores _____	77
2. As perspectivas para o futuro como produtor rural e como agroextrator _____	78
3. A produção de artesanato como estratégia de viabilização de trabalho e renda para a região na visão dos agroextratores _____	79
4. A produção de artesanato como renda na visão dos extratores _____	83
5. Expectativas de técnicos e gestores ambientais em relação às políticas públicas _____	84
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> _____	87
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> _____	95
<i>ANEXOS</i> _____	105

LISTA DE SIGLAS

CARB – Comissão de Acesso aos Recursos da Biodiversidade

CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COEMA – Conselho Estadual do meio Ambiente

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Diâmetro à Altura do Peito

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESALQ/USP – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo

HAMAB – Herbário Amapaense

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPA – Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDSA – Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PNMA – Plano Nacional de Meio Ambiente

PPG7 – Programa Brasileiro de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil

PROBEM – Programa Brasileiro de Biologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia

PT – Partido dos Trabalhadores

RESEXs – Reservas Extrativistas

RURAP – Empresa de Extensão Rural do Estado do Amapá

SEED – Secretaria de Estado da Educação

SEAF – Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Abastecimento

SEICOM – Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá

SETEC – Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia

SPP – Sem espécie definida

UnB – Universidade de Brasília.

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal do Amapá – 2000 e 2001.....	32
TABELA 02 - Quantidade dos produtos da extração vegetal e da silvicultura, segundo os principais produtos no Brasil – 2000 e 2001.....	32
TABELA 03 - Área plantada, área colhida, produção obtida, rendimento médio obtido das culturas agrícolas permanentes e temporais no Amapá – 2001.....	32
TABELA 04 - Reservas Extrativistas (RESEXs) criadas na Amazônia, áreas de abrangências e famílias beneficiadas até 1991.....	40
TABELA 05 - Origem dos extratores de cipós da região em estudo.....	51
TABELA 06 - Distribuição etária por sexo dos extratores.....	51
TABELA 07 - Responsáveis pela transferência de tecnologia entre os extratores.....	53
TABELA 08 – Origem familiar dos agroextratores de cipós da região em estudo.....	57
TABELA 09 – Número de pessoas integrantes das famílias entrevistadas.....	57
TABELA 10 – Distribuição etária por sexo dos agroextratores.....	57
TABELA 11 – Distribuição das atividades ao longo do ano nas unidades produtivas dos agroextratores da região em estudo.....	58
TABELA 12 – Responsáveis pelas atividades praticadas nas unidades produtivas.....	59
TABELA 13 – Principais cultivos das propriedades dos agroextratores.....	59
TABELA 14 - Principais produtos vegetais de produção familiar própria consumidos nas unidades produtivas.....	60
TABELA 15 – Destino da produção agrícola.....	62

TABELA 16 – Principais problemas na produção e comercialização dos produtos.....	62
TABELA 17 – Herança cultural da forma de produzir dos agroextratores.....	63
TABELA 18 – Motivos da profissão atual dos agroextratores.....	78
TABELA 19 – Perspectivas da atividade de coleta de cipós para os agroextratores pesquisados.....	83

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Seminário de manejo de cipó-titica realizado no município de Serra do Navio/AP.....	08
FIGURA 02 – Móvel confeccionado de cipó-titica e similares.....	30
FIGURA 03 - Artesanatos confeccionados de cipó-titica e similares.....	30
FIGURA 04 - Mapa da unidade federativa do Brasil.....	33
FIGURA 05 - Região onde estão localizados os municípios envolvidos na pesquisa.....	34
FIGURA 06 – Planta de cipó-titica.....	43
FIGURA 07 - Entrevista com agroextratora tradicional de cipó-titica do Amapá.....	55
FIGURA 08 - Confeção de vassouras de cipó-titica.....	80
FIGURA 09 - Confeção de artesanato de cipó-titica e de outras fibras.....	80

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01 - Lei nº 0631 de 21 de novembro de 2001 que dispõe sobre procedimentos para extração, transporte e comercialização de espécies vegetais produtoras de fibra de cipó-titica e similares.....	106
ANEXO 02 - Roteiro das entrevistas com os agroextratores.....	108
ANEXO 03 - Formulário utilizado na pesquisa com extratores de cipós do Amapá.....	110

RESUMO

Luciano Araujo Pereira
Ana Rita Rodrigues Vieira
Maria José Reis

Estudar comunidades tradicionais e o conhecimento transmitido no dia-a-dia por produtores rurais é uma tarefa que requer muito cuidado e atenção. Estes conhecimentos constituem o *corpus* e a *práxis* dos produtores rurais, acumulando-se e transformando-se com o passar do tempo, em práticas que vão passando de pai para filho, definindo regras de manejo e demais práticas nas comunidades locais. O presente estudo analisa a relevância que o conhecimento tradicional possui nas práticas de extração de cipó-titica, no manejo realizado há pelo menos cem anos nessa região. A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas com agroextratores e extratores, localizados na Rodovia Perimetral Norte, entre os municípios de Porto Grande e Pedra Branca do Amapari (Amapá), bem como entrevistas com técnicos ligados à pesquisa de cipó-titica no Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do estado do Amapá. Foi possível observar que existe uma tecnologia de manejo tradicional do cipó-titica, que tem sido repassada e socializada entre agroextratores e extratores de cipós nos últimos anos. Nessa atividade foi possível notar, também, uma diferença do manejo praticado entre agroextratores e extratores, uma vez que os agroextratores, além de selecionarem os tipos de cipós que coletam, observam também a periodicidade e sazonalidade da extração, bem como a quantidade de cipós coletados por árvore, havendo, ainda, uma forma não só adequada de coletar, mas uma interação entre o extrator e o meio onde ele vive. Mesmo assim, por questões de sobrevivência, tanto agroextratores como extratores, muitas vezes, não seguem o manejo tradicional desrespeitando, especialmente, as épocas de coletas. Essas práticas quando tradicionais contribuem para a manutenção das espécies de cipó-titica na região, bem como contribuem para a manutenção da floresta em pé. Por último, diante dos dados coletados, sugere-se a necessidade de políticas públicas que direcionem de melhor forma o manejo adequado de cipó-titica na região. Além disso, faz-se necessária uma discussão sobre a totalidade do sistema produtivo dos agroextratores, visando a melhora das suas condições de vida de modo ambientalmente responsável.

RESUMEN

Estudiar comunidades tradicionales y el conocimiento transmitido cotidianamente por productores rurales es una tarea que requiere mucho cuidado y atención. Estos conocimientos que se manifiestan constituyen el *corpus* y la *práxis* de los productores rurales, acumulándose y transformándose a lo largo del tiempo, en prácticas que van pasando de padres a hijos, definiendo reglas y más prácticas en las comunidades locales. El presente estudio analiza la importancia que el conocimiento tradicional posee en las prácticas de extracción de cipotítica, en el manejo realizado hacen por lo menos cien años en esa región. La pesquisa fue realizada a partir de entrevistas semi-estructuradas con agroextractores y extractores, situados en la Rodovia Perimental Norte, entre los municipios de Porto Grande y Pedra Branca del Amapari (Amapá), bien como entrevistas con técnicos pesquisadores de cipotítica en el Instituto de Pesquisas Científicas y Tecnológicas del estado de Amapá. Fue posible observar que existe una tecnología de manejo tradicional del cipotítica, que ha sido repasada y socializada entre agroextractores y extractores de cipos en los últimos años. En esa actividad fue posible notar también, una diferencia del manejo practicado entre agroextractores y extractores, já que los agroextractores además de seleccionar los tipos de cipos que colectan, observan también periodicidad, bien como la cantidad de cipos colectados por cada árbol, habiendo una forma no solo adecuada de colectar, sino una interacción entre el extractor y el medio donde vive. A pesar de todo, por sobrevivencia, tanto los agroextractores como extractores, muchas veces no respetan el manejo tradicional no respetando, especialmente, las épocas de las colectas; ya que las prácticas quando tradicional contribuyen para la manutención de las especies de cipotítica en la región. Por último, a la luz de los datos obtenidos, se sugiere la necesidad de políticas públicas que oriente mejor el manejo adecuado de cipotítica en la región, además es necesario una discusión sobre el sistema productivo de los agroextractores, teniendo como objetivos mejorar sus condiciones de vida de uno modo ambientalmente responsable.

ABSTRACT

To study traditional communities and the knowledge daily transmitted by agricultural producers is a task that requires attention. This knowledge that came up is called *corpus* and *práxis* of the farmers, accumulating and changing themselves throughout time, in practical activities that go from father to son, defining management rules and other practices in the local communities. The present study analyzes the relevance that the traditional knowledge have in the practical extraction of liana-titica, in the management carried out through at least one hundred years in this region. The research was based on half-structuralized interviews with agroextratores and extractors, located in the Perimetral Norte road, between the cities of Porto Grande and Pedra Branca do Amaparí, at Amapá State, as well as interviews with technicians linked to the research of liana-titica in the Scientific and Technological Research Institute of the state of the Amapá. It was observed that there is a traditional management technology of the liana-titica, which has been transmitted and socialized through the agroextratores and extractors of liana-titica over the last years. On this activity it was also verified difference on the management of agroextratores and extractors. The agroextratores select the types of lianas-titicas that they collect, verify the regularity and seasonality of the extraction, as well as the amount of lianas collected by tree, having, still, one correct adequate form to collect, but an interaction between the extractor and the environment where he lives. Even though, by a matter of survival, extractors and agroextratores a lot of times do not follow the traditional management, and do not respect the periods of extraction. These practices, when traditional ones, contribute for the maintenance of the indigenous species of liana-titica in the region, in the same way that they contribute for the maintenance of the natural forest. Finally, the collected data suggest the necessity of new public policies directing, in the best way, the discussion and the diffusion of the correct management of liana-titica in the region. Moreover, it is also necessary discussions about the totality of the agroextratores productive system, in order to improve their life conditions in a more responsible way, in terms of environment.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma das regiões com a maior biodiversidade do planeta. No entanto, essa região tem sofrido um processo de intensa devastação de seu patrimônio genético e ambiental, causado principalmente pela falta de uma política ambiental eficaz e pelo aumento acelerado da ocupação de seu território.

A devastação desse patrimônio da humanidade, bem como a utilização dos seus recursos ambientais existentes, têm despertado muita preocupação na comunidade científica internacional, o que tem contribuído para fomentar o debate sobre a sua preservação, despertando em cientistas, agricultores, políticos e demais grupos existentes na região, a necessidade de redirecionamento das políticas públicas ligadas ao meio ambiente, bem como a política de sua ocupação territorial.

Muitos pesquisadores, conhecedores da problemática em que se encontra a exploração dos recursos florestais, defendem o planejamento de uso dos recursos na Amazônia (FEARNSIDE, 1997), buscando alternativas sustentáveis para essa região, pois quando se fala em devastação da Amazônia, não se pode querer escamotear os dados, assumindo apenas uma postura romântica de endeusamento dos pequenos produtores, afirmando que essa devastação ocorre apenas devido à ação das grandes empresas.

Frente a toda essa problemática ambiental existe também, nesse processo, um fator de extrema relevância que é o grau de conhecimento que as populações tradicionais da Amazônia desenvolveram no decorrer dos vários séculos em que habitam essa região, adaptando as suas atividades rurais (agricultura e extrativismo), a uma realidade ambiental local, em que o ato de plantar, colher ou manejar o solo nessa região representa um acúmulo de conhecimento passado de gerações em gerações.

A busca incessante da ciência sobre o grau de conhecimento desenvolvido pelos produtores rurais e as suas influências na produção local vem se ampliando a partir das experiências onde os grupos étnicos da região se abrem aos estudos e à forma com que os pesquisadores vêem, pensam, analisam e repassam essas experiências estudadas.

O grau de respeito e aprofundamento da visão dos produtores por parte dos pesquisadores é um elemento de suma importância para que as experiências dos produtores existentes sejam consideradas não só relevantes por esses pesquisadores, mas, possam contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações, ao serem repassadas para diferentes segmentos sociais para um possível avanço no processo de sustentabilidade dos recursos naturais. Isto porque o homem não é simplesmente um ser explorador da natureza, mas um agente capaz de respeitá-la e usá-la de forma sustentável e racional.

Vale aqui destacar, ainda, o papel que o extrativismo tem nesse processo de valorização dos recursos ambientais, apesar das controvérsias que o extrativismo pode ter gerado no curso de toda a sua existência na Amazônia brasileira, pois ainda representa a forma mais utilizada de exploração dos recursos florestais e de sobrevivência das populações da região.

Ao abordar o tema extrativismo constata-se, entretanto, correntes que tendem a criticar veementemente essas práticas, defendendo a economia de mercado como a única forma viável de sobrevivência na região Amazônica. É o caso de autores como HOMMA (1992) e AMIN (1997) que em artigos publicados sobre o extrativismo na Amazônia atribuem a essa prática a culpa pelo “atraso” em que se encontra a agricultura na região, defendendo inclusive de forma escamoteada, o avanço do desmatamento, com o intuito de transformar a região em um possível “celeiro” do país. Para tanto, incluem-se aí as monoculturas, principalmente a da soja, que tanto impacto têm causado nos locais onde tem ocorrido a substituição de espécies nativas, por esses tipos de culturas, como é o caso das regiões Centro-Oeste (em especial o bioma cerrado), Sudeste e Sul do Brasil.

A crítica às formas diferentes de práticas adotadas por outros grupos étnicos é um reforço à exclusão daqueles que possuem práticas distintas principalmente na agricultura, contribuindo assim para a existência de uma desqualificação de culturas entre os próprios agricultores, o que infelizmente tem sido uma idéia repassada, inclusive equivocadamente, por alguns técnicos. Essa diferença de práticas no processo produtivo, além de ser uma riqueza cultural da humanidade, é um objeto de estudo que requer uma profunda investigação, devendo ser repassada, sempre levando em consideração as diferenças ambientais existentes e como essas práticas serão adaptadas em outras realidades agrícolas.

No caso da Amazônia, em especial do Amapá, um dos produtos que hoje passa por um processo crítico de exploração é o cipó-titica [*Heteropsis flexuosa* (H.B.K.) G.S.Bunting], assim como outros cipós de igual valor comercial. Esse processo de exploração se agrava a cada dia, podendo levar os cipós ao risco de extinção, ameaçando não só a sustentabilidade das espécies, mas a sobrevivência de vários segmentos sociais envolvidos com a coleta de cipós na região (agroextratores, extratores, coletores, artesãos e outros).

A extração do cipó-titica é feita na floresta, sem qualquer controle oficial. Desconhece-se, quase que totalmente, a sua cadeia produtiva e a evasão de renda dele proveniente, além de haver pouco conhecimento dos órgãos ambientais sobre os possíveis impactos que a exploração desordenada pode causar ao ambiente florestal.

É importante reconhecer que este cipó tem sido retirado muitas vezes de forma predatória considerando as dificuldades financeiras dos agroextratores principalmente os trabalhadores contratados pelas grandes empresas de exportação de cipó-titica. O fato leva os órgãos de fiscalização ambiental a aplicar a lei de forma injusta e generalizada, não diferenciando agroextrativistas de extratores que retiram os cipós em grande escala.

Cabe aos órgãos públicos promover incentivos a uma extração sustentável, aqui entendida como manejo, que deve garantir tanto a regeneração da liana, como a renda do agroextrator e do extrator no sistema. Para tanto, é necessário detectar e valorizar a forma como os agroextratores tradicionais pensam e se posicionam enquanto sujeitos, a partir do saber popular, na construção de melhores relações entre homem/meio.

O intuito é de conhecer essa prática tradicional de manejo dos recursos florestais, através da forma de extração da liana e a dimensão atual das atividades de extração do cipó no conjunto das demais atividades econômicas.

Em linhas gerais, a presente pesquisa concentrou-se na obtenção de informações sobre a exploração do cipó-titica, analisando as práticas, representações¹ e o conhecimento tradicional de manejo realizado pelos agroextratores e extratores residentes às margens da Rodovia Perimetral Norte, no estado do Amapá.

¹ O termo aqui utilizado é adaptado de MINAYO (1998) que definiu como sendo uma percepção retida na lembrança ou do conteúdo do pensamento. Que nas Ciências Sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Para a autora, enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes de pensamento sobre o social.

Foram levantados os dados científicos sobre a planta, o conhecimento dos extratores e dos produtores rurais que praticam o extrativismo em suas propriedades, com vistas a dar subsídios às práticas de manejo sustentável para a extração desse cipó no estado do Amapá. É indispensável, contudo, deixar claro que essa pesquisa não tem a pretensão de elaborar nenhum plano de manejo para a espécie, mas pretende estudar a importância que essa liana possui na renda dos agroextratores e extratores, a forma como ela é extraída tradicionalmente na floresta e a relação existente entre os agroextratores² e o ecossistema estudado, que serão elementos importantes para ajudar a compreender o período adequado de extração do cipó a partir das percepções dos agroextratores e extratores.

Em outros termos, tornando esse manejo³ de acordo com o que define o Glossário de Ecologia da ACIESP (1987):

“A aplicação de programas de utilização dos ecossistemas, naturais ou artificiais, baseada em teorias ecológicas sólidas, de modo que mantenha, da melhor forma possível as comunidades vegetais como fontes úteis de produtos biológicos para o homem, e também como fontes de conhecimento científico e de lazer. A orientação de tais programas deve garantir que os valores intrínsecos das áreas naturais não fiquem alteradas, para o desfrute das gerações futuras. O manejo correto exige primeiro o conhecimento profundo do ecossistema para o qual ele é aplicado”.

Neste contexto, é importante considerar que o conhecimento popular inclui não só o que os agroextratores fazem, mas também a sua linguagem na íntegra, para a partir daí se ter conhecimento das técnicas de manejo por eles usadas. Uma experiência interessante neste sentido foi estudada por ALMEIDA (2001), que procurou conhecer o significado das ações dos agricultores, a partir do que falavam e pensavam, e a maneira como eles agiam, para se ter mais certeza destas práticas cotidianas. A isso, NAZAREA (1999) define como sendo uma construção, a partir de uma visão elaborada, a qual revela um modo de abordagem da relação entre os seres humanos e o ambiente natural, enfatizando o papel que a cognição tem na organização do comportamento dos atores envolvidos.

O primeiro capítulo dessa dissertação faz uma abordagem sobre a problemática e os caminhos da investigação, a partir da motivação pelo tema da pesquisa, abordando a importância da etnoecologia como a principal ferramenta na investigação proposta e a

² Apesar de nas comunidades locais todos os coletores serem chamados de “cipozeiros”, irei, no entanto, referir-me a todos os cipozeiros locais apenas como agroextratores, agroextratores familiares ou extratores de cipós.

metodologia utilizada no decorrer da pesquisa. Neste capítulo procura-se, também, discutir o conceito de desenvolvimento sustentável e a sua aplicabilidade no contexto agroextrativista e agrícola, procurando adaptá-lo a uma nova abordagem no manejo de cipós.

O segundo capítulo traça um panorama geral do contexto ambiental amazônico sobre a fisiografia geral da região, apresentando informações referentes ao clima, relevo, classificação dos solos da região e do Amapá, incluindo também uma rápida fisiografia dos municípios envolvidos na pesquisa de campo.

O terceiro capítulo aborda um histórico do extrativismo na Amazônia, pontuando algumas críticas a alguns paradigmas estabelecidos por vários pesquisadores sobre o fim do mesmo, enfocando algumas políticas que influenciaram no processo de extração dos cipós no estado do Amapá. Comenta também alguns aspectos da história da criação da lei de extração de cipós no Estado e traz um detalhamento sobre a descrição botânica da planta de cipó-titica utilizada no extrativismo local (chave analítica de identificação das principais espécies de cipó-titica, elaborado pela equipe de pesquisa sobre o manejo de cipó-titica na região).

No quarto capítulo é feita uma abordagem geral sobre o panorama socioeconômico e os saberes e práticas dos agroextratores e extratores do cipó-titica, traçando um perfil das famílias envolvidas na pesquisa. Faço também uma abordagem do processo de extração efetuado pelos agroextratores e extratores envolvidos na pesquisa, como realizam o manejo dos cipós, estudando o saber e a prática que é transmitida entre as gerações da região.

No quinto capítulo, finalmente, procurou-se verificar quais os significados e as perspectivas de ser produtor rural para os entrevistados, tendo a responsabilidade de conhecer seus sonhos para o futuro, as motivações que os mesmos possuem, o grau de contentamento com as atividades exercidas, que perspectivas possuem para seus filhos, netos e, principalmente, em relação às suas propriedades. Aborda, ainda, as expectativas que os técnicos e gestores ambientais possuem em relação às possíveis políticas públicas que viabilizem o manejo de cipó-titica, especialmente.

³ Procurando adaptar o texto do Glossário de Ecologia ao assunto em estudo, preferir excluir da conceituação tudo o que se refere a manejo de animais e solo, uma vez que não se faz necessário, por se tratar de uma pesquisa exclusivamente de manejo de cipós.

CAPÍTULO I

A problemática e os caminhos da investigação.

1. A motivação pelo tema.

A intenção de pesquisar as práticas efetuadas pelos extratores e agroextratores de cipós na região em estudo ocorreu, principalmente, como resultado do envolvimento da equipe de pesquisa do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Amapá (IEPA), do qual faço parte, na questão do manejo de cipó-titica. Essa equipe, preocupada com a extração desenfreada de cipós no Estado, iniciou o processo de levantamento das áreas de maior incidência de coleta e de maior índice de conflitos na liberação de coleta pelo órgão ambiental do Estado – Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) – e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

A SEMA já tinha assumido o papel, que a ela cabe, de agente policial de combate à coleta desenfreada e clandestina de cipós. Esse papel assumido pela SEMA, dava-se por três razões: primeiro, porque o Governo do Estado do Amapá se encontrava no seu segundo mandato (eleito pela primeira vez em 1994), tinha estabelecido como meta principal de seu governo um programa denominado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), programa esse que tinha como meta principal estabelecer uma política de sustentabilidade dos recursos naturais locais.

Um segundo aspecto refere-se às dificuldades que a atividade extrativa do cipó terminava causando às comunidades, seja pela fiscalização efetuada pela SEMA, seja pela tentativa do empresariado local de desobedecer à legislação em vigor e garantir a coleta de cipós a qualquer custo. Por último, a baixa produção de alimentos e dificuldades de comercializar nas propriedades locais forçavam os agroextratores a extraírem grande parte dos cipós em ritmo acelerado, provocando, assim, um trânsito muito grande de agroextratores com cipós para venda na região (Porto Grande, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, principalmente).

As dificuldades locais terminaram afetando a produção de artesanatos e a venda de cipós *in natura*, no Estado, criando um conflito entre os agroextratores, os extratores e o governo local, o qual garantia uma fiscalização ostensiva nas estradas e rios do Amapá.

É importante salientar que no final da década de 1980, com o aumento do desemprego nas regiões norte e nordeste do país, bem como devido às dificuldades locais de sobrevivência, houve um aumento significativo de trabalhadores desempregados. Estes trabalhadores foram trazidos pelos grandes compradores de cipós para efetuar a extração em grande escala no Estado. Devido a isso, a SEMA vinha constantemente realizando “*blitz*” nas estradas e rios do Estado, realizando grandes apreensões de cipós e até reprimindo com rigor a coleta feita por agroextratores locais.

A falta de informações dos técnicos do Estado em relação aos aspectos botânicos, ecológicos e fitossociológicos dos cipós amapaenses, também foi um agravante, pois a SEMA ficava impossibilitada de cobrar um plano de manejo dos agroextratores e empresários dos cipós, uma vez que ela também não tinha e que as informações sobre a planta e os seus aspectos ecológicos são importantes para que se estabeleça um bom plano de manejo. Essas informações ajudariam o órgão ambiental a dificultar a extração desenfreada, facilitando a fiscalização exigida pela legislação vigente.

A partir de 1999, a equipe do IEPA responsável por obter informações sobre o cipó-títica, percorreu grande parte do Estado do Amapá, realizando viagens de campo aos municípios com grande frequência de cipós, envolvidos em grandes apreensões de cipós ou envolvidos em conflitos de extração de cipós, sobretudo o cipó-títica. Estas viagens possibilitaram a obtenção de informações socioeconômicas, ambientais, botânicas e fitogeográficas dos cipós em todo o Estado.

A pesquisa realizada foi fundamental para estabelecer os primeiros contatos com os atores sociais envolvidos no processo de coleta de cipós e com as comunidades locais, uma vez que grande parte dos municípios já vinha discutindo a problemática da extração de cipós nas Câmaras de Vereadores, Secretarias de Meio Ambiente e Agricultura.

A equipe do IEPA, ao se envolver com os atores sociais da extração, sentiu a necessidade de discutir com maior profundidade os problemas relacionados à ela e, juntamente com as câmaras de vereadores dos municípios de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, organizou um seminário, com o intuito de discutir toda a problemática dos cipós

na região. O seminário, que foi coordenado pelo IEPA, ocorreu no dia 20 de dezembro de 2001, no município de Serra do Navio, e contou com a colaboração técnica da SEMA, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia (SETEC) e do Programa Brasileiro de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que garantiram a realização do evento (FIGURA 01).



FIGURA 01 - Seminário de manejo de cipó-títica realizado no município de Serra do Navio/AP.

Tanto as autoridades presentes como os agricultores, os agroextratores, os extratores, os índios e os pesquisadores, saíram convencidos da importância do desenvolvimento de uma política voltada para o setor; uma política que estabelecesse linhas de crédito, subsídios técnicos e infra-estrutura para organizá-lo, pois, segundo levantamentos da própria SEICOM (Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração), o Estado dispõe de um número significativo de artesãos e artesãs, podendo ser uma referência regional na produção e venda de artesanatos, para os mercados do Sul, Sudeste e Nordeste do país.

Paralelo a este evento, a Assembléia Legislativa do Amapá, sob a coordenação da bancada governista, elaborou e discutiu com a equipe técnica responsável pela pesquisa do manejo de cipós, em conjunto com a SEMA, um projeto de lei, que disciplinou a coleta de cipós no Estado (ANEXO 01).

Deste modo, tanto o seminário, quanto a aprovação do projeto de lei pela Assembléia Legislativa do Estado, demonstraram e impulsionaram a necessidade de que a equipe do IEPA centralizasse a pesquisa do manejo de cipós sobretudo dos agroextratores, uma vez que as práticas de coleta e as formas de manejo das espécies coletadas são resultado de um conhecimento tradicional, passado de pai para filho, que geralmente é pouco considerado pelos envolvidos com a prática de manejo.

2. O uso da etnoecologia como ferramenta para a investigação

O processo de investigação na etapa de pesquisa de campo, envolvendo grupos humanos e o manejo de espécies não-madeireiras, tem sido um grande desafio para quem deseja extrair elementos que possam subsidiar alternativas de práticas, e, posteriormente, incluir estes resultados em políticas públicas de caráter governamental.

A idéia original era fazer uma pesquisa que aprofundasse apenas os elementos botânicos, ecológicos e fitossociológicos para o chamado “bom manejo”⁴. Porém, na medida em que houve o aprofundamento da pesquisa social e o contato com os coletores tradicionais, foi tornando-se evidente a necessidade do conhecimento da ponte entre as relações ecológicas e as práticas humanas no processo de manejo efetuado pelos agroextratores locais, indicando a necessidade de detalhar o conhecimento tradicional⁵ desses extratores. Esse conhecimento prático já acumulado há pelo menos cem anos na região, de uma forma ou de outra, significava uma bagagem de conhecimento tradicional⁶, permitindo vislumbrar diferenças entre a forma de coletar os cipós por parte dos agroextratores, e a coleta efetuada por extratores contratados pelas grandes empresas de cipós do Estado.

O contato com esses grupos de coletores tradicionais evidenciava existir em diferenças entre a técnica de manejo efetuada pelos agroextratores e o grupo de trabalhadores com pouca ou sem experiência no ramo de extração de cipós. Num rápido contato com os dois grupos, foi possível notar que existia um conhecimento acumulado sobre como identificar a qualidade dos cipós coletados, a melhor época para realizar a coleta, a forma como os agroextratores descascavam os cipós e como era feita a armazenagem em grande escala.

Essa necessidade de aprofundamento sobre o conhecimento tradicional envolvido exigiu ferramentas que auxiliassem na investigação dessas “diferenças” em manejar os cipós e pudessem melhor fundamentar as supostas diferenças de manejos existentes entre os dois grupos.

⁴ Este termo é bastante utilizado pelos pesquisadores brasileiros - ver VIANA (2000), e tem por objetivo diferenciar o manejo apenas “legal” (por força de Lei, que geralmente só atende aos interesses “legais”, não tendo uma aplicação prática pelos agricultores e agroextratores brasileiros). Daquele que tem como base ecológica o conhecimento tradicional local, que é o manejo feito no dia-a-dia pelo produtor rural, a partir das suas experiências e, quando possível, da contribuição de técnicos e pesquisadores da área.

⁵ Esse saber, com base em suas próprias vivências, segundo DIEGUES (2000) pode ser definido como “saber tradicional”. Trata-se, em outros termos, “do saber *e saber-fazer* – a respeito do mundo natural, sobrenatural – gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial, transmitidos, em geral, oralmente, de geração em geração”.

⁶ Ver CASTRO (2000).

A partir dessas constatações, decidiu-se direcionar a abordagem deste trabalho para uma linha que apontasse para a etnoecologia que, sem dúvida, tem sido uma vertente de investigação de suma importância na compreensão das relações homem-natureza, bem como sobre o acúmulo de conhecimentos que os grupos sociais detêm em relação às práticas produtivas e sua sobrevivência no espaço rural.

Para tanto, foi indispensável entender o que seria etnoecologia e que parâmetros deveriam ser estabelecidos para se obter as informações necessárias à luz dessa perspectiva metodológica.

Pesquisadores como TOLEDO (1990); NAZAREA (1999); POSEY (1986) foram importantes fontes de orientação nesse processo de pesquisa, pois apontam estratégias para o desenvolvimento de pesquisas com abordagens de cunho etnoecológico nas atividades produtivas agrárias, tendo em vista que parte das pesquisas relacionadas com a produção agrária, como apontam diferentes autores entre os quais GEERTZ (2000); POSEY (1986) e TOLEDO (1991) desconsideram totalmente o acúmulo de conhecimento dos atores locais envolvidos em atividades desse tipo. Quando se fala de extrativismo, essas pesquisas comumente se detêm mais nos resultados quantitativos da extração, desconsiderando ou relegando esse conhecimento tradicional a um segundo plano.

Um pesquisador que desempenhou uma grande tarefa no desenvolvimento da pesquisa em etnoecologia - principalmente em relação a agricultura em âmbito mundial, foi Manoel Vítor Toledo, que na década 1980, aperfeiçoando seus próprios conceitos, a partir de novos aprofundamentos investigatórios, definiu a etnoecologia como:

“a ciência que estuda as concepções, percepções e conhecimentos sobre a natureza, permitindo que a sociedade rural produza e reproduza as condições materiais e espirituais de sua existência, através de um manejo adequado de seus recursos naturais ou dos ecossistemas” (TOLEDO, 1990).

Este conceito de etnoecologia sofreu modificações, uma vez que demonstrava existir uma “necessidade” de abranger tanto as atitudes dos produtores rurais, como as concepções dos mesmos, levando o autor a resumir o conceito na seguinte frase: “A *etnoecologia* é a

disciplina responsável em estudar as sabedorias dos camponeses⁷ e os seus significados práticos” (TOLEDO, 1991).

Ela deve abordar o entendimento sobre o conhecimento tradicional – individual ou coletivo – considerando o que NAZAREA (1999) denomina de “*o papel da cognição na organização do comportamento*”. Deve, também, explicitar o processo concreto de produção desse conhecimento, que TOLEDO (1992) define como um fator resultante das conexões entre *corpus*⁸ e *praxis*⁹.

Vale lembrar que não existe na realidade nenhum grupo social que tenha desenvolvido uma tecnologia por uma estratégia de saber pelo saber, pois as tecnologias possuem sempre um objetivo prático. Conforme VIERTLER (2002), as classificações do mundo natural que correspondem a um tipo de saber tradicional, sempre aparecem interligadas a uma vivência, a uma modalidade de cultura prática. E para desvendar essas “vivências” ou práticas, é necessário um aprofundamento nos conhecimentos dos grupos em que se está pesquisando, uma vez que os depoimentos dados pelos atores sociais em seus locais de origem por si só não falam, apesar de que, muitas vezes, outras práticas significantes do entrelaçamento dessas relações poderão reconstituir esses significados (MAGNANI, 1986).

No Brasil, um dos autores que recentemente vem se dedicando ao estudo da etnoecologia é José Geraldo W. Marques que, em sua trajetória de investigação sobre os saberes dos produtores rurais familiares, indígenas, pescadores, dentre outros, tem se aprofundado tanto nos conhecimentos, crenças, sentimentos, como nos comportamentos que intermediam as interações entre as diversas populações humanas. O conceito que o autor traz sobre etnoecologia é bastante adequado à uma pesquisa qualitativa-participativa, com vistas a um ambiente rural sustentável¹⁰, através da criação de uma possível nova realidade social. Para MARQUES (2002), a etnoecologia é:

“Um campo de pesquisa (científica) transdisciplinar, que estuda os pensamentos (conhecimentos e crenças), sentimentos e comportamentos que intermediam as interações entre as diversas populações humanas que os possuem e os demais

⁷ Considerando que conforme diferentes autores, tais como WANDERLEY (1976) e ABRAMOVAY (1998), os “camponeses” constituem um dos tipos de produtores rurais, torna-se mais adequado utilizar a noção de “produtores rurais familiares”, que inclui, além dos camponeses, outras categorias de produtores rurais familiares, não familiares e não tradicionais.

⁸ “Conjunto de conceitos e símbolos em relação à natureza” (TOLEDO, 1992).

⁹ “Conjunto de operações práticas através das quais se dá o manejo do ecossistema”.

¹⁰ O conceito de sustentabilidade será definido e aprofundado mais à frente, quando oportunamente irei discutir a importância do (des)envolvimento sustentável na Amazônia brasileira e na extração de cipós no Amapá.

elementos dos ecossistemas que as incluem, bem como os impactos ambientais daí decorrentes”.

O autor ainda ressalta existir a necessidade de rumarmos para a transdisciplinaridade do conhecimento, uma vez que essa superação possibilitará o avanço cada vez maior da superação dos limites disciplinares das ciências, ultrapassando, inclusive, a interdisciplinaridade, objetivando integrar as visões acadêmicas e populares dos sistemas cognitivos.

Vale ressaltar que o nosso conhecimento tem sido considerado a partir da ciência denominada “moderna”, que infelizmente tem desempenhado um papel um tanto quanto colonialista, quando assume o poder de definir o que é racional, inovador e relevante nas culturas (CAPRA, 1982; BRÜGGER, 1998).

Essa perspectiva definida a partir das concepções estabelecidas pelo saber acadêmico, tem levado grande parte dos pesquisadores e técnicos ligados à questão agrária a não se interessarem pela discussão da importância do saber local, principalmente na interação saber sistematizado X saber popular, pois para alguns acadêmicos o conhecimento do saber dos agricultores é extremamente dispensável, uma vez que esse conhecimento passado de pai para filho é considerado apenas empírico, não devendo ser levado muito em conta (GRZYBOWSKI, 1987).

Posturas estabelecidas para justificar a exploração e desqualificação do conhecimento dos pequenos produtores rurais se dão, principalmente, na visão míope de vários técnicos, que valorizam exclusivamente o método científico-analítico, definindo-o como a única forma válida de conhecimento, o que BRÜGGER (1998) e CAPRA (1982) denominam de visão meramente mecanicista do universo. De acordo com LENOBLE (1990) “*o mecanicismo faz do mundo uma máquina que pode passar para as mãos do homem*”, e essa é uma posição que vários pesquisadores mundialmente ainda defendem.

Por muito tempo, foi grande a desconexão do trabalho dos técnicos com o conhecimento do trabalho efetuado pelos produtores rurais orientados por seus saberes tradicionais. Isto não acontecia de forma isolada, uma vez que os currículos dos cursos ligados a essas atividades orientavam para uma formação, pautada via de regra, por uma perspectiva mecanicista.

Tanto TOLEDO (1990), quanto CASTRO (2000), alertam que o saber técnico-científico tem procurado desqualificar e desvalorizar os saberes e práticas tradicionais. Além disso, os autores que consideram o conhecimento científico como o que melhor obtém resultados, apoiam-se na idéia de que o processo formal de educação é superior ao caráter empírico individual e coletivo dos produtores rurais.

Assim, a posição de desconsiderar o saber popular era, até recentemente, bastante comum no decorrer do processo de intervenção dos técnicos na produção agropecuária em geral. Essa desqualificação, segundo GRZYBOWSKI (1987), se articula neste processo de confrontação dos saberes, onde ocorreu a imposição do “saber do técnico” sobre o “saber dos camponeses” e a conseqüente desqualificação deste último e não o seu aperfeiçoamento.

GEERTZ (2000) em seu livro “Saber Local”, critica duramente as desqualificações de outros saberes por aqueles que se crêem credenciados e embasados na ciência oficial para julgar os saberes “pré-científicos”. Além disso, o autor deixa claro que o pesquisador que não consegue compreender a importância dos “nativos” no desvendar dos “mistérios” do conhecimento local, não conseguirá desenvolver uma pesquisa consistente e séria.

É possível, entretanto, constatar que atualmente uma grande parcela de pesquisadores, técnicos e educadores já admitem uma nova forma de ver o saber tradicional praticado no mundo rural brasileiro, seja tentando colocar em discussão novas tendências nas atividades produtivas, nas atividades de extensão e demais áreas de produção de conhecimento, seja criando novas tecnologias e posturas de pesquisas no campo.

Estas novas correntes de pensamento, como, por exemplo, a perspectiva agroecológica, têm cada vez mais se empenhado em retomar as práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais como ponto de partida para o desenho de sistemas alternativos de produção, que sejam ecologicamente adequados (TOLEDO, 1990). Isso tem levado biólogos e agrônomos a reconhecerem a complexidade dos sistemas agrícolas tradicionais, procurando não só adaptá-los, mas conhecê-los com maior profundidade (POSEY, 1986) com o intuito de divulgá-los e adaptá-los a outras possíveis realidades.

Segundo GUIVANT (1995), estas mudanças que os paradigmas tecnológicos da agricultura vêm sofrendo no Brasil têm ocorrido devido ao processo de modernização imposto pelo Estado, que ofereceu grandes estímulos para que os agricultores abandonassem suas práticas agrícolas tradicionais. Entretanto, para a autora, a “tecnologia” passada para esses

agricultores fugiu do controle até dos agentes sociais (técnicos) melhor intencionados, pois esta postura dos técnicos fez com que os produtores não assumissem um papel passivo mas construtivo nesse processo, orientando-se segundo o conhecimento não só divergente mas, também, contrários às instruções técnicas, o que os tem levado de volta às suas “velhas” tecnologias rurais.

Para POSEY (2001), aqueles que estudam o conhecimento tradicional e tentam encontrar explicações modernas para o mesmo, não propõem que o mundo reverta ao estado de existência tribal. De acordo com o autor, estes pesquisadores estão meramente fazendo um chamado a todos para que acabem com a distribuição insensata dos recursos naturais do planeta e dos povos nativos, que melhor os conhecem. Estas considerações mostram que existem opções de sobrevivência para a humanidade na biosfera, e muitas dessas estão codificadas nas “realidades” dos povos indígenas e de outras populações tradicionais.

O papel crescente da etnoecologia em pesquisas na Amazônia e em outras regiões diferencia os resultados até então obtidos por análises apenas de natureza socioeconômica e preponderantemente quantitativa, caracterizando um processo de expansão das relações entre a pesquisa e as abordagens práticas do campo¹¹.

O mais interessante nesse tipo de abordagem é a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre os familiares e as relações familiares dos grupos envolvidos na pesquisa, uma vez que grande parte do conhecimento acumulado, no decorrer dos anos, geralmente resulta dessas relações e das práticas agrícolas locais.

Inúmeros estudos realizados pela etnoecologia têm demonstrado a diversidade e a extensão dos saberes e das técnicas desenvolvidas por populações tradicionais. Isso tem proporcionado maior debate e a possibilidade de compreendermos a dinâmica utilizada por estes segmentos sociais, para que se possa melhor utilizar suas técnicas, seja através dos recursos disponíveis no meio ambiente, que foram por eles utilizados, seja para adaptar esses recursos às novas necessidades (CASTRO, 2000).

No caso das práticas produtivas em uma região como a Amazônia, marcada pela presença de diferentes culturas locais e regionais (indígenas, nordestinos, sulistas, pantaneiros, quilombolas etc) o que se pode constatar é uma convivência e uma conjugação de modos diferentes de praticar não só as atividades agroextrativas, mas as atividades cotidianas

de um modo geral, com diferentes significados e também conflitos que demarcam territórios de “modos de fazer”, nas práticas cotidianas de plantar, colher, armazenar ou coletar.

O que não podemos deixar de compreender é que este conjunto de especificidades “culturais” dá um ingrediente propício para um trabalho que não só estabeleça uma ponte entre o prático e o teórico, mas aprofunde a investigação das várias nuances que estão envolvidas no cotidiano das práticas agrícolas e extrativas locais. Neste processo concreto *“será fundamental se conhecer as relações de saber tecnológico dos produtores rurais, por ser um saber experimental passado de pai para filho, que é um conhecimento empírico da sua realidade imediata”* (GRZYBOWSKI, 1987).

3. Desenvolvimento sustentável ou “envolvimento sustentável” para o manejo de cipós no Amapá?

Em todas as áreas da ciência há uma enorme preocupação quanto à preservação da biodiversidade amazônica. Alguns defendem uma Amazônia intocável, transformando-a numa grande reserva biológica do planeta. Outros defendem um melhor planejamento de uso, buscando alternativas de desenvolvimento sustentável para a região (FEARNSIDE, 1997).

Para haver sustentabilidade é preciso que o homem seja capaz de manejar os recursos naturais, levando em consideração que existem ecossistemas diversificados que podem garantir a sobrevivência dos seres vivos e impedir o esgotamento do meio. Para FEARNSIDE (1997) esse “desenvolvimento sustentável” que muitos têm confundido com “crescimento” tem implicado numa mudança de atitude na maneira de como as pessoas se mantêm.

O discurso de que o “desenvolvimento sustentável” implica numa melhoria na qualidade de vida tem criado uma expectativa de resolução da fome e do desemprego que assolam a Amazônia. Porém, muitas vezes não ficam claros os métodos pelos quais as autoridades governamentais irão solucionar estes problemas e fazer com que esta região não apenas sobreviva, mas consiga sair do isolamento, combinando o desenvolvimento com uma economia equilibrada.

O uso sustentável dos ecossistemas, resguardando-os para as gerações futuras, segundo

¹¹ Ver publicações sobre o assunto de ROUÉ (2000), CASTRO (2000), POSEY (2001), entre outros.

FEARNSIDE (1997), se dá através do manejo agrícola e florestal com práticas e tecnologias adaptadas à região, ou seja, através da racionalização do meio em que se vive. Não haverá, portanto, desenvolvimento sustentável no meio rural sem estratégia de longo prazo para utilização dos recursos ambientais.

O manejo das espécies florestais na Amazônia é um dos fatores que pode modificar, sensivelmente, o panorama devastador que ocorre tanto na Amazônia, quanto em outras áreas do Planeta. Para BALÉE (1993), o manejo implica em uma interferência humana, e, como uma interferência humana, requer que seja feito de forma harmônica, isto é, de forma adequada ao ambiente que está sendo trabalhado.

Um manejo adequado das florestas e dos produtos que nela existem deve apresentar, contudo, tanto uma alternativa de mudança do paradigma econômico e social vigente, quanto oferecer perspectiva em relação à conservação dos mesmos e a manutenção da diversidade existente, de acordo com o saber ecológico local. E para que isso ocorra, segundo DIEGUES (2000), é necessário que se estabeleçam critérios da existência de áreas de alta biodiversidade, a partir do conhecimento e do manejo tradicional ou etno-manejo, realizado pelas populações tradicionais indígenas e não indígenas.

Essa busca de um manejo do ambiente dentro de uma perspectiva de como o produtor tradicional trabalha e porque ele assim procede torna-se necessária, uma vez que os conhecimentos recebidos do passado devem ser remetidos ao futuro, e podem ser vistos como propriedade das comunidades tradicionais. Esse princípio se dá a partir de uma compreensão sobre a transitoriedade das gerações, portanto, de serem os indivíduos e grupos guardiões de um processo de acumulação de saberes e práticas (CASTRO, 2000).

Seguindo essa lógica de pensamento, BURLEY (1997) aponta para o fato de que é preciso compreender que mesmo sabendo das necessidades de se implementar algumas tecnologias agrícolas mais inovadoras e de testá-las em grande escala, é necessário repensar formas de manejar os produtos florestais de modo que possamos discutir com os produtores rurais e/ou agroextratores, estratégias para a sustentabilidade dos ecossistemas vegetais. Isto é, manejando de forma adequada os ecossistemas contidos na floresta, visando garantir para as gerações futuras, os bens e serviços que a floresta, milenarmente, tem nos oferecido.

O discurso de desenvolvimento sustentável tem sido uma das “bandeiras políticas” que vem sendo defendida não só por políticos, mas também por um bom número de pesquisadores

ligados à área ambiental. Entretanto, o conceito de “desenvolvimento sustentável” se diferencia, principalmente, a partir da linha de pesquisa na qual está inserido e identificado. De modo geral, não há consenso sobre ele, tanto nas discussões dos técnicos quanto dos produtores rurais, como nos setores de pesquisa científica.

Muitos dos conceitos e experiências sobre sustentabilidade encontram-se baseados nas diretrizes de sustentabilidade propostas pelo Relatório “Nosso futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que ocorreu em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, onde foi enfatizada a crescente interdependência dos processos ambientais e socioeconômicos mundiais, o que foi considerado um marco na política ambiental do mundo.

Entretanto, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, está longe de atender às expectativas atuais, pois, segundo a autora “*é aquele que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades*” (BRUNDTLAND, 1987). Vale lembrar que esse conceito foi o pioneiro, porém, já sofreu várias modificações, tentando adaptá-lo às várias realidades pelo mundo afora.

Deste modo, quando nos reportamos à sustentabilidade, geralmente temos muita dificuldade em defini-la, uma vez que são várias as vertentes analíticas existentes e como as linhas são bastante diversas, corre-se sempre riscos em optar por uma delas. Seja como for, prioriza-se aqui a perspectiva apontada por VIANA (2000), no Seminário “Alternativas de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais no Vale do Ribeira – SP – Mata Atlântica”, em 1999. Para o autor, um dos entraves à implantação do conceito de desenvolvimento sustentável é a distância dos tomadores de decisão em relação à realidade, pois para ele parte dos ecossistemas naturais remanescentes do Brasil encontra-se em áreas habitadas por populações tradicionais (índios, caiçaras, quilombolas, caboclos, ribeirinhos e extrativistas) e grande parte das autoridades constituídas (técnicos e autoridades governamentais), raramente, conhece a ecologia dos ecossistemas naturais e a realidade das populações tradicionais que vivem nessas áreas. O autor critica a forma despropositada com que essas autoridades analisam e decidem os fatos dessas comunidades, criticando, ainda, a forma desastrosa com que tomam suas decisões – sem ouvir as comunidades locais envolvidas.

Como afirmara VIANA (2000), os índios, os caiçaras, os quilombolas, os caboclos, os ribeirinhos e os extrativistas detêm conhecimentos "sofisticados" sobre a história de usos das florestas, sua viabilidade geográfica, taxonomia, ecologia, usos e manejos das espécies de plantas e animais, entre outros conhecimentos fundamentais para se realizar uma tomada de decisão.

Para BALÉE (1996), esses conhecimentos vêm sendo acumulados por essas populações há séculos de convivência e contato com a natureza e com seus mistérios. No caso dos caçadores-coletores da Amazônia, é importante compreender que são os povos das terras baixas da América do Sul, considerados mais aptos para ocupar o espaço humano desse ecossistema.

A abordagem sobre “desenvolvimento sustentável” proposta é feita a partir de uma história contada por um artista chamado Perequê, morador do litoral Norte do estado de São Paulo, a qual VIANA (2000), utiliza em seu artigo para explicar a versão de "envolvimento sustentável", que reproduzo abaixo:

“Para o Caiçara de Paraty, a chegada da estrada Rio-Santos nos anos 70 significou o começo da era do des-envolvimento. Até então, há alguns séculos, as populações caiçaras tinham uma vida muito adaptada às características das florestas, rios e mares das suas regiões. Era uma vida intensamente envolvida com a natureza. Logo pela manhã, às 4 ou 5h da madrugada, dependendo da maré e da lua, saía-se para pescar ou mariscar. No meio da manhã, depois do café, trabalhava-se na roça. Depois do almoço era hora de pescar ou continuar o trabalho na roça. Dependendo do dia, era a vez de fazer farinha; ir à mata retirar madeira para fazer canoa, remo etc.; sair para caçar e colher plantas medicinais ou organizar atividades culturais tradicionais. Era um calendário de atividades muito intenso, de muito trabalho, desconhecido pela maior parte das pessoas dos centros urbanos. Com a chegada da Rio-Santos, chegou o des-envolvimento. O caiçara, assediado por turistas deslumbrados pela pureza e beleza de suas terras, não resistiu à tentação e trocou seus terrenos por um “monte de dinheiro”. Depois de alguns anos na cidade, o dinheiro se mostrou pouco e fugaz, e então chegou a dor da fome, a tristeza da pobreza, a angústia da prostituição e marginalização dos filhos e a saudade da terra natal. Chegou também a consciência do que é esse des-envolver”.

A partir dessa visão de (des)envolvimento sustentável proposto pelo autor, quero introduzir este novo paradigma na perspectiva de sustentabilidade do manejo dos cipós do Amapá – voltando o tema para a ótica da etnoecologia e do conhecimento tradicional dos agroextratores amapaenses. Nesse caso, não se tratando de desenvolver a extração de cipós, mas, tentando envolver a comunidade na discussão sobre a importância dos cipós em suas vidas (como agroextratores) e da permanência dos cipós como matéria-prima local.

VIANA (2000) alerta, ainda, que são raros os técnicos e as autoridades que conhecem a ecologia dos ecossistemas naturais e a realidade das populações tradicionais que vivem em alguma área que é considerada de interesse econômico. Para o autor, mais raro ainda são os que analisam os fatos de forma participativa, ouvindo e executando as perspectivas das comunidades tradicionais, nos quais se dão as ações direcionadas ao desenvolvimento sustentável. Como resultado, as decisões são, muitas vezes, tomadas com base em informações e interpretações equivocadas.

Uma tomada de decisão adequada na perspectiva do referido autor se daria a partir de um aprofundamento na história da população sobre a qual se está interessado, de preferência buscando informações e construindo, em conjunto com a comunidade envolvida, qualquer projeto que a ela diga respeito.

Seria mais coerente, assim, mudar o nosso paradigma para o de “envolvimento sustentável”, pois aí estaríamos envolvendo a comunidade em todas as questões que interferem em sua vida e de seus integrantes. VIANA (2000) conceitua o envolvimento sustentável como:

“o conjunto de políticas e ações direcionadas a fortalecer o envolvimento das sociedades com os ecossistemas locais, fortalecendo e expandindo os seus laços sociais, econômicos, culturais, espirituais e ecológicos, com o objetivo de buscar a sustentabilidade em todas essas dimensões”.

Vale destacar que o Amapá foi um dos estados pioneiros em estabelecer, no Brasil, em seu programa de governo, diretrizes e metas políticas de sustentabilidade¹² para os seus recursos naturais. Porém, devido aos problemas políticos e as peculiaridades locais, o governo eleito em 2002, encontra-se na transição entre o estabelecimento de uma política de "desenvolvimento" para o Estado, preocupando-se com a redefinição da política de sustentabilidade e a substituição dessa política, herdada do antigo governo, uma vez que esta tinha uma nítida preocupação em manter a floresta em pé, porém, dando lucro, visando redefinir o rumo dessa política de “sustentabilidade”.

¹² Mais adiante serão descritas as ações do Governo do Amapá em sua política de sustentabilidade dos recursos naturais no Estado, no período compreendido entre 1995 e 2003.

4. Os caminhos percorridos na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo cujos resultados serão aqui apresentados valeu-se, inicialmente, de informações provenientes do trabalho de campo realizado pelos pesquisadores do IEPA com os agroextratores e extratores de cipós do Amapá. Essa pesquisa foi efetivada após o levantamento das demandas de pesquisas do Estado, como já foi dito, foi submetido como projeto de pesquisa básica (CARVALHO et al., 1999) ao Programa Brasileiro de Biologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM), ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

4.1. O estudo e o levantamento do cipó-titica efetuado pelo IEPA

A partir de 1999 o IEPA implantou um projeto de pesquisa de manejo do cipó-titica em três locais do Estado, e durante esse processo de implantação do projeto (estabelecimento de parcelas e levantamento de espécies de cipó-titica nessas regiões), participei da equipe de pesquisa e, a posteriori, coordenei o projeto. Os dados desse trabalho (das parcelas¹³) foram incluídos nessa pesquisa, bem como a relação de parceria que tinha conquistado com a comunidade envolvida, na qual objetivava facilitar as possíveis entrevistas com os grupos sociais envolvidos.

As parcelas encontravam-se na propriedade de um dos agroextratores do ramal de Santa Maria do Vila Nova, no distrito de Cupixi, município de Porto Grande/AP. As mesmas foram utilizadas como uma das bases de informações para a pesquisa de campo (fitossociologia e ecologia da planta) no projeto do IEPA e na presente pesquisa em discussão. A metodologia utilizada foi a de MULLER-DOMBOIS e ELLENBERG (1974), onde foram demarcadas 09 parcelas de 20 x 25 m e inventariados todos os indivíduos e espécies de cipó-titica e as plantas hospedeiras com DAP (diâmetro a altura do peito) acima de 10 cm.

¹³ As parcelas às quais me refiro são experimentos utilizados na pesquisa de campo (botânica ou dendrológica) com o intuito de fazer acompanhamento fenológico e fitossociológico da planta ou plantas que se quer estudar. No caso aqui específico, foi feito um levantamento da viabilidade e capacidade de coleta de cipós na região do Cupixi e Lourenço, todos distritos localizados em municípios amapaenses. O estudo foi efetuado a partir de outubro de 1999, pelo IEPA e publicado por PEREIRA et al. (2001).

Os tratamentos efetuados tiveram também o intuito de acompanhar o crescimento dos cipós cortados e a identificação das plantas no alto dos forófitos¹⁴, no período de outubro de 1999 e julho de 2003.

Para que não fossem comprometidas as partes superiores das plantas, foram retiradas apenas as raízes que apresentavam as condições de comercialização. Esse ponto é indicado pela consistência das raízes que são flexíveis e não quebradiças, com os internós encontrando-se a uma distância mínima de 1,5 m (parte do conhecimento tradicional sobre o manejo de cipós que será detalhado no IV capítulo).

O corte foi efetuado entre os meses de dezembro e outubro – período com diferentes sazonalidades. Dezembro e julho são considerados, respectivamente, início e fim de período chuvoso, enquanto abril possui maior índice de pluviosidade e setembro é um período de maior estiagem, visando conhecer a capacidade de regeneração dos cipós coletados.

As informações sobre o corte e crescimento dos cipós foram devidamente anotadas em formulário próprio para posterior tabulação de dados.

Todas as espécies de plantas de cipós contidas no levantamento foram coletadas, obedecendo à metodologia convencional, isto é, cada amostra composta de três ou mais ramos floridos e herborizados segundo as técnicas habituais (FIDALGO e BONONI, 1984).

Na fase de laboratório, as coletas botânicas provenientes do campo passaram pela rotina de herbário, consistindo de prensagem, secagem, montagem da exsicata¹⁵ e posterior incorporação no Herbário Amapaense (HAMAB) do IEPA. A identificação foi feita por comparação no herbário HAMAB e, também, através de chaves analíticas e bibliografias especializadas tais como: FIDALGO e BONONI (1984); BUNTING (1979), dentre outras. Os espécimes contaram também com a identificação de especialistas em Araceae e no gênero *Heteropsis* Kunt., ligados à Universidade de Brasília - UnB e ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA¹⁶.

Os resultados desse acompanhamento efetuado pela equipe de pesquisa do IEPA mostraram, em primeiro lugar, que existem várias espécies de plantas de cipó-títica no Estado

¹⁴ O mesmo que planta hospedeira, nesse caso, a árvore que hospeda o cipó-títica.

¹⁵ Referente à cartolina contida em herbário para depositar a planta seca com as descrições científicas e de campo feitas pelos coletores e pesquisadores.

¹⁶ Os especialistas na família Araceae e no gênero *Heteropsis*.

(mais adiante serão descritas através de chave). Verificou-se, em segundo lugar, que a velocidade de crescimento dos cipós é bastante significativa, uma vez que, aproximadamente, 60% das raízes cortadas obtiveram um crescimento médio de 50 cm ao mês, com um crescimento médio de aproximadamente 6 metros ao ano – chegando a um crescimento, no mínimo, de 18 metros em 3 anos – período mínimo que deverá ser estabelecido em lei para o pousio do cipó-titica nas áreas coletadas, para um possível retorno dos coletores para novas coletas, conforme sugestão de PEREIRA et al. (2001).

Foi observado, ainda, que onde foram retirados os cipós com o auxílio da tesoura de poda, a recuperação dos mesmos foi lenta, uma vez que a planta levou muito tempo para conseguir lançar novas pernas de cipós (raízes) e, dependendo da distância, a planta não conseguiu alcançar o solo com novas raízes, ocorrendo, assim, o secamento total de todas as raízes dos cipós em observação.

4.2. Entrevistas com os coletores e a contribuição dos técnicos do IEPA.

A pesquisa etnoecológica objetivou focar as características que permitiram resgatar as concepções e o comportamento dos agroextratores em relação aos recursos naturais. Nela foi abordado todo o processo de produção e reprodução realizada pelos agroextrativistas buscando, segundo TOLEDO (1992), as conexões entre *corpus e praxis* durante o processo concreto de produção primária, cobrindo todos os domínios da paisagem rural: natureza, produção e cultura.

Neste processo concreto foi fundamental conhecer as relações de saber tecnológico dos agroextratores, por ser um saber experimental passado de pai para filho, que é um conhecimento empírico da sua realidade imediata, assim definida por GRZYBOWSKI (1987), em estudo com agricultores tradicionais.

A investigação dos domínios da paisagem realizada pelos agroextrativistas seguiu a metodologia proposta por TOLEDO (1992), com as seguintes etapas:

- a) Descrição detalhada do ecossistema que constitui o espaço produtivo, definindo o tipo de vegetação (através do levantamento florístico de espécies de plantas de cipó-titica, utilizadas para o artesanato local), o tipo de solo, relevo e clima

existentes na região;

- b) decodificação do *corpus* do produtor por meio de entrevistas com os informantes, onde se procurou conhecer todos os conceitos e símbolos relacionados à natureza envolvida no dia-a-dia;
- c) estudo da análise das formas de apropriação dos recursos naturais (*praxis*) utilizadas pelos produtores, investigando o manejo realizado no cotidiano dos agroextratores;
- d) avaliação ecológica da *práxis* através da análise do impacto do uso dos recursos naturais sobre a estrutura e a dinâmica dos ecossistemas em questão.

Foram efetuadas 18 entrevistas semi-estruturadas com o auxílio de um aparelho de gravador com as famílias de agroextratores moradores às margens da rodovia Perimetral Norte, nos trechos entre os quilômetros 42 e 78 da aludida rodovia (ANEXO 02). Foram realizadas, ainda, 42 entrevistas semi-estruturadas com extratores de cipós, a partir de questionários de papel (ANEXO 03) com intuito de conhecer a forma de coleta do cipó feita na região, o destino desta coleta, o tipo de artesanato produzido, a renda familiar dos coletores, como esses agentes sociais entendem esse processo extrativista no contexto do ecossistema florestal e quais suas expectativas quanto o futuro da extração do cipó-titica na região.

Apesar de não utilizar ao longo do texto a denominação de agroextratores ao segmento de produtores rurais cujos sistemas produtivos incluem tanto práticas agrícolas quanto extrativismo, utilizo essa denominação apenas para os trabalhadores envolvidos com a agricultura (produção rural). No caso dos extratores, por sua vez, será a categoria de trabalhadores que vivem quase que, exclusivamente, do extrativismo de cipós ou geralmente tendo esta atividade como sua principal forma de obtenção da renda para a sobrevivência.

A diferença numérica de entrevistas realizadas com agroextratores e extratores (18 famílias e 42 indivíduos), se deu, devido os extratores serem, em sua maioria, trabalhadores autônomos, sem um paradeiro de trabalho definido. Já os agroextratores, integrantes da categoria de assentados do INCRA na região, seriam bem mais fácil de contatar para entrevistas de longa duração, facilitando assim, a execução das entrevistas, pois além de depender do carro do IEPA para locomoção nos vários ramais, dependia ainda, de pagamento

de diária para o motorista e para o técnico (um), que auxiliava nas entrevistas realizadas com os formulários.

Um aspecto que influenciou na gravação das entrevistas com os agroextratores foi a priorização da pesquisa com um enfoque de cunho qualitativo, onde as falas dos entrevistados seriam priorizadas, em detrimento aos números e percentuais adquiridos no decorrer da tabulação dos dados obtidos.

A escolha dos extratores e agroextratores entrevistados, se deu a partir da informação de líderes comunitários e/ou da informação dada pelos envolvidos com a atividade de coleta (os já entrevistados), em que os mesmos iam informando os extratores mais próximos de suas residências.

Os extratores pesquisados, em sua maioria foram trabalhadores contratados por empresas compradoras de cipós, que além da coleta de cipós exerciam atividades tais como: bicos, trabalho diário em fazendas e demais propriedades rurais, pescaria, ou em outras atividades comumente exercidas na área urbana.

As informações referentes às entrevistas e os questionários acima citados serão trabalhados no decorrer do quarto capítulo, onde serão utilizados também dados coletados informalmente das conversas com os trabalhadores de empresas coletoras de cipós na região, bem como, informações provenientes das entrevistas com os técnicos e os pesquisadores envolvidos no projeto de cipó-titica do IEPA.

CAPÍTULO II

Caracterização geográfica da região e das áreas em estudo.

1. A Amazônia brasileira e a sua fisiografia.

A região Amazônica é cortada pela linha do Equador que se estende entre os paralelos 10° Sul e 5° Norte (SALATI, 2001). A Amazônia brasileira oficialmente denominada de Amazônia Legal, termo criado a partir de critérios políticos e socioeconômicos, abrange os estados do Norte do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), o norte do estado de Mato Grosso e parte dos estados de Goiás e Maranhão (IBGE, 1991; SALATI, 1983). Possui uma área oficial de 5.033.072 Km², o que corresponde a 59% de todo o território nacional, sendo que cerca de 75% dessa área é coberta por florestas (BECKER, 2001).

A Amazônia, detentora do maior conjunto de florestas tropicais do nosso planeta, sendo a maioria desse bioma pertencente ao Brasil, estende-se também em países vizinhos como a Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Guiana Inglesa, Guiana Francesa e Suriname (MACHADO et al., 2001). Dentre as regiões equatoriais úmidas é a que apresenta a maior área geográfica contínua e a região mais cobiçada pela comunidade internacional (ANDRADE, 2001).

Dois tipos de solos se destacam na Amazônia: os dos baixos platôs e os de planícies sujeitas a inundações periódicas. O primeiro do tipo latossolo, naturalmente com baixa fertilidade devido à falta de reservas trocáveis e o segundo, de textura argilosa a arenosa, rico em óxido de alumínio e de ferro, sendo muito ácido, não possuindo fósforo disponível para as plantas.

O clima dessa região apresenta um padrão de umidade do ar tendendo a um gradiente com precipitações pluviométricas a partir de 1000 mm ao Sul, crescendo em direção a Noroeste e Nordeste, chegando a atingir médias anuais acima de 3000 mm ao ano, como é no caso do litoral do Amapá, na foz do rio Amazonas e na região ocidental da Amazônia (ANDRADE, 2001; IBGE, 1973).

No corredor da Amazônia existe um clima menos úmido e pouco chuvoso de orientação

NW-SE, que encontra-se no estado de Roraima, ao Sul do Maranhão, passando pela zona do médio Amazonas, onde as chuvas anuais são de 1500 a 1700 mm. Essas precipitações sobre a bacia do rio Amazonas têm uma média de 2460 mm ao ano, e os períodos mais chuvosos se situam nos meses de junho e julho para o hemisfério Norte da Amazônia e na região Sul do Equador as precipitações máximas ocorrem entre os meses de fevereiro e março. Essa distribuição diferente das chuvas na região se dá devido às oscilações sazonais da zona de convergência intertropical que se desloca para o Norte e para o Sul, seguindo as variações da declinação do Sol.

A maior parte da extensão territorial da Amazônia apresenta clima predominantemente quente úmido, classificado por Koeppen como Am, Aw e Af, com uma temperatura média anual que oscila entre 24 e 26 °C, ultrapassando 26 °C na foz do rio Amazonas.

Devido às influências das Cordilheiras dos Andes e da drenagem do rio Amazonas, a região tem oscilações de temperatura do ar que chegam a 12 °C às margens do Amazonas e 6 a 4 °C em Roraima, Acre e o norte do Mato Grosso (IBGE, 1973). No caso do Amapá, a temperatura média do ar é bem acima dos 25°C (média da região), chegando no verão torrencial aos 38 a 40°C (períodos mais quentes que vão de setembro a novembro). Em relação à amplitude térmica anual é bastante pequena, não ultrapassando 3°C, porém, a amplitude diária da temperatura do ar é significativa, chegando a ultrapassar os 10°C em média durante o ano.

Devido ao predomínio de clima de elevada pluviosidade na quase totalidade de seu território, a Amazônia, segundo SOARES (1977), apresenta a mais densa e rica rede de drenagem conhecida, resultando no maior sistema fluvial do globo terrestre, uma vez que recolhe grande parte da precipitação da terra. Possui rios permanentemente caudalosos, que escoam cerca de 1/5 do volume da água doce de todo o planeta, com o volumoso rio Amazonas que carrega cerca de 20% de toda a água doce que todos os rios do mundo conduzem aos oceanos.

1.1. Caracterização da Floresta Amazônica

A Floresta Amazônica, sendo uma das florestas tropicais remanescentes no mundo com a maior extensão territorial, ocupa cerca de 5,5 milhões de Km², dos quais 60% desse total

localizado em território brasileiro. É composta por uma grande diversidade ecológica, tanto animal como vegetal, apresentando um sistema ecológico vegetal adaptado a um clima de temperatura média do ar de 25°C, acompanhado por chuvas torrenciais distribuídas por todo o ano, não sendo registrado défices hídricos mensais.

São várias as denominações dessa extensa cobertura vegetal, que recebe o nome de “floresta latifoliada tropical ou equatorial”, devido as suas folhas largas que permanecem verdes durante todas as estações; “Hiléia”, do grego “*Hylaiá*” que significa floresta, termo esse, dado por Humboldt e Bonpland, pioneiros a estudá-la no século XIX; “floresta equatorial”, em decorrência do clima equatorial que a caracteriza; “floresta pluvial”, em virtude dos elevados índices pluviométricos em que está inserida e “floresta ombrófila”, devido a elevada umidade regional. O termo “Floresta Amazônica” é oriundo da lenda das guerreiras Amazonas, que teriam combatido os espanhóis quando da conquista da região (SILVA, 1996).

A Floresta Amazônica possui características bem variadas, apresentando cerca de 2 milhões de espécies (flora e fauna), das quais cerca de 500.000 estão descritas e classificadas (REIS, 1982). A dificuldade de identificação das espécies existentes na Amazônia ocorre devido, em parte, a grande variedade de espécies de plantas na floresta. Segundo RIBEIRO et al. (1999), a diversidade das florestas tropicais úmidas é a maior do planeta. Em uma área correspondente a 1 hectare existe, aproximadamente, 300 espécies de árvores com mais de 10 cm de diâmetro à altura do peito (DAP). Isso representa um número maior que todas as espécies de árvores da Europa inteira, elevando ainda a região a uma heterogeneidade vegetal que supera todas as outras regiões de florestas do mundo, comprovando a sua biodiversidade local.

Para SHUBART (1983), os exemplos poderiam suceder-se, talvez existindo em algumas dezenas de hectares da Floresta Amazônica mais espécies que em todas as florestas temperadas do Hemisfério Norte, sendo que uma das conseqüências dessa diversidade é a grande raridade da maioria das espécies. Vale lembrar que para encontrar uma segunda árvore de determinada espécie, geralmente é necessário caminhar 100 a 200 m pela mata.

A Floresta Amazônica é formada por três grandes graus de vegetação tendo por base os níveis altimétricos, que são: as matas de igapós, localizadas em áreas de planícies típicas da região e em terrenos baixos próximos aos rios, deixando os solos permanentemente alagados e

as matas de várzeas, sujeitas a inundações periódicas; as duas juntas representam cerca de 10% do ecossistema florestal. Restam, ainda, as matas de terra firme que não são atingidas pelas inundações, sendo áreas mais elevadas ou firmes, cobrindo 90% da área total da Amazônia (ADAS, 1998; MAGNOLI e ARAUJO, 1998). Nestas matas predominam a mata alta, com grande biomassa, estendendo-se por grandes áreas do planalto Amazônico. Outra formação florestal de terra firme, porém com menos expressão territorial, é a mata de cipó, que ocorre em grande extensão na área do Tocantins, local onde anteriormente ocorria a maioria do extrativismo vegetal de cipós.

Devido à pouca importância ambiental das demais matas da região para o presente trabalho, farei uma rápida abordagem das suas características fisiográficas, baseadas em SHUBART (1983) a saber: mata seca, transicional para o cerrado do Brasil Central, com predomínio de biomassa média e boa penetração de luz e muitas árvores caducifólias; mata de bambu, que ocorre no estado do Acre; a campinarana ou caatinga Amazônica, que caracteriza-se por apresentar matas relativamente baixas e predomínio de árvores finas – encontra-se em várias faixas da Amazônia, porém, em grande quantidade no alto rio Negro – e, por fim, as matas serranas e de neblina, que ocorrem nas áreas mais elevadas da região.

Atualmente, um dado que preocupa é o nível de desmatamento que têm ocorrido na Floresta Amazônica que, segundo MAGNOLI e ARAUJO (1998) pode chegar a 20% de toda a região Amazônica, ocorrendo principalmente ao longo das rodovias e sendo o estado de Rondônia o mais atingido por este desmatamento.

1.2. O estado do Amapá: localização e características econômicas.

Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Amapá era um Território Federal, sendo hoje um dos mais novos estados brasileiros, possuindo cerca de 95% de suas florestas preservadas, numa área que compreende 143.454km² de extensão. Situado na região Norte do Brasil, limita-se à leste com o oceano Atlântico, ao Norte com a Guiana Francesa e o Suriname e, ao sul, com o estado do Pará. Possui uma população de 477.032 habitantes sendo que 80% deles residem em áreas urbanas do Estado e 60% dos amapaenses encontram-se na capital do Estado, Macapá. Grande parte dessa população é oriunda de migração do estado do Pará e de vários Estados nordestinos, em especial do Maranhão.

Em todo o Estado do Amapá predomina o clima equatorial úmido e a temperatura máxima absoluta pode-se estimar em 36°C e a mínima em 20°C. Durante o ano, duas estações são definidas: o inverno, caracterizado pelas fortes descargas pluviais que vão de dezembro até agosto, com uma distribuição de chuvas divergindo devido a umidade do ar, a proximidade do mar e a floresta; e o verão, com predominância dos ventos alísios, que vai de setembro a dezembro.

Devido ao clima equatorial úmido, a vegetação amapaense está dividida em floresta de várzea, que encontra-se inundada apenas durante a cheia dos rios; floresta de terra firme, que não é atingida pelas inundações, e os campos. Estas se apresentam com três aspectos diferentes: os campos cerrados, os campos inundáveis e os campos limpos, predominando os campos inundáveis, com uma criação significativa de gado bovino e bubalino – principalmente no município de Amapá, às margens do rio Araguari. Nas partes baixas da planície litorânea, constantemente alagadas, surge a vegetação denominada mangue e manguezal, localizada no litoral amapaense.

Grande parte das árvores que compõe a cobertura vegetal de terra firme do Amapá chega a atingir aproximadamente 40 metros de altura, e as que se destacam por todo o Estado por sua importância econômica são: o jatobá (*Hymenaea* spp¹⁷), o pau rosa (*Aniba rosaeodora*), a castanheira (*Bertholletia excelsa*), o piquiá (*Caryocar villosum*), o acapú (*Voucapoua pallidior*), o angelim (*Hymenolobium* spp), a andiroba (*Carapa guianensis*), a ucuúba (*Virola* spp), o cedro (*Cidrela fissilis*), o pau mulato (*Capirona decorticans*), a maçaranduba (*Platymiscium ducke*), a sucupira (*Andira micrantha*) e a copaifeira (*Copaífera multijuga*), dentre outras. Estas são as principais madeiras utilizadas na indústria madeireira local e exportadas para outros estados brasileiros ou para a Europa.

A maioria dessas árvores hospeda grande parte das espécies de cipós, que são utilizados na indústria de móveis e artesanatos da região (FIGURA 02 e 03), dos quais destacam-se o ambé ou imbé (*Philodendron ecordatum*), o jacitara (*Thoracocarpus bissectus*), o cebolão (*Clusia grandeflora*), o timbó ou timbó-açú (*Derrias urucu*) e o cipó-títica (*Heteropsis* spp), que são as espécies mais utilizadas também na exportação para outros estados brasileiros. Este último é a espécie que sai em maior quantidade do estado, na maioria das vezes de forma clandestina. Alcança um preço em torno de R\$1,20/kg, sendo vendido por

¹⁷ Os nomes científicos com a terminologia spp tem por objetivo demonstrar que as espécies são bastante variadas. No caso, por exemplo, do jatobá, são várias espécies do gênero *Hymenaea*.

atravessadores para os compradores em São Paulo por aproximadamente R\$8,00/kg¹⁸, o que possibilita uma exploração de uma média de 40.000 toneladas de cipós por ano. Segundo QUEIROZ et al. (2000) este material é entregue a preço irrisório e sem pagar um centavo de imposto ao Estado.



FIGURA 02 – Móvel confeccionado a partir de fibras de cipó-titica e similares.



FIGURA 03 - Artesanatos confeccionados a partir de fibras de cipó-titica e similares.

¹⁸ Os dados foram obtidos a partir das entrevistas realizadas entre os meses de dezembro de 2002 a julho de 2003, nas localidades de Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Porto Grande – locais de intenso fluxo de compra e venda de cipós no estado do Amapá.

Vale, ainda, destacar as palmeiras, que são importantes na construção de casas e na alimentação da maioria da população amapaense, impulsionando o comércio local, destacando-se a bacabeira (*Oenocarpus bacaba*), o buritizeiro (*Mauritia flexuosa*), o paxiubeira (*Iriartia exorrhiza*), o tucumanzeiro (*Astrocaryum aculeatum*), o bussuzeiro (*Manicaria saccifera*), a pupunheira (*Bactris gasipaes*), e o açazeiro (*Euterpe oleracea*), cujo fruto é utilizado na alimentação de grande parte da população amapaense.

O Amapá é um dos estados da Amazônia que tem utilizado de forma exemplar a sua biodiversidade. Os pesquisadores do laboratório fitoterápico do Centro de Pesquisas Mediciniais do IEPA têm pesquisado grande parte das plantas utilizadas há centenas de anos pelas comunidades tradicionais do Estado, e o resultado têm sido a sistematização de fórmulas fitoterápicas que são vendidas a preço de custo na farmácia do Instituto, ajudando a tratar doenças da população de baixa renda do Estado e contribuindo para o avanço da ciência na região. Espécies como: o pracaxi (*Pentstemon macroloba*), a pata de vaca (*Bauhinia variegata*), o urucuzeiro (*Bixa orellana*), o amapazeiro (*Brasimum* spp), dentre outras, ajudam no tratamento de doenças pulmonares, diabetes, verminoses, picadas de cobras – doenças que, até então, só eram tratadas através de produtos industrializados extremamente caros e fora da realidade da maioria da população.

A produção do Amapá está concentrada, basicamente, no extrativismo do açaí, da castanha do brasil, do palmito e da madeira¹⁹ conforme mostram as TABELAS 01 e 02. A movimentação da economia ocorre através da área de Livre Comércio de Macapá e Santana²⁰.

Os dados mostram a importância que o açaí tem na alimentação e na comercialização local, apesar do Amapá se encontrar bem distante do maior produtor de polpa de açaí no *ranking* nacional, que é o Pará, responsável por mais de 60% da produção nacional.

No Amapá, 80% dos seus produtos de consumo diário tais como o arroz, feijão, farinha de milho, farinha de mandioca, farinha de trigo, carnes, e os produtos que passam pelo processo de industrialização, provêm do Sul, do Sudeste brasileiro e dos estados vizinhos –

¹⁹ Os dados sobre o extrativismo da madeira, não estão disponíveis nos levantamentos do IBGE, muito embora, seja um dos produtos mais comercializados no Estado, porém, as estatísticas do governo do Amapá, não tenham disponibilizados esses dados para citação.

²⁰ A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana foi criada em 1989 pelo Decreto nº 517, de 08 de maio de 1992 e objetivava fazer o Estado sair da dependência dos recursos federais uma vez que até pouco tempo a economia local dependia basicamente dos salários dos funcionários públicos.

principalmente do Pará – uma vez que o Amapá é desprovido de um parque industrial que alimente e empregue a sua população.

TABELA 01 – Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal do Amapá – 2000 e 2001.

Produto	Quantidade (t)		Valor (R\$1.000)	
	2000	2001	2000	2001
Açaí	1825	1639	1638	525
Castanha do brasil	1639	1393	1393	398
Palmito	233	189	189	57

Fonte: adaptado de IBGE (2001)

TABELA 02 – Quantidade dos produtos da extração vegetal e da silvicultura segundo os principais produtos no Brasil – 2000 e 2001.

Produto	Quantidade (t)	
	2000	2001
Açaí	121800	123135
Castanha do brasil	33431	28467
Palmito	17154	15596

Fonte: adaptado de IBGE (2001).

Apesar desses números, a maior produção do Estado está concentrada em produtos como a mandioca, o arroz, o feijão e o milho que, entretanto, é insuficiente para atender às necessidades de consumo do Estado. Comparando a quantidade de área plantada, de área colhida, de produção obtida e o rendimento médio de produção destes produtos, o Amapá, de longe, não consegue chegar ao rendimento médio da produção nacional por hectare.

As informações da TABELA 03, sintetizam os dados sobre os vários fatores que levam os agricultores a buscarem o extrativismo como uma das saídas para a sua permanência e sobrevivência no campo, que serão detalhados mais adiante.

TABELA 03 – Área plantada, área colhida, produção obtida, rendimento médio obtido das culturas agrícolas permanentes e temporais no Amapá – 2001.

Produto (em grãos)	Área (ha)		Produção obtida (t)	Rendimento médio Kg/ha
	Plantada	Colhida		
Arroz	2310	2182	1816	832
Feijão	1221	1087	684	629
Mandioca	7107	6856	65279	9521
Milho	2095	1885	1465	777

Fonte: adaptado de IBGE (2001).

1.2.1. A área em estudo

A área em estudo compreende parte dos municípios de Porto Grande e Pedra Branca do Amapari, localizados às margens da Rodovia Perimetral Norte, nos trechos entre os quilômetros 42 e 78, na região sudeste do estado do Amapá, conforme indicado nos mapas das FIGURAS 04 e 05.

O município de Pedra Branca do Amapari encontra-se a 173 Km de distância da capital do Estado e foi criado em 1º de maio de 1992, tendo suas origens ligadas à exploração do ouro pelos Samaracás, nativos da Guiana Francesa (O MUNICÍPIO..., 2003). Mais recentemente, seu desenvolvimento esteve ligado à ferrovia Santana/Serra do Navio e à história de garimpagem no rio Cupixi. A esse respeito, destaca-se o papel da Perimetral Norte, enquanto eixo de dinamização do município.



FIGURA 04 – Mapa da unidade federativa do Brasil.

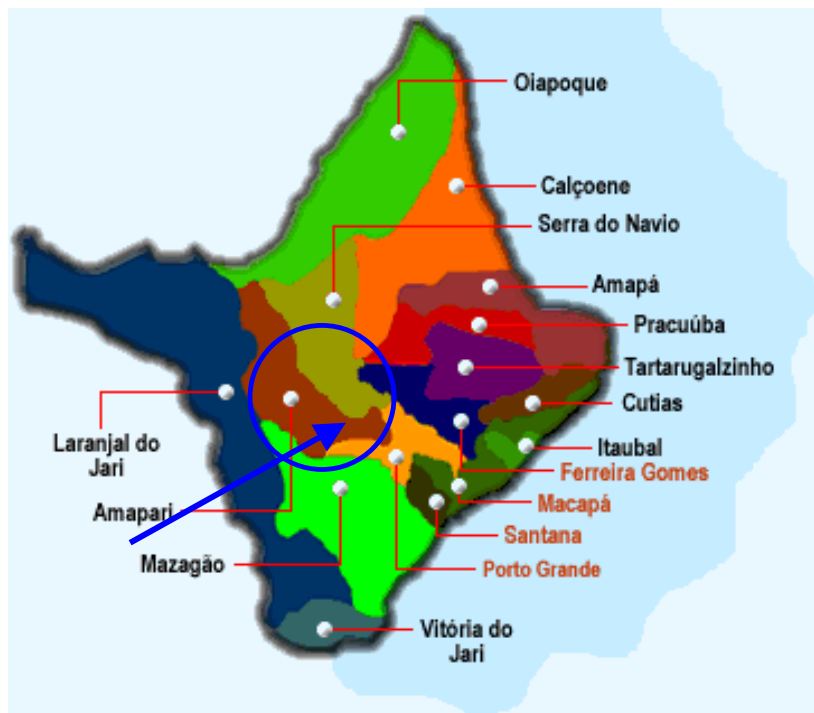


FIGURA 05 - Região onde estão localizados os municípios envolvidos na pesquisa (Porto Grande e Pedra Branca do Amapari).

Pedra Branca possui uma área de 9.495 Km² e uma população de 4009 habitantes (IBGE, 2002). Apresenta uma população rural de 2640 habitantes e limita-se ao Norte com o município de Oiapoque e Calçoene, ao Sul com o município de Mazagão, a Leste com os municípios de Serra do Navio, Pracuúba, Ferreira Gomes e Porto Grande e a Oeste, com o município de Laranjal do Jari.

Porto Grande, com sede localizada a 103 km da capital do Estado, também foi criado em 1º de maio de 1992; sua história de desenvolvimento está ligada a diferentes fases de extração de garimpos do alto rio Araguari, onde funcionou como importante porto de apoio para a história da ferrovia Santana/Serra do Navio e implantação e funcionamento da Rodovia Perimetral Norte, a principal estrada que corta o município e dá acesso aos demais municípios circunvizinhos. O município possui uma área de 4402 km², localizando-se ao Sul com os municípios de Macapá, Mazagão e Santana; ao Norte com o município de Ferreira Gomes, a Oeste com o município de Pedra Branca do Amapari e a Leste com Ferreira Gomes. Possui uma população de 11.042 habitantes e destes, 3668 residem na área rural do município (IBGE, 2002; O MUNICÍPIO..., 2003).

A pesquisa limitou-se a essa região, por apresentar uma vegetação de floresta de terra firme, que segundo o mapa do IEPA (2002), é um tipo de vegetação com características mais representativas da região em estudo. Dentre essas características, destaca-se a máxima diversidade por unidade de área, estrutura de alto porte, estratificações diferenciadas segundo tipologias locais e freqüentes níveis de especialização com árvores de grande porte (com aproximadamente 40 metros de altura), e a presença de espécies oleaginosas, resiníferas, aromáticas, medicinais, produtoras de frutos comestíveis de cupuzeiros, açazeiros, castanheiras, pupunheiras, dentre outras.

Essa região, além de ser a que possui o maior número de coletas de cipó-títica e outros cipós do Estado, possui também as melhores condições de escoamento de cipós – onde é possível fazer o transporte via fluvial e terrestre, uma vez que a região possui cerca de 15 ramais²¹, com uma média de 20 km de extensão cada um, interligando à Rodovia Perimetral.

Além de possuir vários ramais, a região é cortada por uma ferrovia que vai de Santana à Serra do Navio, paralela à rodovia Perimetral Norte. E nos locais onde não há estradas, o escoamento da produção e locomoção de passageiros é feita principalmente pelos rios Vila Nova e Amapari, este acompanhando toda a margem direita da rodovia, possuindo ligação com inúmeros igarapés²² que são utilizados pelos caboclos ribeirinhos como estradas no meio da floresta.

O clima nesta região é bem diferente das demais regiões do Estado, principalmente por encontrar-se em um dos locais com cadeias de montanhas acima de 200m de altitude. Apresenta uma temperatura máxima do ar que durante o dia chega aos 40°C e cai para cerca de 16°C durante à noite, fazendo da região um local com uma oscilação de temperatura bastante variada entre o período chuvoso e o período seco.

Conforme EMBRAPA (2000), no mapa geral de classificação de solos a área de pesquisa se encontra numa extensão de, aproximadamente, 50 km ao longo da rodovia Perimetral Norte, grande parte desses solos, cerca de 48%, são formados por solos do tipo Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico típico, sendo naturalmente uma região de solos de baixa produtividade agrícola (EMBRAPA, 1999).

²¹ O mesmo que travessão ou pequenas estradas que dão acesso às propriedades dos moradores na região em estudo.

²² Termo de origem indígena muito utilizado na região Amazônica, que significa pequenos córregos ou riachos.

CAPÍTULO III

Do extrativismo na Amazônia à exploração do cipó-titica.

1. O extrativismo na Amazônia.

O extrativismo, segundo LESCURE et al. (1997), é um sistema de exploração dos produtos da floresta voltados para a venda em mercados regionais, nacionais ou internacionais, diferindo da coleta feita por caçadores-coletores que a fazem só para o consumo doméstico ou para troca local²³.

Com a chamada “descoberta” do Novo Mundo por Cristóvão Colombo, aumentou o interesse dos europeus pelas riquezas existentes nas Américas, principalmente porque se espalhou pela Europa a idéia de que existia uma enorme quantidade de ouro disponível para quem se dispusesse a procurá-la. Estas histórias exageradas faziam gerar grandes expectativas e desenvolviam mitos, que despertavam nos espanhóis e portugueses a ânsia de viajarem para a América em busca dessas riquezas.

Portanto, o extrativismo na Amazônia entrou nesse contexto considerado como um lugar de minas fabulosas e fonte de especiarias, gerando grandes expectativas em relação aos produtos que os europeus encontravam em suas expedições.

Para SILVA (1996) a história do extrativismo amazônico tem pelo menos duas etapas diferenciadas no contexto de ocupação dessa região. Primeiro, a coleta vegetal era apenas de subsistência e, um século e meio depois, com a presença dos europeus na região, passou a ser um extrativismo de cunho econômico, modificando sensivelmente o panorama socioeconômico e ambiental dessa região.

A primeira travessia da Amazônia com o intuito de exploração de novos territórios procurando riquezas e especiarias se deu por volta de 1541 (SMITH, 1990) e contou com a presença de Francisco de Orellana e de Gonçalo Pizarro, irmão do então governador do Peru Francisco de Pizarro, que tinha como objetivo procurar canela, no lado leste do país, além dos Andes (SIMONSEN, 1978; REIS, 1989).

²³ De acordo com Lévi-Strauss (1987) os indígenas brasileiros usam cipós, pertencentes a diversas famílias botânicas, para diferentes fins, como preparar cabos, cordas e fios.

Somente no final do século XVI os europeus fixaram-se, definitivamente, na Amazônia, e o local escolhido foi a foz do Rio Xingu. Os holandeses foram os primeiros povos a fixar-se em terras amazônicas, criando em 1621 a Companhia das Índias Ocidentais, com o intuito de explorar as terras Amazônicas, às margens do Rio Amazonas. A partir daí, ingleses e irlandeses iniciaram também a exploração e exportação de especiarias (urucu, sementes, madeiras, gomas, óleos, peixes secos, aves e outros) da Floresta Amazônica para a Europa. Também os franceses instalaram-se em São Luis do Maranhão, com o objetivo de fundar a França Equinocial e mantiveram por muitos anos comércio com os índios da foz do Amazonas e da costa do Maranhão, comercializando principalmente madeiras para tintura, âmbar, dentre outros produtos não-madeireiros (SIMONSEN, 1978).

Nos fins do século XVII, com o mapeamento das áreas de atuação das ordens religiosas, coube aos jesuítas solucionar o problema da utilização intensiva da mão-de-obra indígena na extensiva atividade extrativa dos produtos florestais. Para FURTADO (1986), os jesuítas conservavam os índios em suas próprias estruturas comunitárias, tratando de conseguir deles a cooperação voluntária, pois era rentável manter os índios dessa maneira, uma vez que o gasto era muito aquém dos lucros e até porque os índios tinham maior conhecimento dos locais onde havia grande quantidade de produtos para extração.

Por outro lado, devido à caça aos índios na floresta, os colonizadores foram se familiarizando e descobrindo as várias espécies conhecidas pelas populações indígenas e até então desconhecidas por eles. Nessa perspectiva de cooptação, pouco a pouco os missionários iam aumentando o número de indígenas nas atividades extrativistas, colocando os produtos da floresta como a base da economia da Amazônia, chegando, por exemplo, à região paraense, às margens dos rios que cortam o Pará no sentido leste-oeste, a serem grandes corredores de transportes de produtos florestais. Nascia, assim, o que hoje conhecemos como produtos florestais extrativistas.

Apesar da existência centenária da exploração de vários produtos não-madeireiros da Floresta Amazônica, poucos registros são encontrados na literatura da época que envolva os colonizadores portugueses e espanhóis. Porém, a extração de cipós e similares já é citada por BRUNO, 1966 (*apud* SILVA, 1996), ao relatar documentos escritos pelos jesuítas sobre a existência de várias canoas que cortavam o sertão amazônico abarrotadas de raízes, frutos, cipós, madeiras, dentre outros produtos para comercialização na Europa.

Até o final do período colonial, o extrativismo ainda era uma atividade com produção superior ao do cultivo de grãos na Amazônia (REIS, 1953). No entanto, o extrativismo hoje, segundo HOMMA (1992), representa cerca de 10 a 20% da renda do setor primário da região Amazônica, envolvendo cerca de 100 mil famílias e em geral de pequenos produtores, representando 14% da população economicamente ativa do setor primário, nos últimos anos.

Atualmente, o extrativismo vegetal tem surgido como um tema importante no contexto do desenvolvimento regional. Porém, não pode ser considerado como uma solução geral para a pobreza ou para a degradação ambiental da Amazônia, sendo, entretanto, uma alternativa para parte dos moradores da região. Além do mais, a visão que muitos produtores rurais têm de quem sobrevive do extrativismo é de um modo geral negativa. E essa visão se dá, muitas vezes, pelos próprios produtores que trabalham com o extrativismo em outras partes do Brasil.

Um fato bastante peculiar que ilustra a ocorrência de concepções, digamos que “preconceituosas” do extrativismo, foi registrada por VIANNA (1990), em trabalho de campo realizado com assentados da fazenda Annoni, no Estado do Paraná. O autor constatou que vários colonos da região consideravam que quem vivia do cultivo de erva mate não seria considerado “colono” e sim, “caboclo”, isto é, um tipo de produtor rural etnicamente distinto e discriminado pelos primeiros. Para o autor, com essa concepção demonstrada pelos atores sociais daquela região, fica evidente uma valoração negativa do extrativismo como fonte de renda principal. No caso da Amazônia, preconceito desse tipo é bastante difundido, até mesmo pelos técnicos em conversas informais com os produtores rurais em suas propriedades. É comum considerar o extrativismo apenas como uma atividade secundária na propriedade, ou de segunda categoria em relação às demais atividades agrárias.

Em relação ao extrativismo amazônico, não é possível pensá-lo sem levar em consideração alguns outros fatores bastante importantes, valendo destacar que foram as altas e baixas do extrativismo na região e a sua permanência por vários e vários anos, que podem ter contribuído como um dos principais fatores para o equilíbrio e a manutenção da floresta. Isto se deve principalmente ao fato de haver uma quantidade ínfima de pessoas na região, pois em alguns locais dessa floresta a população ainda hoje não chega a ser maior que dois habitantes por Km² (IBGE, 2002), contribuindo sensivelmente para este panorama socioambiental.

Por outro lado, AB'SABER, 1978 (*apud* SILVA, 1996) salienta que o espaço amazônico, apresentava-se estruturado de forma linear e beiradeiro²⁴, ao longo dos rios e igarapés da bacia Amazônica, com uma vida social, cultural e econômica da região ligada diretamente ao extrativismo e à agricultura de subsistência, apresentando-se em sintonia com o meio e relacionando-se a um sistema de transporte e comunicação com características intimamente ligadas aos rios da região.

Do mesmo modo, para LESCURE et al. (1997), um fator bastante importante no aspecto ecológico do extrativismo é que ele explora o valor intrínseco da floresta, opondo-se à degradação causada pela adoção de políticas regionais de gestão que promovem novos esquemas de desenvolvimento baseados em áreas de pastagens e núcleos agrícolas pioneiros, cabendo ao extrativismo um papel muito importante na história da Amazônia.

MARTÍNEZ ALIER (1998), por sua vez, considera que as reservas extrativistas funcionam como uma possibilidade de aproveitamento de produtos recolhidos segundo procedimentos habituais que não implicam em degradação ecológica. Para o autor, essas iniciativas se contrapõem às políticas de criação de gado, ou à promoção de grandes monoculturas de arroz, feijão, soja e outros produtos introduzidos em grande escala na região.

É indispensável, assim, salientar que o estabelecimento de reservas extrativistas na Amazônia representou um importante passo para a criação de formas mais justas de se usar a terra, que têm um potencial de reconciliar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (ANDERSON e IORIS, 2001).

As Reservas Extrativistas criadas na Amazônia são terras que pertencem ao Estado e surgiram inicialmente dentro do Programa da Reforma Agrária, com a denominação de Assentamentos Extrativistas (Portaria do INCRA nº 627 de 30/07/87). Mais tarde, passaram a fazer parte da Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), decreto nº 98897 de 30/01/90, com a garantia do seu uso pelas comunidades ali residentes, seguindo formas tradicionais de manejo do ambiente. Até 1991 foram criadas 14 Reservas Extrativistas, com uma abrangência de área em torno de 2,99 milhões de hectares, que beneficiou cerca de 9174 famílias amazônicas.

²⁴ Termo utilizado na Amazônia para classificar quem mora às margens dos rios e igarapés da região. O mesmo que ribeirinho.

Para DIEGUES (2001), as reservas extrativistas e outras experiências semelhantes aparecem como uma das alternativas de um desenvolvimento sustentado nas regiões tropicais, baseado no respeito ao mundo natural, no uso de tecnologias apropriadas e densas de conhecimento tradicional dos ecossistemas, na equidade social e na viabilidade econômica.

Segundo RODRIGUES e AZEVEDO (2002), apesar do esforço institucional realizado no sentido de priorizar a implementação de ações de caráter social, que possibilitassem alteração nas condições de vida das populações que há mais de um século se reproduzem sob a floresta, a situação destas reservas ainda é motivo de preocupação, tanto por parte dos governos estaduais e o do federal, como por parte das lideranças dos assentados e das Organizações Não Governamentais (ONG's) da região. Destaca-se, nesse processo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é uma organização diretamente ligada à essa causa no Amapá.

Um número significativo de famílias se encontra dentro dessas Reservas Extrativistas, conforme mostra a TABELA 04.

TABELA 04 – Reservas Extrativistas (RESEXs) criadas na Amazônia, área de abrangência e famílias beneficiadas, até 1991.

Estado	RESEXs	Área (ha)	Famílias
Acre	7	1.643.342	5.163
Amapá	4	805.150	2.068
Amazonas	2	339.462	1.293
Rondônia	1	204.583	650
Total	14	2.992.537	9.174

Fonte: ALEGRETTI *apud* KITAMURA (1995).

Estas áreas foram criadas principalmente como forma de diminuir o número de derrubadas praticadas na região Amazônica, sendo um elemento de extrema importância no desenvolvimento de sistemas de uso alternativos à agricultura migratória, que contribui tanto para a redução do desmatamento, como para o aumento da sustentabilidade socioeconômica de seus praticantes. Porém, como será discutido mais adiante, não necessariamente tem que se criar reservas para que se modifique o quadro de desmatamento e queimadas na Amazônia brasileira, sendo necessário, a rigor, a criação de políticas específicas para a região, com uma ampla discussão com os povos e diferentes segmentos sociais que nela habitam.

2. O cipó-titica e o extrativismo empregado

A extração de cipó-titica no Amapá é uma atividade que vem sendo efetuada há pelo menos cem anos, sendo que nos últimos dez anos houve um aumento significativo no processo. Esse aumento foi resultante da possível escassez de cipós nos antigos pontos de extração, que eram nos estados do Pará e do Maranhão, elevando o Amapá à categoria de “mina de ouro”, devido principalmente às dificuldades de fiscalização fronteiriça e de fiscalização da área florestal no Estado. São essas “dificuldades” que têm facilitado o escoamento do produto de forma clandestina e criminosa, saindo muitas vezes sem o pagamento dos impostos devidos (QUEIROZ et al., 2000).

Toda essa corrida sem precedentes aos cipós amapaenses tem acontecido, também, devido à falta de uma política estadual de manejo, bem como um trabalho de educação ambiental, adequado às características da região – a partir de uma política governamental traçada para o setor não-madeireiro do Amapá.

Apesar do Amapá ser um dos Estados da federação que possui uma das leis de proteção, de acesso à biodiversidade, de controle de extração de madeiras e cipós mais avançadas do Brasil, mesmo assim tem demonstrado dificuldades em aplicar essas leis e disciplinar as práticas agrícolas e ambientais.

O cipó-titica, como produto, é explorado de maneira extensiva em ambientes de floresta densa de terra firme. Em grupos familiares ou individualmente, os coletores andam pela floresta abrindo pequenas trilhas, com o menor esforço possível, pois é necessário economizar energia para a caminhada pela mata, para efetuar a coleta propriamente dita e o carregamento dos cipós (DURIGAN, 1998).

O incentivo ao extrativismo de cipós tem sido hoje uma estratégia defendida por muitos pesquisadores que desenvolvem trabalhos numa perspectiva socioambiental. Grande parte destes pesquisadores amapaenses acreditam que incentivando o manejo adequado dos cipós haverá uma diminuição significativa no processo de extração de madeira, pois haveria uma certa “conscientização” por parte dos extratores sobre uma possível “necessidade” de manter a floresta em pé, para que possam ter cipós para coletar. Essa posição pode ser um pouco utópica, mas poderá ser uma alternativa no debate sobre a importância dos cipós na renda dos agroextratores, tanto em áreas de reservas extrativistas, que o Amapá possui

abrangendo grandes extensões de áreas florestadas, como foi apontado, quanto em outros assentamentos de agroextratores, desde que devidamente conscientizadas e amparadas por políticas públicas que possibilitem garantir, através do manejo adequado do cipó, o retorno financeiro indispensável à sobrevivência e reprodução social desses segmentos sociais.

3. A descrição botânica da planta do cipó-titica

O cipó-titica é uma liana pertencente à família Araceae e de grande complexidade taxonômica (MORI et al., 1997; GRENAND et al., 1987). Mesmo assim, em termos genéricos é reconhecido facilmente pelos seus órgãos vegetativos.

A família Araceae possui aproximadamente 105 gêneros e mais de 3.500 espécies, principalmente em regiões tropicais. Porém, sua distribuição geográfica ocorre mundialmente, destacando-se a América do Sul, que possui cerca de 38 gêneros, sendo que no Brasil ocorrem 30 gêneros e mais de 402 espécies. As espécies herborizadas no HAMAB (Herbário Amapaense) denominadas popularmente de “cipó-titica” são excelentes produtoras de fibras. A sua distribuição ocorre em áreas com populações adensadas por todo o estado do Amapá, excetuando as áreas de Floresta de Cerrado e de Várzea.

Segundo PEREIRA et al. (2001), o estado do Amapá possui catalogado em seu herbário (HAMAB) cinco espécies de *Heteropsis* Kunth., (*Heteropsis linearis*, *H. spruceana*, *H. steyermarkii*, *H. tenuispadix* e *H. flexuosa*) sendo descrita aqui apenas a espécie *Heteropsis flexuosa*, por ser a espécie mais utilizada pelos artesãos na confecção dos artesanatos locais.

3.1. *Heteropsis flexuosa* (H.B.K.) G.S. Bunting

Anteriormente denominado *Heteropsis jemannii*, essa espécie foi descrita por Humboldt, Bonpland e Kunth como uma liana hemiepífita escandente, lâmina foliar coriácea com face superior verde-oliva e face superior verde bem claro, contrastado com o superior, e venação obscura (FIGURA 06).



FIGURA 06 – Planta de cipó-titica.

A folha tem um pecíolo muito curto e uma lâmina coriácea, oval – elíptica ou estreita – alongada com numerosos nervos laterais salientes. A lâmina alcança 27 cm de comprimento por 9 cm de largura, lâmina oblonga e oblongeolada, aguda e obtusana base, 10 – 27 x 2 – 8 cm, negra quando seca (lâmina foliar juvenil verde escura e aveludada acima e manchada abaixo); divisão central curtamente levantada (sulcada em plantas juvenis), curtamente levantada e mais pálida embaixo, veias laterais primárias inconspícuas, pouco mais evidente que as menores.

O talo desta trepadeira é grosso e lenhoso, com entrenós alongados e gemas axilares espiniformes. Ramos alongados, flexíveis, lignificados, com botões como espinhos acima do pecíolo, os entrenós 1 – 4 cm x 3 – 5 mm, planamente sulcados de um lado.

A inflorescência possui cor laranja, medindo cerca de 6 cm de comprimento, aumentando para 13 cm de comprimento no período de maturação, possuindo pedúnculo mais curto que o espádice. A espata apresenta 8 cm de comprimento, sendo elipsóide a subglobosa, branco esverdeada abaxialmente, branca adaxialmente; espádice 3,5 – 6 cm de comprimento, estipitada a 7 mm, branca a amarelo esverdeado, cilíndrica, com 4 – 5,5 x 1,3 cm.

As flores são truncadas no ápice, com floração ocorrendo entre setembro e maio e frutificação ocorrendo entre os meses de março e novembro, freqüentemente sob o dossel de floresta, muito embora ocorra de forma ocasional.

Essa descrição botânica efetuada foi possível após um período de acompanhamento fenológico da planta de cipó-titica, período compreendido entre outubro de 1999 e fevereiro de 2002, nos municípios de Serra do Navio, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari e Calçoene. A partir daí, como já foi dito, os técnicos do IEPA, sensibilizados pela falta de informações consistentes sobre os aspectos botânicos e ecológicos da planta, elaboraram um projeto de pesquisa, que foi financiado pelo Governo do Estado do Amapá e pelo Programa Brasileiro de Biologia Molecular para Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (PROBEM).

Segundo PEREIRA et al. (2002), após um levantamento feito na área de estudo, foi observada a ocorrência de 52 espécies arbóreas com DAP acima de 5 cm. Destas, 13 espécies são de forófitos localizados nas subparcelas onde foram feitos os acompanhamentos fenológicos supra citados. Os forófitos tinham em média 14,9 m de altura com desvio padrão igual a 8,9 m. A planta de nome popular Abiurana [*Pouteria venosa* (Mart.) Baehni] foi a espécie mais freqüente (6 forófitos amostradas). Para os autores, a altura e a circunferência das plantas não influenciaram na presença do cipó nas plantas que hospedavam o cipó-titica.

Após o estudo ecológico da planta, foi realizado um estudo botânico de todo o material coletado, resultando numa chave analítica que serviu para identificar todo o material em campo e, posteriormente, confirmá-lo em literatura especializada no herbário HAMAB, para enfim depositá-lo em exsiccatas no herbário, conforme os dados a seguir.

3.2. Chave analítica para identificação das principais espécies de cipó-titica da região em estudo, adaptada de BUNTING (1979)

1 – Ramos com proeminência estipular supraaxilar - 2

1.1 – Ramos sem proeminência estipular supraaxilar - *H. steyermarkii*

2 – Folhas sésseis e subsésseis, linear (medida) - *H. linearis*

2.1 - Folhas pecioladas, não lineares.

3 - Pecíolo marcadamente sulcado; folhas papiráceas, elíptica a oblongo-elíptica.

3.1- Pecíolo levemente sulcado; folhas coriáceas, lanceoladas, oblongo-elíptica – 2.

4 – Entrenós sulcados; oblongo-elíptica (medida), lâmina foliar delgada, mais ou menos papirácea ou membranoso firme, longamente atenuada em direção ao ápice, até 15 cm de comprimento, pecíolo com somente 1,0-1,5 mm - *H. spruceana*.

4.1- Pecíolo alongado, até 8,7 cm de comprimento, entrenós não sulcado; elíptica (10x20cm) - *H. melinonii*.

5- Elíptica (medida), gradualmente longiacuminado no ápice e base obtusa - *H. Oblongifolia*.

5.1- Lanceolada a oblongo-lanceolada (medida); ápice não longiacuminado – 6.

6 – Ápice agudo; lâmina foliar coriácea, haste com até 27 cm de comprimento, venação principal fracamente sulcada; face adaxial verde brilhosa, pecíolo com até 4 cm de comprimento - *H. Flexuosa*.

6.1- Ápice agudo; venação principal não sulcada; face adaxial verde fosco - *H. longispathaceae*.

4. A lei de manejo de cipós do Amapá

A necessidade de se criar leis que viabilizem alternativas de manejo, não é uma tarefa fácil, pois estas, via de regra, acabam por interferir em interesses que há décadas vêm definindo a dinâmica da economia e da vida nas várias comunidades envolvidas. Porém, essas leis quando bem elaboradas, podem garantir o suprimento futuro da matéria-prima (produtos madeireiros e não-madeireiros), conservar a biodiversidade e manter os benefícios macroambientais indiretos (HOSOKAWA et al., 1998). Complementando, podemos dizer que essas leis poderão interferir, também, na manutenção da cobertura florestal, podendo ainda viabilizar a proteção contra riscos de erosão e, além disso, na manutenção do microclima produzindo externalidades positivas na produção em geral (HOMMA et al., 1995).

No estado do Amapá, a aprovação da lei que regulamenta os procedimentos para a extração, transporte e comercialização de espécies vegetais produtoras de fibras do tipo cipó-títica e similares foi de grande importância para barrar o processo de extração desenfreada de lianas. Isto significou um processo de tregua entre o poder público estadual, representado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA), e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), uma vez que esse Instituto utilizando-se apenas da legislação nacional em vigor, dificultava a ação da SEMA, que em alguns momentos não conseguia se entender com o órgão federal, pois este último ora facilitava a extração, ora dificultava, criando um certo conflito administrativo entre os dois órgãos.

Por outro lado, o processo de criação dessa lei foi um tanto quanto difícil, pois atingia setores bastante interessados na extração de cipós no Estado, criando uma certa disputa entre o Governo do Estado e os empresários de cipós do Amapá. De um modo geral, a lei foi pouco discutida com a população. Porém, houve uma ampla divulgação de sua criação, pois os interesses para que a lei não fosse aprovada eram bem maiores do que para a sua aprovação. Esses interesses eram tanto por parte dos empresários, como por parte dos extratores. De modo especial, no caso dos extratores, seja porque desconheciam o cerne do problema, seja porque não participaram de nenhum processo de discussão a esse respeito.

Vale destacar que não se deseja avaliar a responsabilidade do Estado nesta não participação da população, tanto pela dificuldade de lidar com tantos interesses diferentes, quanto pelo desgaste que o governo sofria quando recorria das várias liminares dadas pelo judiciário local. A rigor, acontecia que a SEMA apreendia toneladas e toneladas de cipós extraídos de forma clandestina e o judiciário liberava através de diversas liminares a exportação dos mesmos causando, assim, um mal estar generalizado.

O projeto de lei debatido no parlamento estadual e sua posterior sanção pelo Executivo Estadual do Amapá, por si só, proporcionou importantes mudanças nas expectativas de extração de cipós no Amapá, pois alguns aspectos da lei, fixaram a quantidade de produto que poderia ser extraído por área e por mês mesmo sem um estudo aprofundado da ecologia da planta do cipó-títica. Isto foi um passo importante na limitação do processo de extração por empreendimento ou empreendedor.

Além desse avanço na limitação da área de extração outros quatro aspectos da lei foram importantes no controle da extração de cipó-titica:

- Limitação do período de coleta (período compreendido como um “defeso”²⁵), diminuindo assim, a coleta predatória em pleno verão [período que será definido pela Comissão de Acesso aos Recursos da Biodiversidade (CARB), devendo provavelmente se basear em estudos que estão sendo realizados pelo IEPA];
- Condicionamento da concessão de licença ambiental ao referendo da (CARB), que é um órgão auxiliar ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA), o qual gerencia todas as autorizações de licenças que dizem respeito ao uso de recursos naturais do Estado (Lei Estadual 388/97);
- Determinação ao poder público estadual e municipal da prática de incentivo ao associativismo entre os extratores locais, com o objetivo de agregar valor e uso sustentável dos produtos ambientais O que apesar de não prever penas ao não cumprimento dessa norma estabelecida, possibilita ao Estado a abertura em usar recursos públicos para esse fim;
- Responsabilizar o poder público estadual pelo desenvolvimento de programas de incentivo a melhorias tecnológicas para o manejo, aproveitamento e beneficiamento dos produtos. Esses programas seriam destinados a discutir e promover o manejo sustentável, a partir de um programa de Educação Ambiental voltado para esse fim.

O manejo de cipós tem sido um tema de grande discussão no Amapá, pois não representa apenas uma necessidade de controle do Estado sobre a depredação do ecossistema amapaense, mas uma oportunidade de oferecer alternativas através de políticas públicas governamentais para uma crise que, seguindo a lógica de GUIMARÃES (2001), pressupõe um esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente predatório, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo, com conseqüências gravíssimas ao meio ambiente, pois compromete o uso dos recursos naturais de forma conseqüente.

²⁵ Termo usado pela legislação oficial, definido como o período em que os pescadores ou outras categorias de coletores ficam proibidos de retirarem da natureza os seres (principalmente os peixes que estão no período da piracema), ou os produtos deles, na fase em que se encontram na reprodução.

Se para o governo é importante que o agricultor maneje de forma adequada os cipós na floresta, para os agricultores isto significa uma alternativa à falta de recursos e de incentivo por parte do governo, pois grande parte deles tem a extração como seu mais rentável meio de sobrevivência no campo, uma vez que o cipó está na floresta e não necessita ser plantado, precisando apenas ser coletado.

CAPÍTULO IV

Os agroextratores e os extratores do cipó-titica: condições socioeconômicas, saberes e práticas

1. O perfil socioeconômico dos extratores

Há uma presença significativa de maranhenses e paraenses no Estado devido ao fato de grande parte deles terem vindo para a região na década de 1950 e 1960, com o intuito de trabalhar nas empresas de mineração de ouro, tantalita, manganês e outros minérios. Com o fim do ciclo dos minérios na região, esses migrantes passaram a compor a massa de desempregados que ocuparam pequenos terrenos nas periferias das cidades de Macapá, Santana, Porto Grande e Serra do Navio, o que forçou as autoridades fundiárias do Estado a planejar assentamentos em várias regiões, em especial às margens da Rodovia Perimetral Norte.

Por outro lado, com a criação da área de Livre Comércio de Macapá e Santana, o Amapá sofreu um rápido povoamento de suas duas maiores cidades, chegando a dobrar a sua população – Macapá, por ser a capital do Estado, e a cidade de Santana por ser a sua porta de entrada, uma vez que possui um dos maiores portos de escoamento de produtos da região norte do Brasil²⁶.

Descreveremos, a seguir, os indicadores socioeconômicos, a partir das entrevistas semi-estruturadas realizadas com os 42 extratores envolvidos com a coleta de cipó-titica e outros cipós na região.

1.1. As propriedades dos extratores entrevistados

Grande parte dos extratores entrevistados reside em pequenos lotes, quando muito, possui até 20 hectares (nesse caso, apenas dois proprietários estavam em tal condição). A

²⁶ O porto de Santana, diariamente, escoar, praticamente, toda a produção que entra e sai do Amapá, uma vez que o Estado não dispõe de estradas ligando-o aos estados vizinhos, devido ao grande número de rios.

maioria possui lotes urbanos medindo 15 x 30 metros (cerca de 60% das propriedades pesquisadas), localizados nos pequenos vilarejos ao longo da Rodovia Perimetral Norte.

Os vilarejos onde reside grande parte desses extratores são pequenas localidades que se formaram a partir de antigos aglomerados de ex-garimpeiros (na Amazônia, muitas vezes denominados de currutelas), onde muitos terminaram fixando residência ou em terrenos baldios de terras devolutas do INCRA próximos as agrovilas ou, ainda, em vilas que se formaram a partir de acampamentos de trabalhadores de empresas de construção de estradas ou ramais, próximos a rios com um fluxo significativo de pessoas transportando mercadorias, passageiros ou a produção das propriedades ribeirinhas.

As residências, geralmente, são pequenos barracos de madeira, cobertos de lona plástica, palha de palmeiras, telha de brasilite ou zinco. Na maioria das vezes, as paredes são rebocadas apenas com barro, poucas construídas com alvenaria ou de tábuas. Grande parte das residências não dispõe de rede de água encanada, contando apenas com pequenos poços improvisados, com a água puxada por cordas e baldes.

Por ser uma região servida por uma linha de transmissão de energia elétrica, poucas residências não dispõe de rede de energia elétrica que, em sua maioria, foi organizada também a partir de mutirões pelos moradores e pela Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA).

1.2. A origem e a composição familiar dos extratores

A origem de 42,9% dos 42 extratores entrevistados encontram-se nos estados do Pará e do Maranhão, sendo poucos os entrevistados nascidos no estado do Amapá (apenas 26% deles). Muitos deles vieram também de outros estados ou são filhos de retirantes nordestinos, conforme a TABELA 05.

Quanto à faixa etária, verificou-se que, assim como os agroextratores, grande parte dos chefes de família são bastante jovens, não ultrapassando os 40 anos de idade, portanto, constituindo-se, de uma população apta para o trabalho que executa (40,5% dos homens entrevistados). No entanto, as mulheres entrevistadas levam vantagem em relação aos homens, pois 67,9% das entrevistadas encontram-se na mesma faixa etária. Apenas 28,6% das mulheres encontram-se na faixa etária entre 41 e 50 anos, o que leva-nos afirmar que estas

mulheres são bastante jovens. Para os homens, foi encontrado cerca de 10% a mais do que as mulheres nessa mesma faixa etária, chegando a 38,1% dos entrevistados entre 51 e 60 anos, idade essa, que no caso específico do Amapá, devido a baixa condição de vida da maioria da sua população é uma idade pouco apropriada para grandes esforços físicos, devido a alimentação ser mais a base de carboidratos. É importante ressaltar essas informações uma vez que os extratores extraem em locais de difícil acesso e de grande esforço físico (TABELA 06).

TABELA 05 - Origem dos extratores de cipós da região em estudo

Estado	Origem do(a)s entrevistado(a)s	Porcentagem (%)
Amapá	11	26,0
Pará	11	26,2
Maranhão	07	16,7
Piauí	04	9,52
Ceará	02	4,8
Paraíba	02	5,0
Paraná	02	4,76
Goiás	01	2,4
Sergipe	01	2,38
Tocantins	01	2,38
Total	42 entrevistados	100

TABELA 06 - Distribuição etária por sexo dos extratores

Faixa etária	Homens *	Porcentagem (%)	Mulheres	Porcentagem (%)
< 40 anos	17	40,5%	19	67,9%
41-50 anos	16	38,1%	08	28,6%
51-60 anos	07	16,6%	01	3,5%
> 61 anos	02	4,8%	-	-
Total	42	100,0	28	100,0

* foram entrevistados 14 homens que se declaram solteiros ou separados

1.3. Sistema de produção dos extratores

Em relação à influência dos cipós na renda familiar dos extratores locais, verificou-se que 52,38% dos 42 entrevistados, apontaram que acima de 50% de sua renda é oriunda da coleta de cipós e de diferentes outras atividades que não a agricultura. Isto se justifica pelo fato de que a maioria dos pesquisados não possui propriedades, e os que possuem, não têm na agricultura a sua principal fonte de renda e atividade. E neste caso, a agricultura quando praticada, só ocorre em períodos muito esporádicos, com culturas para o autoconsumo, como por exemplo: mandioca, abóbora, tipos variados de fruteiras, dentre outras culturas

(dependendo principalmente do preço do cipó e das condições socioeconômicas e ambientais que a família atravessa). Diante dessa realidade, o extrator diversifica constantemente suas atividades em pequenos empregos, produção de artesanatos, trabalho de diaristas, além de contarem com aposentadorias, dentre outras atividades.

1.4. Formas de sociabilidade local

Apesar de existir várias associações de moradores, cooperativas (nas diversas localidades espalhadas nos ramais e travessões ao longo da rodovia onde foi realizada a pesquisa) e um sindicato de trabalhadores rurais em cada município. Não foi possível identificar se existe uma forma de sociabilidade local em relação a uma possível organização de cooperativa ou associação de extratores de cipós na região pesquisada. Entretanto, a maioria deles admitiu estar associada à essas associações de produtores locais, porém, apesar de existir cooperativas de produtores rurais e associação de produtores nessas localidades, muitas delas, pela dificuldade de quadro de lideranças, funcionam apenas no papel, não existindo de fato”.

2. O manejo do cipó-titica efetuado pelos extratores

A partir das entrevistas aplicadas aos extratores, 42,8% deles admitiram que a coleta de cipós é uma atividade feita por toda a família., não sendo esta atividade exclusiva do homem ou da mulher, pois depende da necessidade financeira da família do extrator,. Apenas quando o cipó é coletado em grande escala que a tarefa é realizada em maior frequência pelo homem.

A extração de cipós, para esse grupo, diferentemente das nossas expectativas, não é uma atividade que se aprende diretamente com os pais; este foi um dado registrado por 62,0% dos extratores entrevistados, sendo uma atividade aprendida no dia-a-dia com seus vizinhos e 12,0% atribuiu etas atividades aos seus pais. Para 16,5%, esse aprendizado se deu sozinho no cotidiano rural e apenas 9,5% atribuíram a seus amigos (TABELA 18).

Vale destacar que, pelo fato dessa atividade atualmente ser realizada por um bom número de pessoas na região em estudo, poucos têm a influência dos pais porque é uma atividade resultante da intensa movimentação de coleta na região. Além disso, muitos dos

entrevistados são provenientes de várias regiões do nordeste brasileiro, não tendo, assim, a maioria, o costume de trabalhar com a extração de cipós em suas regiões de origem (à exceção do estado do Maranhão, que foi um dos primeiros estados brasileiros a extinguir seus cipós, e muitos dos filhos desses ex-extratores maranhenses encontram-se morando como agricultores nos assentamentos amapaenses).

Essa intensa movimentação de coleta se dá devido à presença de empresários compradores de cipós na região, tendo aumentado significativamente. Isso se deve, principalmente, ao preço do quilo do produto no mercado comprador nos estados do sul e sudeste brasileiro e, também, devido ao preço de compra no Amapá ser bem abaixo do restante do país, além da qualidade das lianas amapaenses ser considerada pelo mercado nacional como material de primeira.

TABELA 07 - Responsáveis pela transferência de tecnologia entre os extratores

Atores sociais responsáveis pela transferência de tecnologia	Número de extratores	Porcentagem (%)
Vizinhos	26	62,0
Experiência própria	07	16,5
País (sem distinção de sexo)	05	12,0
Amigos	04	9,5
Total	42	100,0

Vale lembrar que grande parte das famílias dos 42 extratores entrevistados não faz da agricultura o seu ramo principal de atividade, e o que plantam, quando plantam, é apenas para o autoconsumo familiar.

Pesquisas realizadas no IEPA dão conta que 41,8% dos pesquisados através de questionários admitiram que extraem o cipó-titica devido ao aumento significativo das suas rendas familiares (PEREIRA, et al., 2001).

O manejo de cipós praticado pelos extratores da região estudada pode ser considerado como inadequado, pelo fato de ser praticado em grande escala, onde alguns extratores chegam a coletar cerca de 10.000 kg de cipós por mês²⁷, sem respeitar os ciclos de coletas (pousio), exercendo um alto impacto ambiental na área coletada. Além disso, nessa coleta efetuada, não há escolha dos cipós a serem arrancados das árvores em que se encontram, geralmente sendo

²⁷ O dado citado é a partir da fala dos próprios extratores, numa projeção simples, de no mínimo, 50 kg de cipós por dia (isso, para os menos preocupados com a quantidade coletada no cotidiano). Se o dado for projetado pela fala de um extrator pago por uma empresa de compra de cipós, deve-se elevar esses valores para até 15.000 kg, já descontado os 40% de cipós com internós abaixo de 1,5 m, a retirada da casca e seco, pronto para ser pesado e comercializado, conforme exigência normal do mercado comprador no Amapá.

coletado todos os cipós existentes que, em alguns casos, trazem junto a planta-mãe que se encontra na copa dos forófitos.

Quando foi perguntado nas entrevistas com esses extratores se achariam correto ser cobrado uma forma oficial de manejar os cipós responderam que teria que haver sim, uma indicação adequada de como manejar o cipó-titica, que deveria ser apontada pelos órgãos ambientais do Estado, objetivando evitar problemas na hora da coleta, inclusive com possíveis penalidades para os extratores considerados “foras-da-lei”.

3. O perfil socioeconômico dos agroextratores

O Amapá foi um dos últimos territórios federais brasileiros a passar, em 1989, à categoria de Estado. Devido a isso, grande parte de suas terras pertenciam à União. Seu nível de povoamento é um dos mais baixos do país, não chegando em algumas áreas a possuir mais que 2 habitantes/Km², disputando com o Amazonas a condição de Estado com o menor índice de desmatamento do país, com cerca de 95% de suas florestas ainda preservadas (IEPA, 1998).

A partir de 1990, com o aumento da população amapaense, o governo estadual começou a sofrer pressão de vários trabalhadores que tinham migrado para o Amapá com a promessa de trabalho e terra. Parte deles foram incentivados pelo então presidente da República, José Sarney, que financiou, através da propaganda oficial, a ida de famílias nordestinas, principalmente maranhenses, uma vez que o Estado do Maranhão era governado por seus aliados e por sua família, além do que era grande a pressão por reforma agrária naquele Estado. Ocorreu, assim, um intenso deslocamento de maranhenses (principalmente) e outros migrantes para o Estado. Com essa corrida sem precedentes para o Amapá, cresceu o número de desempregados e sem terras no Estado que, incentivados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por partidos políticos de esquerda – principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT), organizam-se para reivindicar terras do Governo Federal e Estadual através do escritório local do INCRA.

Há, atualmente, cerca de 26 assentamentos de famílias de agricultores instalados no Estado. No caso da região em estudo, há dois assentamentos localizados no município de Pedra Branca do Amapari, com 1.080 propriedades, e quatro no município de Porto Grande,

com um total de 1.090 propriedades. Dessas, 570 estão localizadas às margens da rodovia Perimetral Norte (ASSENTAMENTOS..., 2004), área em que foi desenvolvida a presente pesquisa. Sua história, como da maioria desses assentamentos, coincide com a história e a realidade de vários outros espalhados pelo Estado.

Descreveremos, a seguir, os indicadores socioeconômicos e ambientais, a partir das entrevistas semi-estruturadas realizadas com 18 famílias agroextratoras envolvidas com a coleta de cipós na região, além das informações coletadas nas 42 entrevistas a extratores de cipós em geral, como foi afirmado anteriormente (FIGURAS 07).

A título de organização e melhor compreensão do presente texto, separarei em dois itens diferentes as informações referentes aos agroextratores e aos extratores, sendo que, devido as próprias características peculiares dos dois grupos estudados, darei maior atenção aos agroextratores, uma vez que, esses, são os que possuem maiores práticas em relação ao manejo tradicional de cipó-títica na região em estudo.



FIGURA 07 – Entrevista com agroextratora tradicional de cipó-títica do Amapá

3.1. As propriedades rurais dos agroextratores em estudo

As propriedades rurais das famílias entrevistadas possuem, em média, entre 50 a 100 hectares, sendo que a maioria são lotes de 100 hectares. Devido à legislação em vigor, apenas 20% do total da área de cada propriedade pode ser desmatada. Esse desmatamento, segundo os entrevistados, não pode ultrapassar, anualmente, o patamar de 3 hectares da propriedade sendo, aliás, essa determinação bastante criticada por boa parte dos entrevistados dos assentamentos, principalmente por aqueles que almejam plantar capim para a criação de gado de leite e de corte.

Das 18 famílias de agroextratores entrevistadas na região, 68,42% delas afirmaram ter adquirido suas propriedades a partir de assentamentos organizados pelo INCRA, através de Projetos de Reforma Agrária do Governo Federal.

Em cada assentamento onde foi realizada a pesquisa existe uma pequena agrovila com cerca de 20 casas de alvenaria (a maioria em processo de acabamento do reboco), uma escola, uma pequena igreja de madeira, rede de água através de poço artesiano e energia elétrica. A rede de energia elétrica, em sua grande maioria, foi organizada através de mutirão com os moradores dos assentamentos e a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), sendo os postes de transmissão retirados da própria floresta com o intuito de baixar os custos da obra. Esses mutirões foram acordados a partir de reuniões específicas para esse fim, organizadas pela CEA, pelo INCRA local e as lideranças dos assentados.

De acordo com os entrevistados, suas propriedades apresentam solos bastante arenosos e extremamente pobres para a agricultura, o que foi muito enfatizado por vários deles. Esses lotes – termo utilizado na Amazônia para denominar a área de uma propriedade rural, apresentam, de um modo geral, uma grande área de floresta de terra firme e uma variedade de madeiras de lei que chegam a 50 metros de altura que, na maioria dos casos, abrigam as plantas de cipó-titica.

3.2. A origem e a composição familiar

A origem de 46,9% das 18 famílias entrevistadas são dos estados do Maranhão e do Pará, sendo 43,8% compostos de mulheres e 50% de homens²⁸ (TABELA 08).

²⁸ Vale aqui lembrar que no caso das mulheres entrevistadas conta-se com apenas 16, uma vez que na pesquisa

TABELA 08 - Origem familiar dos agroextratores de cipós da região em estudo.

Estado de origem	Homens	Porcentagem (%)	Mulheres	Porcentagem (%)
Amapá	06	33,0	07	44,0
Maranhão	05	27,8	04	25,0
Pará	04	22,2	03	18,8
Piauí	01	5,5	-	-
Pernambuco	01	5,5	-	-
Goiás	01	6,0	01	6,3
Tocantins	-	-	01	6,3
Total	18	100,0	16	100,0

Dentre as famílias dos agroextratores, cerca de 16,7% dos entrevistados afirmaram possuir mais de dez pessoas na família residindo atualmente em suas propriedades (TABELA 09). A maioria das famílias entrevistadas (61,1%), são compostas de quatro a nove pessoas, contando, além do casal proprietário e dos filhos, com tios, sobrinhos, netos, dentre outros.

TABELA 09 - Número de pessoas integrantes das famílias de agroextratores entrevistadas

Faixa do número de integrantes nas 18 famílias	Número famílias	Porcentagem (%)
Até 03	04	22,4
04 – 05	03	16,7
06 – 09	08	44,4
Acima de 10	03	16,7
Total	18	100,0

Em relação à faixa etária da população entrevistada, verificou-se que a maioria dos entrevistados está abaixo da terceira idade, não ultrapassando 50 anos de idade, constituindo-se uma população bastante jovem. Dos homens entrevistados, 66,9% estão na faixa etária de até 50 anos de idade. Já a maioria das mulheres não ultrapassa os 40 anos de idade, representando cerca de 50% das entrevistadas (TABELA 10).

TABELA 10 - Distribuição etária por sexo dos agroextratores

Faixa etária	Homens	Porcentagem (%)	Mulheres	Porcentagem (%)
< 40 anos*	05	28,0	08	50,0
41-50 anos*	07	38,9	05	31,3
51-60 anos	05	27,8	01	6,3
> 61 anos	01	5,6	02	12,5
Total	18	100,0	16	100,0

* Homens solteiros²⁹

havia dois homens que se declararam solteiros.

²⁹ Um homem solteiro para cada faixa etária.

3.3. A distribuição e importância das atividades agrícolas e extrativistas ao longo do ano

Para todas as famílias de agroextratores entrevistadas a distribuição das atividades ocorre em função das necessidades impostas pelas condições da propriedade e da família. Porém, grande parte delas, segue mais ou menos uma seqüência em suas atividades, que geralmente começa com a derrubada da floresta (feita normalmente entre os meses de julho a setembro), a queima nos meses de outubro a dezembro e o plantio das roças entre os meses de dezembro e abril, ocorrendo a colheita, entre os meses de maio e julho, o mais tardar, em meados de agosto (TABELA 11).

Em relação às atividades desenvolvidas ao longo do ano, pode-se notar que existe uma diferença significativa do período de início e de finalização do “roço” ou “broca”³⁰ da mata para efetivação do local da futura roça na região. Esta diferença pode ocorrer devido ao plantio diversificado dos produtos cultivados ou devido ao fato das pessoas só plantarem apenas uma cultura, como é o caso daqueles que plantam apenas mandioca para a produção de farinha e/ou plantam somente arroz para o autoconsumo. Essa forma diferenciada do plantio de culturas pelas comunidades pode indicar, também, a heterogeneidade cultural decorrente da procedência da agricultura de diferentes regiões.

TABELA 11 - Distribuição das atividades ao longo do ano nas unidades produtivas dos agroextratores da região em estudo

Atividade	Frequência das atividades rurais nas propriedades pesquisadas											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Broca				*	*	*	*	*	*	*	*	*
Derrubada					*	*	*	*	*	*	*	
Queima							*	*	*	*	*	*
Plantio	*	*	*						*	*	*	*
Capina	*	*	*	*	*	*						
Colheita			*	*	*	*						
Extração de cipós	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*

Conforme mostra a TABELA 12, das dezoito famílias de agroextratores entrevistadas 38,9% afirmaram que a atividade agrícola – plantio, colheita e demais atividades – é praticada tanto pelo casal, quanto pelos seus filhos e apenas 5,6% das famílias afirmaram que somente o marido era responsável pelas atividades agrícolas em suas propriedades, o que sugere uma interação significativa da família em suas atividades produtivas. Raros são os casos em que

³⁰ Termo usado pelos caboclos amazônidas para denominar o processo inicial de limpeza ou derrubada do sub-bosque da floresta que irá ser desmatada para a implantação da futura roça.

além da mão-de-obra familiar, são contratados diaristas, em determinados períodos do ano. Essa não contratação ocorre devido às dificuldades financeiras.

TABELA 12 - Responsáveis pelas atividades praticadas nas unidades produtivas

Responsáveis pelas atividades	Frequência de famílias	Porcentagem (%)
Todos os integrantes da família	07	38,9
Apenas o casal	05	27,8
Somente pai e filhos	05	27,8
Apenas o marido	01	5,6
Total	18	100,0

3.4. Sistema de produção das unidades produtivas

Quanto ao sistema de produção, verificou-se que a agricultura foi citada por 88,9% dos entrevistados como sendo a atividade que garante a maior renda em suas propriedades. No entanto, para 11,1% dessas famílias, o cipó representa a atividade que proporciona mais lucro do que a agricultura familiar. Nesses casos, a agricultura, em determinados períodos, fica em segundo plano, dependendo principalmente do preço do cipó e das condições socioeconômicas e ambientais que a família atravessa (TABELA 13).

Para os agroextratores entrevistados, as culturas de maior incidência em suas propriedades foram os cultivos do arroz e da mandioca, as quais representam, respectivamente, 77,8% e 88,9% dentre os cultivos praticados. Entretanto, nem todos os produtos consumidos pelas famílias entrevistadas são produzidos na própria propriedade familiar. Um exemplo é o do feijão, que na ordem dos produtos plantados pelas famílias entrevistadas da região foi citado por 88,9% deles como o produto preferido na base alimentar local, seguido do arroz e da farinha que representaram, respectivamente, 83,3% e 16,7% dos produtos mais consumidos.

TABELA 13 - Principais cultivos das propriedades dos agroextratores

Culturas cultivadas	Famílias entrevistadas																		(%)
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Mandioca	x	x	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	88,9
Arroz	x	x	x	x		x	x	x	x		x	x	x		x		x	x	77,8
Feijão		x	x	x		x			x		x							x	38,9
Milho				x		x	x	x	x	x	x				x			x	55,6
Banana										x	x		x	x	x	x			33,3
Fruteiras		x		x	x			x				x	x	x		x			44,4
Macaxeira ³¹									x					x					5,6

³¹ A mandioca que serve como alimento após o cozimento. O mesmo que “aipim”.

O milho, que é um produto bastante utilizado em todo o país na alimentação de vários animais, foi apontado por 55,6% dos entrevistados como um produto por eles cultivado, muito embora apenas 11,1% dos entrevistados tenham o costume consumi-lo (TABELA 14), o que se justifica porque a base alimentar dos amapaenses é composta principalmente de arroz, feijão e o que eles chamam de “mistura”, que pode ser peixe, carne de frango, de gado, ou caça (tatu, cotia, caititu, veado, anta, paca, dentre outros animais silvestres), acompanhado do vinho de açaí³², servido com um complemento de farinha seca ou como chibé³³.

Em relação ao cultivo de frutíferas, 44,4% das famílias entrevistadas afirmaram que possuem em suas propriedades algum tipo de planta frutífera da região – cultivando principalmente o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), o açaí (*Euterpe oleracea*), a bacaba (*Oenocarpus bacaba*), a castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), abacaxi (*Annana spp*), dentre outras fruteiras introduzidas, tanto do Brasil, quanto do exterior como: mangueira, laranja, limoeiro, maracujazeiro, bananeira, goiabeira etc.

TABELA 14 - Principais produtos vegetais, de produção familiar própria, consumidos nas unidades produtivas

Atividade	Número de famílias que produzem para o autoconsumo	Produção para consumo (%)
Feijão	16	88,9
Arroz	15	83,3
Farinha	03	16,7
Macaxeira ou mandioca	03	16,7
Milho	02	11,1

Quanto à criação de animais, 84,21% das famílias entrevistadas afirmaram que criam galinhas e 26,31% delas afirmaram que criam também patos e porcos em cativeiro. Segundo essas famílias, é proibida a criação de porcos, patos e outros animais livremente, pois esses animais podem causar danos à floresta e às nascentes. A medida tomada pelo INCRA em relação ao uso foi bastante criticada por todos os entrevistados, além de criticarem a legislação fundiária que proíbe o desmatamento de, no máximo, 20% da área da propriedade rural, bem como o limite de cultivo de apenas três hectares a cada ano.

³² O vinho de açaí representa para os amapaenses o mesmo que o chimarrão e o churrasco representam para os gaúchos. Esse vinho é produzido em máquinas especializadas ou socado com as mãos ou, ainda, com uma garrafa vazia. Para produzir o vinho é bastante simples: primeiramente, o fruto do açaí deve ser lavado e colocado de molho em um recipiente com água a mais ou menos 50°C de temperatura. Após um período de aproximadamente, 1 ou 2 horas deverá ser retirado do molho, socado até transformar-se em uma pasta bem grossa. No Amapá é inconcebível tomar o vinho do açaí com açúcar ou com qualquer outra mistura que não seja com a farinha ou com a carne (de frango, de charque frito ou assado, de gado, de caça ou de peixe).

³³ O chibé é uma mistura de farinha e água que foi incorporada da cultura indígena e que hoje faz parte da alimentação tradicional da Amazônia.

3.5. O destino da produção agrícola

Para 33,3% dos agroextratores entrevistados a maioria dos produtos agrícolas destina-se ao autoconsumo familiar³⁴. Aliás, esse autoconsumo efetuado pelas famílias nessa região pode ser influenciado devido a ausência de uma política eficaz de escoamento e comercialização dos produtos da região. Esse aspecto pode ser nitidamente notado pelas respostas de 77,8% dos proprietários entrevistados, que afirmaram não dispor de condução para escoar seus produtos, não restando outra alternativa senão autoconsumir seus produtos ou vender a sua produção no próprio município (44,4% dos entrevistados), o que, para eles (5,6% dos entrevistados), é desvantajoso, uma vez que o preço dos produtos fica muito abaixo do mercado regional, facilitando, também, a entrada de atravessadores na região (TABELA 15). Apesar de 16,7% deles terem citado como problema a falta de compradores na propriedade, o que não deixa de ser um paradoxo (TABELA 14).

É importante frisar que essas contradições nas falas de alguns entrevistados, em relação ao destino de suas produções familiares, podem ser decorrentes da inconstância nas vendas de seus produtos. Essa inconstância advém da baixa produção agrícola – por fatores ambientais ou econômicos – ou devido à precariedade do transporte que faz o escoamento da produção local.

Outro fator que preocupa os produtores da região refere-se aos custos da produção, devido, principalmente, aos constantes gastos com venenos, com o intuito de combater pragas (principalmente formigas), falta de incentivos fiscais e técnicos e o extravio da safra por causa das dificuldades na venda dos produtos, problemas apontados por 22,2%, dos entrevistados. Sendo que 16,7% dos entrevistados também fizeram referência à baixa produtividade do solo - assim definida por eles como “terra fraca³⁵”.

³⁴ Apesar do termo autoconsumo por si só expressar o seu significado prático, achei conveniente utilizar o definido por WANDERLEY (1976), onde toda a produção da propriedade é geralmente consumida pela família, não passando pelo mercado.

³⁵ A baixa produtividade dos solos da região em estudo se dá principalmente devido à presença de areia no solo, que na classificação geral de solos é do tipo Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico típico, o que ocasiona uma produção muito abaixo da média nacional levando grande parte dos agricultores a preferirem cultivar apenas abacaxizeiros, cajueiros, dentre outras plantas adaptadas a solos secos e que não entram nas estatísticas oficiais.

TABELA 15 - Destino da produção agrícola

Destino dos produtos	Frequência das famílias																		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	(%)
Próprio município		x		x	x	x							x	x		x	x		44,4
Para o autoconsumo							x	x		x	x			x	x				33,3
Macapá e Santana	x	x				x			x			x			x			x	38,8
Atravessador			x																5,6

Outro fator que tem preocupado 11,1% dos entrevistados é a possibilidade de desmatamento de apenas três hectares da propriedade por ano.

Por fim, a falta de condições técnicas e financeiras na propriedade, a baixa qualidade dos produtos, bem como a dificuldade em embalar os produtos de forma adequada para a sua comercialização, foram problemas apontados por 5,6% do total de entrevistados, conforme mostra abaixo a TABELA 16.

Esses fatores levantados pelos entrevistados demonstram a ausência total de instituições governamentais em todos os âmbitos (federal, estadual e municipal), que se preocupem com ações que promovam políticas públicas de inclusão social e de incentivos à agricultura familiar local.

TABELA 16 - Principais problemas na produção e comercialização dos produtos

Principais dificuldades	Número de produtores	Frequência (%)
O escoamento da produção	14	77,8
A falta de transporte	14	77,8
O preço justo	4	22,2
A presença de pragas	4	22,2
A falta de incentivos governamentais (financeiros e técnicos)	4	22,2
O extravio da produção familiar	4	22,2
A falta (ausência) de compradores	3	16,7
A baixa produtividade do solo	3	16,7
O limite de desmatamento de apenas 3 hectares da propriedade	2	11,1
A Baixa qualidade dos produtos	1	5,6
A falta de embalagem apropriada	1	5,6

3.6. A herança cultural do aprendizado agrícola dos agroextratores

Em relação à herança cultural da atividade agrícola local, ao se questionar “por que a família produz dessa maneira”? ou “com quem a família aprendeu a forma de produzir em suas propriedades familiares”? a resposta de 77,8% das famílias de agroextratores foi bem taxativa: “Aprendemos a produzir com nossos pais ou avós”, contra 16,7% que afirmaram

terem aprendido com a vida ou olhando os outros fazerem (TABELA 17).

Outro dado interessante é que apenas uma das famílias entrevistadas atribuem aos técnicos do governo o mérito de ser um dos agentes responsáveis por ter contribuído na efetivação de técnicas de como produzir. Esse é um aspecto importante, uma vez que o conhecimento adquirido pelos agroextratores em seu cotidiano de extratores influencia bastante no processo de coleta local. A presença dos técnicos nessa discussão sobre o “bom manejo” pode contribuir muito para integrar agroextratores e extratores cada vez mais, havendo uma troca de informações de extrema relevância tanto para os extratores, como para os técnicos, pois a esses é atribuída a tarefa de discussão com a comunidade sobre o processo legal de manejo oficial, bem como a discussão sobre a relação que os atores locais mantêm com o ambiente agrícola e florestal (incluindo a extração de cipós na comunidade).

TABELA 17 – Herança cultural da forma de produzir dos agroextratores

Origem da aprendizagem de produzir	Famílias																		%
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
“de pai para filho”	x	x	x	x		x		x	x	x	x	x	x	x		x	x		77,8
“Com a vida” ou olhando os outros fazerem					x		x								x				16,7
Aprendeu com os técnicos do Estado																		x	5,6

Alguns entrevistados salientam a importância da presença do técnico nesse processo de agroextração, conforme os depoimentos a seguir:

Acho que esses órgãos deveriam vir mais aqui na nossa comunidade, e não só em tempo de campanha. O governo deveria colocar técnicos à disposição, para nos orientar quanto ao manejo da mandioca, do cipó-titica, como queimar a roça etc (...).
(Agroextrator da comunidade Cupixi – Porto Grande).

Que eles fizessem ou botassem uma coisa melhor aqui prá gente, que explicassem as coisas prá gente, porque não tem isso aqui, a gente chega com as pessoas e elas não sabem explicar nada, não dizem nada (...).
(Agroextrator do município de Pedra Branca).

Eu queria que eles dessem mais atenção para nós, que eles viessem aqui pelo menos, pois das vezes que eles marcam para nos visitar eles nunca aparecem. E hoje nós nos encontramos sem técnicos aqui.
(Agroextrator da comunidade Tucano I – Pedra Branca).

3.7 A propriedade rural, na visão dos agroextratores

Para os agroextratores da região, a atividade agrícola local sofreu poucas modificações com o passar dos anos, pois grande parte deles afirmou que era igual ao que é hoje, ou seja, para eles continua sendo uma agricultura “primitiva” (termo usado por eles para denominar a agricultura não mecanizada), uma vez que a realidade da Amazônia é, sobretudo por parte dos agricultores familiares, de uso de equipamentos de plantio manual (matraca de plantio de grãos de feijão, arroz, milho etc) e uso de facão, foice, machado, não sendo comum o uso de máquinas ou outros recursos sofisticados, hoje considerados “comuns” na agricultura convencional brasileira.

Vários dos produtores declararam-se desanimados com a agricultura e com a produção rural, afirmando que a situação fica cada dia pior, pois os incentivos governamentais não chegam e grande parte deles não tem como produzir ou escoar sua produção.

A visão local sobre o “antes” e o “hoje” é que tudo se repete todos os dias, todos os anos e que houve e haverá poucas mudanças na forma de produzir na região se não houver mudanças na política agrícola dos governos local e estadual:

Eu não sei te explicar, porque são muitos anos, mas para lhe falar a verdade eu acho que tá a mesma coisa... olha, hoje a gente desmata, queima, planta e depois volta a fazer a mesma coisa. Todo ano a gente muda o local da roça (...).
(Agroextrator da localidade de Pedra Branca).

Em relação ao aspecto de como era e como é hoje a floresta onde é feita a extração do cipó, foi possível constatar que a maioria acha que a floresta pouco mudou em relação ao que era antes para o que é hoje, muito embora afirmem que em relação ao cipó-titica, a floresta produzia mais, parecendo haver uma ligeira contradição entre os fatos relatados pelas várias famílias entrevistadas. Alguns dos agroextratores garantem que a quantidade de cipós antes era maior, justificando-se principalmente porque antes existiam poucas pessoas na região, uma vez que não existiam os assentamentos. Para esses, antes tinha muita caça, muito peixe, muito cipó, porém, cada dia esses recursos diminuem porque existem mais moradores competindo no dia-a-dia pelos recursos naturais da floresta e do ambiente.

Claro que antes ela produzia mais, porque antes não era extraído o cipó e hoje tem muita gente trabalhando nisso, e ela já tá produzindo menos.
(Agroextrator da localidade de Água Fria – Pedra Branca).

Ela mudou, porque a gente vai trabalhando, vai desmatando, vai fazendo algumas benfeitorias, plantando uma roça, essas coisas... agora outras partes continuam do mesmo jeito, intacta. Antes a floresta produzia mais... agora está bem mais escasso o cipó, devido a extração, porque não é só nós que tira, é o pessoal da região toda aqui. (Agroextrator da localidade de Cupixi).

Eu acho que antes produzia mais, porque o pai dele (marido da entrevistada) dizia que quando eles moravam aqui, tinha muita caça, muito peixe, que não tinha trabalho de sair para matar uma caça, já que ele saía um instante e já matava. Hoje, para poder matar uma caça tem que andar muito para poder vê se mata. Antes a floresta era mais preservada, porque hoje como aumentou o número de pessoas na localidade, todos precisam dela para sobreviver. (Agroextratora da comunidade Cachorrinho – Pedra Branca).

Ao se falar da floresta, foi possível constatar que para a maioria das famílias agroextratoras entrevistadas é de suma importância a conservação e a manutenção dos recursos naturais, para haver equilíbrio no ambiente em que vivem. Entretanto, muitas delas reclamam da impossibilidade de poder ampliar o tamanho de suas roças, uma vez que a legislação vigente define o uso de apenas 20% da área das propriedades, deixando o restante como área de preservação permanente e, por conseguinte, não podendo criar livremente gado ou outros animais em suas propriedades.

Cada lugar tem um tipo de conservação da floresta, o caboclo diz assim: - nós podemos conservar tantas áreas, mas hoje muita gente tem uma terra muito pequena, eu mesmo trabalho com gado, para eu conservar 80% do meu lote, não dá de eu criar o gado, porque eu tenho que ter pasto para criar o gado, então se a gente não derrubar, como que a gente vai criar o gado da gente? (Agroextrator da comunidade Ramal da Reforma Agrária – Porto Grande).

Ao mesmo tempo, um dos entrevistados, apesar de reiterar a importância da manutenção da floresta, aponta as grandes empresas como as maiores responsáveis por sua destruição.

(...) é a base principal, é o essencial de tudo, porque é dela que a gente colhe os produtos que a gente consome no dia-a-dia. E, no meu ponto de vista, o que prejudica mais o meio ambiente são as grandes empresas. É muito importante preservar a floresta, porque se for só explorando, explorando, daqui com um tempo não tem mais. (Agroextrator da comunidade de Santa Maria do Vila Nova – Porto Grande).

3.8. Formas de sociabilidade local

Quanto às formas de sociabilidade local, existem várias associações de moradores nos vários ramais e travessões ao longo do trecho da rodovia onde foi realizada a pesquisa. Em

cada município da região existe um sindicato de trabalhadores rurais. Entretanto, muitos dos entrevistados não são sindicalizados. A maioria dos assentados é associada às cooperativas e/ou associações de produtores. Na região onde foi realizado o estudo há, em média, duas cooperativas de produtores rurais e uma associação de produtores em cada localidade, muitas delas funcionando somente no papel, “existindo de direito, mas não existindo de fato”.

Em relação à periodicidade das reuniões, em algumas das localidades quando esse tipo de organização social existe, é extremamente baixa, chegando em alguns casos a não haver uma reunião durante todo o ano. Essa situação se confirma na fala de dois agroextratores entrevistados:

“Muito difícil, aqui mesmo não tem reunião”.
(Agroextrator da Comunidade do Cupixi).

Tem reunião, mas é difícil; a gente se reúne lá no centro comunitário, associação (...), nós já tivemos duas associações, mas hoje tá bagunçado.
(Agroextrator da Comunidade do Cupixi).

Conforme alguns entrevistados, as reuniões, quando acontecem, ocorrem na igreja ou na escola, nessa última ocorrendo geralmente no início e no final do ano. As reuniões nas igrejas da região são restritas às pessoas que têm por opção a religião católica, pois ocorrem geralmente após o culto dominical ou após a missa (esporádica), geralmente tratando de assuntos gerais da comunidade, não ocorrendo discussões referentes a assuntos ligados à produção local.

4. O processo de extração de cipó-titica efetuado pelos agroextratores da região em estudo e a transferência de tecnologia

A partir das entrevistas aplicadas aos agroextratores percebeu-se, conforme referido anteriormente, que a coleta de cipós é uma atividade feita por toda a família. Essa foi a resposta de 38,9% dos agroextratores entrevistados. Pelos dados coletados, esta não é uma atividade exclusiva de homem ou de mulher, uma vez que nos períodos de intensas coletas ou de grandes necessidades financeiras da família, todos os seus integrantes, incluindo mulheres e crianças, vão às matas em busca de cipós.

Apesar de a maioria das 18 famílias entrevistadas ter afirmado que não aprendeu a coletar com seus pais, é possível afirmar que essa atividade é originária de uma forma tradicional de coletar, uma vez que existem várias comunidades tradicionais³⁶ que coletam cipós na região, e esse trabalho de coleta tem sido difundido por várias pessoas ligadas à atividade que, como já foi dito, ocorre pelo menos há cem anos.

A coleta de cipó é realizada em maior quantidade nos meses de intensa estiagem, isto é, entre os meses de agosto e dezembro, período com as menores taxas de precipitação pluviométrica e de altas temperaturas, por essa razão, considerado como o verão no Amapá, muito embora 47,3% das famílias entrevistadas tenham afirmado que preferem coletar cipó no período do inverno. Aproximadamente 22,2% delas deixaram claro que a coleta de cipós é feita durante todo o ano, sendo que neste caso as famílias tendem a depender, em sua maioria, apenas da coleta de cipós, e/ou em última hipótese, dos artesãos das famílias que utilizam cipós para tecer seus artesanatos no dia-a-dia.

Para se ter uma idéia da importância do cipó-titica na sobrevivência dos agroextratores, para 88,9% deles, com a venda das lianas coletadas é possível comprar gêneros alimentícios, roupas, remédios, material escolar, dentre outros, sem falar que alguns agroextratores utilizam o dinheiro obtido para fazer o pagamento de diarista em suas propriedades.

O manejo de cipó-titica praticado pelos agroextratores da região em estudo pode ser considerado como adequado, devido ao fato de ser praticado geralmente em menor escala, onde é coletado aproximadamente 20 kg de cipós/dia/coletor. Quando acontece de ser retirada uma maior quantidade de cipós na área de coleta, no máximo vai estar presente de quatro a cinco pessoas da família ou uns poucos vizinhos, ocorrendo um baixo impacto ambiental na área coletada.

Para os agroextratores entrevistados, deveria haver indicação de uma forma adequada de manejar o cipó-titica, apontada pelos órgãos ambientais do Estado, com intuito de evitar que os agroextratores sejam penalizados legalmente, conforme depoimentos a seguir:

³⁶ Utilizarei a noção de “sociedades tradicionais” como definida por ARRUDA (2000), isto é, para se referir a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relação com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas.

Não tem, isso eles deveriam fazer, já que eles não querem prejudicar nós e ajudar a natureza, eles deveriam mandar técnicos em cada localidade, e dizer: olha, vocês têm que tirar o cipó-titica desse jeito, nessa época, mas não tem. Então o agricultor que não tem um incentivo, não tem aquela prática, ele puxa o cipó do jeito que ele sabe.
(Agroextrator da comunidade Tucano I – Pedra Branca).

De acordo com as opiniões, hoje tudo é discutido, você vê um lado de um jeito e eu já vejo de outro, agora eu acho que podia ter esse manejo, para fazer o tirador de cipó ter consciência é importante, seria importante o governo mandar algum órgão fazer essa orientação.
(Agroextrator da comunidade Ramal Principal – Porto Grande).

Eu creio que é importante se ter uma forma adequada de manejar, porque se não tiver assim um certo respeito, daqui a mais uns 6 ou 8 anos no máximo não existe mais o cipó.
(Agroextrator da comunidade Ramal da Reforma Agrária – Porto Grande).

Para muitos deles nunca houve uma preocupação formal dos órgãos ambientais em fornecer informações que pudessem subsidiar os agroextratores de como deveria ser a extração dos cipós – deixando claro como deveria ser essa forma considerada “correta” pelos órgãos ambientais.

Os órgãos do governo nunca tomaram providência quanto orientação, eles nunca advertiram ninguém, nunca trouxeram uma devida informação concreta de como ou de quando, o certo é que a gente tem que tirar uma autorização no IBAMA, mas isso aí todo nós sabemos, que a gente no período de roço e derriba, a gente tem que tirar uma licença de aproveitamento de dez matérias-primas, onde entra o cipó-titica. Então, orientação mesmo sobre o cipó-titica a gente não tem nenhuma pelos órgãos do governo. Se tivesse algum tipo orientação, algum tipo de movimentação a respeito disso aí, se tornaria bem mais fácil, porque o cidadão saberia o período exato e aí automaticamente ele vai saber que está sendo autorizado a retirada daquele produto e que está sendo comercializado também. Se tem um manejo adequado do cipó é importante, porque você vai passar a trabalhar com uma mercadoria consciente o que você tá fazendo, porque você vai ter um período de extração e com certeza vai ter compradores atentos também com esse período para comprar essa mercadoria que é para facilitar o trabalho e facilitar de ambos os lados.
(Agroextrator da comunidade Cachorrinho – Pedra Branca).

Nunca vieram aqui nos orientar, o que eles fazem, ainda é querer prender o pessoal que tá “tirando a vida” do titica e que necessita; eles só fazem é querer prendê-los, só tem a repressão, não tem a educação.
(Agroextrator da comunidade Linha B – Pedra Branca).

Nota-se que, apesar dos entrevistados cobrarem uma posição oficial de como deveria ser feito esse manejo, existe uma forma de manejar o cipó que é feita nos moldes tradicionais

e praticada por grande parte dos agroextratores (pelo menos os mais antigos). Porém, grande parte dos entrevistados simplesmente não ressaltam a importância de seu conhecimento e, na prática, é como se o conhecimento deles não fosse importante e não servisse como parte da técnica para o “manejo oficial”, o que não deixa de ser verdadeiro. Grande parte dos técnicos, quando define a forma “adequada” do manejo legal, desassocia a prática tradicional daquela apontada na lei, e é como se o manejo oficial fosse diferente das técnicas dos agroextratores adquiridas com o passar dos anos. Na prática, o que se percebe é que está faltando um trabalho mais aprofundado, de longo prazo, com o intuito de fomentar essa discussão da valorização das técnicas já utilizadas pelos agroextratores tradicionais.

Essa discussão requer um aprofundamento por parte, também, dos órgãos ambientais pois, como foi dito anteriormente, grande parte dos técnicos em geral, não acredita na adequação ecológica das práticas tradicionais, pois foram formados nos modelos dos “pacotes tecnológicos”, sendo extremamente necessária uma re-educação de valores e práticas de todos os envolvidos.

A gente tem essa forma de manejo, por exemplo: para extrair o cipó, eles colocaram a data, isso aí praticamente não importa, o que era mais importante deles observarem eles não observam, por exemplo: proibisse a saída deste cipó para outros estados, que eles não proibem, muito pelo contrário, nós que somos artesãos do estado, não temos o direito de trabalhar, nós trabalhamos escondidos. O artesão, onde ele é pego com 10kg de cipó ele é preso pela polícia ambiental. A forma de manejo dos técnicos não é importante, porque não adianta eles colocarem uma teoria que o povo não cumpre, porque todo o povo está extraíndo cipó para vender, e só tem muitas pessoas para tirarem em grande quantidade, porque tem comprador, porque os órgãos liberam, as vezes, os documentos necessários para os atravessadores levarem para outros estados. (Agroextrator da comunidade Ramal da Reforma Agrária – Porto Grande).

Para os agroextratores, tanto a orientação de como manejar os cipós (educação ambiental), como a diminuição das sucessivas repressões efetuadas pelos órgãos ambientais em relação a eles próprios, seriam ações que ajudariam a conter a extração desenfreada e estimularia os envolvidos a cuidarem dos recursos naturais de suas propriedades. Haveria, desse modo, de acordo com os agroextratores, maior envolvimento da comunidade, a partir das discussões cotidianas, forçando os extratores a respeitarem as orientações oficiais, coletando os cipós de forma adequada, uma vez que os próprios agroextratores ajudariam nesse processo de monitoração dos recursos naturais de suas propriedades.

Agora, depois que houve uma briga, um dia desses prenderam um “cara” aí, os órgãos do governo prenderam um “cara”, aí depois disso um vereador tomou algumas providências aí, andou falando algumas coisas e até a própria prefeita também. O que

eu acho que é certo a pessoa chegar e educar o que a pessoa deve fazer, se acha que tá errado vamos lá educar, não chegar e reprimir. Depois disso, o pessoal teve uma reunião aí e o pessoal agora tá educando os extratores e essa orientação é bem vista pelos órgão do governo, pois seria este o ponto certo.
(Agroextrator da comunidade Água Fria).

Não tem orientação, eles tiveram na câmara de vereadores aí, uma reunião, e nessa reunião eles colocaram essa parte, mas nunca eles vêm com uma participação ativa não, sempre com uma participação de fiscalização, não tem uma orientação técnica, só tem a cobrança, só a fiscalização.
(Agroextrator da comunidade Água Fria).

Tem, inclusive eu tiro pouco cipó para apoiar os meus filhos, vou buscar lá no mato e aqui nós temos o compromisso com o artesanato de Macapá, então quando eu tenho uma produção aqui eu levo para o artesão de lá que trabalha com artesanato que é obra do governo. Inclusive a autorização do aproveitamento eu tiro no IBAMA para poder fazer esse trabalho.
(Agroextrator da comunidade Linha B – Pedra Branca).

Além das críticas feitas em relação à falta de orientação e à ausência do Estado, através dos seus órgãos ambientais, em relação à inexistência de uma política clara de como manejar os cipós, (lei específica discutida com os envolvidos), os agroextratores sugeriram várias alternativas para sanar os problemas apontados. Uma sugestão, dada por cerca de 38,8% das famílias entrevistadas, foi a necessidade urgente de orientações sobre uma forma adequada de manejar os cipós, seguida de perto por incentivos governamentais, tanto para a agricultura, como para um possível desestímulo dos agroextratores em coletar os cipós nos períodos definidos pelo Estado como proibido para a extração (para um dos agroextratores entrevistados seriam os períodos de floração e frutificação, classificado como um possível “defeso” do cipó, que, no caso da lei de manejo de cipós aprovada no parlamento amapaense, seria o período de menor precipitação pluviométrica).

(...) o governo deveria dar um outro incentivo para o agricultor, poderia dar uma ajuda de custo para o agricultor, se o governo quer preservar a natureza, então ele deveria investir e ajudar o agricultor, dizendo: olha, nós vamos ti dá isso aqui para ti largar o cipó de mão, pois se ele não ajuda, nós seremos obrigados a extrair o cipó para o nosso sustento.
(Agroextrator da comunidade de Água Fria – Pedra Branca).

Eu acho que importante que o governo enviasse técnicos capacitados para nos orientar a manejar o cipó, até porque todo mundo ia ficar sabendo como é que é para fazer o serviço, aí ninguém vai fazer uma coisa que não seja o certo. Seria bom botar um técnico aí, para ensinar o pessoal como é que é para fazer, porque isso não acontece.
(Agroextrator da comunidade Cachorrinho – Pedra Branca).

No meu ponto de vista, eu acho que deveriam esquematizar uma organização, uma equipe informada para chegar com todas as pessoas, convocar uma reunião, orientá-los e fazendo com que as pessoas tivessem um melhor entendimento de como proceder e o seu período para trabalhar naquele produto.

(Agroextrator da comunidade Santa Maria do Vila Nova – Porto Grande).

Devia ter um período, igual existe na pesca, para extração do cipó, e não tirar direto, contínuo, dia-a-dia, desenfreado, digamos assim, uma coisa sem regulamento, não tem data certa para tirar, aí como é que ele vai reproduzir não existe, ele vai chegar uma época que ele vai se acabar.

(Agroextrator da comunidade do Ramal Principal – Porto Grande).

A regulamentação da extração e uma posterior legalização da atividade de extração remunerada poderá ser o início de um outro problema local que é o da dificuldade de fiscalização. Tanto a fiscalização trabalhista como a ambiental foram saídas propostas pelos agroextratores como alternativa à extração clandestina. Porém, essa é uma questão que não se resolve de uma hora para a outra, pois se sabe das dificuldades que o Estado brasileiro enfrenta em relação à contratação de servidores para atuarem nessa questão – seja pelas dificuldades financeiras existentes, seja pela falta de mão-de-obra especializada e disposta a enfrentar os desafios existentes na região, isso sem falar da falta de infra-estrutura local (equipamentos em geral). A região é de difícil acesso, devido a sua extensão territorial, a existência de uma grande quantidade de rios e igarapés, bem como à quantidade de florestas que, em sua maioria, encontram-se ainda intactas. Apesar das dificuldades apontadas acima, torna-se absolutamente necessário, na perspectiva dos entrevistados, que, além de uma legislação pertinente, o Estado providencie o manejo dos cipós e melhore a forma de fiscalização por parte das autoridades ambientais.

Os órgãos do governo deveriam dar mais apoio, mais fiscalização de perto, que é muito mais importante, porque anteriormente, muito isso acontece, a gente ouve falar que tem muito dinheiro para fazer isso e fazer aquilo, mas a fiscalização não existe, aquela fiscalização que você tá vendo o que o cara faz com o dinheiro. Por exemplo, o cara faz um projeto para plantar tal coisa, mas não tem a fiscalização, aí o cara vai lá pega o dinheiro e põe no bolso. Infelizmente, não tem fiscalização. Cada um deveria usar da sua honestidade, o governo em si, cumprir com aquilo que ele se compromete em cumprir, na forma de seus órgãos, para o homem do campo e o homem do campo também fazer sua parte, porque se tivesse uma fiscalização ele ia fazer. Tem pessoas que fazem, mas tem outras que pegam o dinheiro e somem.

(Agroextrator da comunidade Tucano I – Pedra Branca).

5. O saber popular no manejo tradicional de cipós

Apesar da extração de cipó-titica ser uma atividade praticada ao longo de todo o ano por diferentes agroextratores, trata-se também de uma atividade que complementa a renda familiar, sendo praticada em momentos esporádicos do ano, nem sempre naqueles indicados pela pesquisa do IEPA para a melhor época de manejo, que seria o período de inverno. É no período de inverno que a planta encontra-se menos suscetível à perda de líquidos na hora da coleta (quando arrancado), o que não ocorre na época de intenso verão, onde a planta precisa de maior quantidade de líquidos para as suas funções vitais.

Para os agroextratores entrevistados, a coleta deveria ser feita no período do verão. Essa preferência de período justifica-se pela menor atividade agrícola e uma menor intensidade de chuvas na região, uma vez que as chuvas deixam vários locais alagados, principalmente por ser uma região com grandes áreas de igapós, ou mesmo de florestas de várzea. Como os cipós são espécies de áreas de florestas de terra firme, com o aumento das chuvas, aumentam as dificuldades na passagem com os cipós coletados pela floresta, confirmando o que DURIGAN (1998) constatou em trabalho de campo com coletores de cipós na Reserva Nacional do Jaú, no estado do Amazonas.

Nas conversas feitas com os agroextratores e artesãos locais, não foi possível constatar nenhum tipo de indicação em relação à época propícia para que fosse feita a coleta de cipós com base em saber dos próprios agricultores, com exceção de um dos agroextratores que afirmou preferir coletar cipós no período do inverno:

(...) o período que prefiro coletar é justamente no período chuvoso, que vai de dezembro a maio, que é o período mais livre.
(Agroextrator da região do Cupixi – Porto Grande).

Os demais agroextratores não afirmaram ter um período definido como o mais adequado para que fosse efetuada essa coleta, ocorrendo geralmente nos intervalos das atividades produtivas da roça, muito embora a coleta efetuada nessa região por extratores ser mais intensa no período de intensa estiagem (agosto a novembro), que facilita o escoamento do produto. Grande parte dos agroextratores entrevistados afirmou procurar coletar apenas os cipós classificados como “maduros”, que são aqueles que, ao se cortar com a unha, demonstram permitir a separação, com facilidade, da casca em relação à fibra, que é utilizada

para o artesanato – com posterior facilidade, ainda, de arrancar a casca com uma faca, para o seu beneficiamento final.

(...) muitos dos extratores chegam na árvore e puxa o cipó, muitas vezes o cipó tá verde, se ele puxar o cipó verde não vai prestar aquele cipó depois de descascado (...).
(Agroextrator da comunidade Água Fria – Pedra Branca).

Outra característica também utilizada pelos agroextratores para diferenciar o cipó pronto para a coleta é seu diâmetro. Esse deve possuir, em média, cerca de 3 cm de circunferência. Por último, uma característica de suma importância é a distância dos internós ao longo dos cipós que serão coletados: deve-se procurar coletar somente os cipós que possuam uma quantidade mínima de internós, dando preferência àqueles com uma distância de pelo menos 1,5 metros de comprimento. Abaixo dessa medida, o cipó não tem valor comercial – servindo apenas para fazer vassouras ou para a utilização em outras atividades domésticas ou agrícolas da propriedade (amarrar redes, fazer balaios de utilidade doméstica, tecer cadeiras, amarrar cercas, currais etc).

(...) quando eu vou lá tirar o meu material, eu só tiro material de primeira e quando a gente compra, geralmente, é material de segunda ou de terceira, o material de primeira é o cipó bem comprido, com poucos nós e enxuto.
(Agroextrator-artesão do município de Pedra Branca).

A preferência pelos cipós com internós, acima de no mínimo 1,5 metros, dá-se devido a uma exigência do mercado comprador de cipós, pois esses compradores (empresários ou seus representantes) descartam todos os cipós com um tamanho abaixo dessa medida padrão.

Mesmo antes dessa exigência de mercado em relação a quantidade de internós, os caboclos, os índios e os artesãos amapaenses já selecionavam a quantidade de internós nos cipós coletados, pois essa seleção permite a produção de artesanatos mais resistentes e esteticamente mais apresentados, uma vez que diminui o número de emendas, aumentando assim, a qualidade do artesanato produzido, bem como, o preço do produto nos mercados nacional, regional e local. Com uma diferença positiva, de que o cipó fora do padrão é utilizado para outros fins domésticos.

Diferentemente dos agroextratores tradicionais, os extratores que vivem apenas da coleta de cipós afirmam que extraem todos os tipos de cipós, não dando importância ao aspecto acima referido pois, *a priori*, estão mais interessados na quantidade (volume) de cipós coletados do que na qualidade desses, dispensando os cipós considerados fora do padrão

apenas na hora de descascar e formar os montes ou feixes (piraibas³⁷). Com isso, estragam uma quantidade significativa de cipós, causando um impacto sem precedentes na floresta, colocando em risco a espécie em si, além de causar um possível desequilíbrio na reprodução, uma vez que ameaçará o processo de floração e frutificação da planta, principalmente quando é feita a derrubada da planta-mãe do forófito, ou quando a planta-mãe perde o contato com o solo, uma vez que haverá uma perda súbita de líquidos.

Nas várias demonstrações de coletas realizadas informalmente pelos agroextratores e agroextratoras entrevistados, muitos deles preferiram arrancar o cipó-titica um a um, segurando sua parte inferior (próximo ao solo), e com a mão direita, passando por trás das costas a parte superior do cipó, com o intuito de forçá-lo para baixo e para trás. Deste modo, com o forçar do corpo, haverá menor possibilidade das raízes grampiformes (que estão localizadas no alto dos forófitos, junto à planta-mãe), virem a ser arrancadas, pois essas pequenas raízes é que fixam a planta-mãe às copas das árvores, conforme descrição de uma das agroextratoras entrevistadas.

(...) a coleta do cipó é feita melhor um a um, pois aí você evita puxar a mãe de cima da árvore (...). É melhor puxar o cipó passando por trás das costas, puxando com as mãos e forçando com o corpo para baixo e para trás (...).
(Agroextratora da comunidade de Cupixi – Porto Grande).

Já nas demonstrações feitas pelos extratores contratados, principalmente aqueles que são pagos para coletar cipós por quantidade (peso), constatou-se que existe preferência para coletar vários cipós ao mesmo tempo, puxando-os de cima para baixo. A maioria deles afirma que, com essa prática, é comum a queda da planta-mãe junto com os cipós coletados. Nesse caso, geralmente ocorre o fim dos cipós naquela árvore, uma vez que a planta-mãe terá dificuldades em subir em outra árvore devido a fatores ecológicos ainda não muito bem explicados pelos estudos fitossociológicos dos cipós, principalmente do cipó-titica.

Esses fatores fitossociológicos, bem como o estudo da arquitetura da planta dos cipós do gênero *Heteropsis*, no qual se enquadra o cipó-titica, vêm sendo estudados por pesquisadores amazônicos do INPA. Porém, ainda se encontram em fase de elaboração, sendo

³⁷ Segundo DURIGAN (1998) os coletores do Parque Nacional do Jaú, no estado do Amazonas, denominam esses montes de “piraibas”, que são grandes quantidades de cipós amarrados por um outro cipó, que os coletores utilizam para carregarem os cipós do interior da floresta para suas casas e transportar para a cidade. Porém, no Amapá, não foi observado este termo entre os agroextratores e coletores da região em estudo.

estudos que irão ajudar na compreensão das possíveis recuperações das espécies de cipós mal manejadas, principalmente nas coletas de cipó-titica.

A extração de cipós efetuada pelos agroextratores é feita em grupo de dois ou três coletores, geralmente em família (pai, mãe e filhos juntos), que chegam a coletar uma média de 20 kg/dia de cipós por pessoa.

Devido ao fato dos montes ou feixes de cipós coletados pesarem bastante, muitas vezes é necessário deixar os cipós armazenados na floresta. Essa prática se dá principalmente quando a coleta é feita em grande escala, uma vez que os cipós possuem bastante água armazenada em seus tecidos de condução (floema e xilema), podendo ficar depositados na floresta (sombra) por até trinta dias, sem correr o risco de secarem.

Vale lembrar que esse conhecimento sobre o tempo máximo de armazenagem na floresta é uma estratégia praticada por extratores e agroextratores em geral. Porém, é um conhecimento que foi adquirido a partir da prática cotidiana com os agroextratores tradicionais que, apesar desse conhecimento sobre armazenagem adquirido ao longo do tempo, preferem coletar somente a quantidade de cipós que será utilizada em curto prazo, levando geralmente uma quantidade que propicie sobra suficiente para o trabalho em suas casas e que possa ser armazenada e carregada de uma só vez, para que não seja necessário retornar à floresta em poucos dias.

O processo de descascamento é feito inicialmente com uma faca. O restante da casca é puxado com as mãos, uma vez que o cipó, quando maduro, desprende com facilidade sua casca.

Quanto à periodicidade de coleta nas áreas de extração, os agroextratores afirmaram que o tempo de pousio varia de dois a quatro anos, sendo que esse período modifica conforme a quantidade de cipós na área e a quantidade de cipós coletados por árvore etc, conforme depoimentos a seguir:

(...) o cipó não volta mais como ele era, isso aí eu tenho certeza absoluta, porque nas regiões em que eu vi trabalharem com o cipó, ao tirarem o cipó, ele volta, mas é aos pouquinhos e olhe lá. Antes dava pro cara fazer 3000 kg ou 4.000 kg de cipó por mês, hoje só dá pra fazer 2000 kg ou 1.500 kg.
(Agroextrator da Comunidade Centro Novo – Porto Grande).

(...) porque o cipó é uma coisa que a gente tira e com um ou dois anos ele dá de novo, porque ele não vai de baixo para cima, ele vem lá de cima. Ele dá na árvore lá em

cima, se você tira quatro ou cinco pernas, com dois anos ele desce outras pernas de novo. Mas o cipó hoje tá mais difícil, porque tem muita gente envolvida nisso, e tudo que se é explorado demais fica pouco.

(Agroextrator da Comunidade Ramal da Reforma Agrária – Porto Grande).

O cipó é o seguinte: com 3 ou 4 anos ele volta a dar de novo, mas só que nunca vem como era da primeira vez. A diferença da produção de antes prá de hoje é muito pouca, mas antes ela produzia mais e hoje ela produz menos, porque as pessoas as vezes já extraíram até 3 vezes num mesmo local e isso faz com a produção seja menor.

(Agroextrator da Comunidade Tucano I – Pedra Branca).

Não há indicação relacionada a conhecimentos sobre mudanças de comportamento da planta em relação a fases da lua ou a quaisquer condições ambientais (apesar de alguns entrevistados terem demonstrado acreditar que a planta do cipó-titica nasce em cima da árvore em que hospeda ou que a planta do cipó-titica não possui nem flor e nem fruto). Entretanto, nas conversas informais com agroextratores tradicionais, alguns acreditam que a planta nasce de uma formiga denominada popularmente de tucandeira (*Paraponera spp*) que, ao envelhecer, transforma-se em uma semente, nascendo uma plântula de cipó-titica. Aliás, esse mito da origem do cipó-titica ser de uma formiga é compartilhado por grande parte dos coletores de cipós na Amazônia brasileira, conforme já descrevia DURIGAN (1998) em pesquisa de campo naquela região.

Para os agroextratores, uma forma de sanar as dificuldades com o risco de extinção da planta devido à intensa prática de coletas seria o governo dar uma “ajuda” no processo de reprodução da planta, proibindo a prática de coleta nesse período, o que seria estimulado a partir de uma espécie de “defeso do cipó”, na qual os agroextratores receberiam do Estado uma quantia em dinheiro e não efetuariam a extração do cipó.

(...) na época que ele tá de semente, o governo deveria dá uma cesta básica para o agricultor para ele não ir puxar aquele cipó, naquela época, já que é época que ele tá de semente, o passarinho, um macaco, um papagaio vai lá come aquela semente e transplanta em uma outra árvore e já se você for puxar (o cipó), a semente que não tá madura ela vai cair no chão, o passarinho não come e ele não reproduz.

(Agroextrator da comunidade de Água Fria – Pedra Branca).

Esse processo de defeso que seria estabelecido pelo Estado, segundo a visão dos entrevistados, seria estabelecido a partir de estudos elaborados pela equipe de pesquisa, responsável pelo estudo do manejo do cipó-titica e definida em lei pelo governo do Estado do Amapá.

CAPÍTULO V

Representações sobre o presente e perspectivas para o futuro

1. Nível de satisfação com a atual condição de vida dos agroextratores

Em relação ao nível de satisfação com a forma de vida e com as condições na propriedade rural, os agroextratores se dizem bastante contentes com a vida, muito embora exista uma contradição nestas falas, uma vez que parte dos entrevistados, como vimos anteriormente, reclama da falta de incentivos governamentais e das condições socioeconômicas em que vive.

Alguns entrevistados elogiaram a facilidade com que hoje o ensino se universalizou, se é que podemos assim definir, pois muitos deles afirmaram que antigamente o acesso à escola era muito difícil, pois colocar um filho em uma escola era uma tarefa bastante complicada. Há que se considerar a distância das escolas, o número de vagas e sua infra-estrutura muito aquém da realidade de hoje.

A satisfação que a minha família tem hoje é porque a única coisa que eu encontrei com facilidade aqui no estado do Amapá foi no caso a educação, porque hoje eu tenho filho estudando e todos eles estão na escola.
(Agroextrator da comunidade do Cupixi).

Outra satisfação demonstrada por uma parcela significativa das famílias entrevistadas foi sobre a possibilidade de não estar passando fome e de ter uma alternativa de emprego e renda para o sustento da família. No entanto, a maioria das famílias dos agroextratores diz aceitar a situação em que vive, não vendo saída para a extração de cipós na região, o que gera uma falta de perspectiva (27,8%), falta de motivação com a vida no campo (22,2%), fazendo com que a agricultura apareça como a última alternativa de sobrevivência (vide tabela 18).

Na agricultura sim, mas em outra área de coletar cipó não, porque não dá nada, para nós que colhemos não dá nada. Porque as pessoas que estão lá fora, que compram e vendem, ganham, muito e nós não ganhamos nada. Nós só tiramos o cipó porque é obrigado, para a nossa sobrevivência.
(Agroextrator da comunidade Linha B – Pedra Branca).

Estou totalmente satisfeito, porque a gente precisa de muitas coisas que ainda falta para gente aqui, mas em parte a gente se conforma.
(Agroextratora da comunidade Ramal Principal – Porto Grande).

Para 11,1% dessas famílias, a busca pelo campo se deu influenciada pela baixa estima dos integrantes das famílias e pela difícil condição socioeconômica em que os mesmos se encontravam em suas antigas cidades, o que se combinou com o baixo índice de escolaridade.

Alguns agroextratores se identificam e estão dispostos a persistir na labuta do dia-a-dia em suas propriedades rurais, por sempre desejaram possuir uma propriedade rural, por gostarem de trabalhar no campo e ainda por aqueles que sofreram influência dos pais e permanecem no meio rural, estes últimos representados respectivamente por cerca de 5,6% dos entrevistados.

Há de se considerar, ainda, o percentual de 5,6% de trabalhadores que só sabem trabalhar na agricultura.

TABELA 18 - Motivos da profissão atual dos agroextratores.

Principais motivos	Número de agroextratores	Frequência (%)
Sem outra perspectiva na vida	05	27,8
Motivado pelo desemprego	04	22,2
Prefere o trabalho no campo (produção rural)	03	16,7
O baixo índice de escolaridade	02	11,1
Cansados com a vida da cidade	02	11,1
Só sabe trabalhar na agricultura	01	5,6
Influência direta dos pais	01	5,6
Desejo de possuir uma propriedade para a família	01	5,6

2. As perspectivas para o futuro como produtor rural e como agroextrator

Para 61,1% das famílias entrevistadas, o principal anseio seria melhorar o nível escolar dos seus filhos, o que se justifica devido a grande parte dos chefes de famílias entrevistados não terem cursado mais que o ensino fundamental e almejarem garantir uma melhor educação e um futuro mais promissor para seus filhos, acreditando na possibilidade de ascensão social através da educação.

Nestes termos, a principal motivação para a melhoria desse nível escolar seria devido a perspectiva do abandono das atividades agroextratoras, buscando outras atividades que permitam melhorar a renda da família, uma vez que a maioria acredita que é mais fácil conseguir emprego quando se tem um nível de educação mais elevado.

As perspectivas que eu vejo para meus filhos é o estudo que eu estou tentando para eles, que é pra vê se eles estudando, consigam arranjar um emprego bom e não ficar do jeito que eu estou. E acho que eles têm um futuro bom, porque não tem ninguém atrasado.

(Agroextrator da comunidade de Centro Novo - Perimetral).

Nós esperamos que eles estudem para terem um emprego melhor e saia da roça, até porque eles não querem ficar aqui.

(Agroextrator da comunidade Ramal Principal – Porto Grande).

Para os agroextratores entrevistados o futuro de seus filhos depende, em primeiro lugar, da possibilidade de estudar, uma vez que muitos acreditam que seus filhos poderão melhorar de vida a partir do momento em que entrarem na faculdade e, a partir daí, arrumar um emprego melhor. Porém, em segundo lugar, apesar da insatisfação em relação à vida no campo, vários dos agroextratores vêem como saída a implantação de uma política agrícola que seja capaz de manter o homem do campo em suas propriedades, demonstrando assim que modificando a política agrícola, o êxodo rural diminuiria com facilidade. Esta, assim, seria uma saída, pois a maioria dos agricultores que deixam suas propriedades para viverem nas grandes cidades sabem que sofrerão muitas decepções e terão poucas chances de uma vida mais digna. Estas chances aparecem no discurso dos entrevistados diretamente relacionados ao índice de escolaridade e de conhecimentos técnicos exigidos para o desempenho das profissões. Sem falar do índice de desemprego que assusta grande parte de parentes desses camponeses que moram nas grandes cidades.

Eu não quero que eles tenham essa vida, mas eu gostaria que o governo implantasse uma política agrícola mais eficaz, que só assim ele vai poder manter o homem no campo.

(Agroextrator da comunidade Ramal da Travessa – Porto Grande).

3. A produção de artesanato como estratégia de viabilização de trabalho e renda para a região na visão dos agroextratores

Em relação às 18 famílias de agroextratores entrevistadas, apenas 5,6% delas admitiram produzir artesanatos em suas propriedades, o que não deixa de ser um índice bastante baixo, uma vez que a produção de artesanato, na prática, agrega mais valor ao cipó. Com apenas um quilo de cipó-titica, se consegue fazer uma vassoura, objeto que no mercado

regional chega a ser vendido por até R\$5,00 (cinco reais) a unidade³⁸. Segundo alguns artesãos da região, dependendo da qualidade e do tempo disponível, uma pessoa pode produzir até cinco vassouras por dia ou jamaxins, peneiras, balaio etc (FIGURAS 08 e 09), ou ainda confeccionar móveis de cipós, que podem variar de artesão para artesão. Esses dados confirmam o que QUEIROZ et al. (2000) afirmam a partir de trabalho de campo realizado na região em estudo, sobre as perspectivas de beneficiamento da matéria-prima do cipó-titica.



FIGURA 08 – Confeção de vassouras de cipó-titica.



FIGURA 09 – Confeção de artesanatos de cipó-titica e de outras fibras.

³⁸ Sobre esse assunto, veja PEREIRA et al. (2001).

Apesar da exígua prática de produção de artesanato pelos agroextratores entrevistados, vários deles sugeriram que deveria ser dado mais incentivo à produção de artesanato no Estado, com o objetivo de diminuir a extração de cipós que hoje vem sendo feita em grande escala, possibilitando, assim, agregar valor aos artesanatos confeccionados pelos artesãos locais.

Para os entrevistados, seria necessário haver uma regulamentação da extração de cipós através do registro de firmas e a contratação legal dos cipozeiros, conforme fala reproduzida a seguir:

Eu achava que o pessoal que entra na região para comprar esse cipó e retira do Amapá, teria que ser uma firma registrada, tivesse um trabalhador adequado, com carteira assinada, para extrair esse cipó de dentro, que tivesse uma vistoria do Ministério do Trabalho, que é o que não acontece aqui.
(Agroextrator da comunidade Água Fria – Pedra Branca).

Uma preocupação demonstrada por grande parte das famílias entrevistadas foi com a falta de incentivo e de uma assistência técnica à agricultura da região. Para eles, a falta de uma política agrícola, termina contribuindo para o aumento desenfreado da coleta de cipós, conforme mostram as falas a seguir:

O governo deveria dar mais assistência à agricultura, porque esse é o trabalho do pobre, poderia também colocar um hospital na localidade.
(Agroextrator da comunidade Tucano I – Pedra Branca).

O governo deveria tratar política no setor primário, por exemplo: ele tinha que tratar política de mecanização, tratar de linha de crédito para o agricultor, ele tinha que estimular para o agricultor produzir em pequenas áreas sem invadir, sem agredir o meio ambiente.
(Agroextrator da comunidade Ramal Principal - Porto Grande).

Outra questão levantada em vários momentos pelos entrevistados foi a necessidade de haver um maior combate à corrupção nos órgãos ligados à agricultura, principalmente em relação ao INCRA. Para grande parte dos entrevistados há constantes desvios de verbas por parte de alguns funcionários do governo. Foi bastante criticada, ainda, a má atuação dos órgãos na administração de recursos voltados para os assentamentos da região.

Se o cara for para trabalhar certo mesmo não funciona; os próprios órgãos do governo hoje trabalha através da bandidagem. Se vem uma verba para cá para o assentamento, aí o caboclo vai lá e diz assim: - Olha eu assino um cheque, que era para fazer alguma coisa aqui dentro, mas, as vezes esse dinheiro é desviado dentro do INCRA, sem vim

para cá.
(Agroextrator da comunidade Centro Novo – Porto Grande).

Foi possível constatar ainda que existe uma grande preocupação dos agroextratores em relação à falta de incentivos fiscais na área da produção agrícola, na organização dos trabalhadores em cooperativas e associações de artesãos e produtores, bem como a falta de orientação técnica por parte dos órgãos competentes.

Quanto a extração do cipó, ela era muito mais... ela tinha muita importância, porque antes ela era tipo um garimpo, e hoje ela voltou a ser de novo esse garimpo, só que de forma mais espalhada. Por isso, que antes era muito tirado, só que não tinha fiscalização pelos órgãos governamentais. Antigamente se nós quiséssemos encher o caminhão de cipó, poderia sair a qualquer hora sem fiscalização nenhuma, hoje nem se quer o artesão tem direito de levar se quer 1 kg de cipós para Macapá, por exemplo: hoje (...), o artesão não tem prioridade em comprar cipó, por quê? As pessoas que levam daqui de Pedra Branca, para outros estados, não vendem aqui na capital, porque o preço não compensa. Eles vendem lá para outros estados, porque lá o cipó sai muito mais caro e com certeza o giro de lucro lá é muito melhor e o artesão, nesse momento na capital, fica sem trabalhar.

(Agroextrator da comunidade Água Fria – Pedra Branca).

Eu acho que deveriam esquematizar uma organização, uma equipe informada para chegar com todas as pessoas, convocar uma reunião, orientá-los e fazendo com que as pessoas tivessem um melhor entendimento de como proceder e o seu período para trabalhar naquele produto.

(Agroextrator da comunidade Linha B – Pedra Branca).

Se colocassem uma cooperativa com uma oficina de artesanato para o pessoal trabalhar para vender para fora era uma boa para o pessoal.

(Agroextrator da comunidade Cachorrinho – Pedra Branca).

O cipó, pelo que eu vi aqui, de uns tempos para cá, foi feito uma reunião para o pessoal montar um negócio para fazer muitas coisas aí com o próprio cipó, só que foi uma reunião que não foi para frente. Então já que o cipó tá sendo exportado, se o cara fizesse aqui qualquer coisa era mais bacana.

(Agroextrator da comunidade Cupixi – Porto Grande).

Para os agroextratores entrevistados é, portanto, pública e notória a insensibilidade e a falta de vontade política dos governantes em relação ao potencial que os agroextratores possuem em gerar renda para suas famílias e diminuir a miséria naquela região. Para grande parte deles os incentivos governamentais em relação à prática de artesanato têm ficado muito aquém da demanda, pois as ações governamentais ficam muito à desejar.

4. A produção de artesanato como renda na visão dos extratores

De acordo com os 42 extratores entrevistados, o artesanato é uma atividade praticada pelos pais (homens), representando 50% deles, contra apenas 26,19% que atribuíram essa atividade como sendo uma atividade mais praticada em casa pelas mães e apenas 9,52% que atribuíram essa tarefa aos filhos, dentro da unidade familiar.

Ao mesmo tempo, cerca de 9,5% dos 42 extratores (TABELA 19) sugerem a criação de escolas e fábricas de produção de artesanatos, bem como a organização de cooperativas de cipozeiros pelo Estado, objetivando haver maior controle da cadeia produtiva dos cipós, dificultando a presença de atravessadores na aludida cadeia e forçando preços mais justos para os cipós na região.

Para esses 42 extratores entrevistados, existe um problema muito grande a ser resolvido que é a questão do transporte dos cipós tanto da floresta para casa (beneficiamento), como de casa para a comercialização do produto, chegando nesse caso a ser sugerido por 23,8% deles a melhoria nas estradas vicinais e ramais dos assentamentos e demais regiões de coleta.

TABELA 19 - Perspectivas da atividade de coleta de cipós para os extratores pesquisados.

Como deve ser a atividade de coleta no futuro	Número de extratores	Frequência (%)
Liberação com controle do Estado (SEMA)	23	54,8
Melhorar a forma de transporte dos cipós	10	23,8
Criação de escola e fábricas de artesanatos	04	9,5
Garantia de preço justo para a venda de cipós	04	9,5
Não quis opinar sobre o assunto	02	4,8
Liberar a extração e venda somente para artesãos	01	2,4

Quando se perguntou sobre como deveria ser a atividade de coleta de cipós para as famílias extratoras pesquisadas, 54,8% delas foram categóricas em afirmar que deveria haver maior controle pelo Estado da atividade de coleta e uma fiscalização mais rigorosa por parte do órgão responsável (SEMA). Nesse caso, posições bem mais radicais apresentaram-se, como por exemplo, condicionar a liberação de extração, apenas quando a mesma fosse destinada à venda aos artesãos locais cadastrados no órgão estadual de fiscalização.

5. Expectativas de técnicos e gestores ambientais em relação às políticas públicas

As expectativas em relação à criação de leis que garantam uma extração equilibrada e sustentável dos cipós da Amazônia têm sido uma meta de parte dos pesquisadores, principalmente os envolvidos com políticas voltadas à agricultura familiar (etnobotânica, etnoecologia etc).

No processo de estudo das técnicas utilizadas pelos agroextratores, foi possível identificar tanto uma necessidade de sobrevivência, como a necessidade de haver uma forma oficial de manejar os cipós.

Apesar da maioria dos pesquisadores ainda não estar consciente da importância do conhecimento tradicional dos produtores rurais (agroextratores familiares, agricultores familiares e outros) na elaboração e consolidação das leis que regulam a extração dos produtos madeireiros e não-madeireiros, já é possível notar uma pequena mudança nos paradigmas de grande parte dos técnicos e gestores ambientais na Amazônia. No caso do Amapá, é possível afirmar que já existe uma postura dos técnicos preocupados com a forma de abordagem de tecnologias no campo. A adesão à essa postura é ainda pequena, mas já possibilita reordenar práticas de extensão no Estado.

Os técnicos do IEPA (um auxiliar de pesquisa, um biólogo, um engenheiro agrônomo e um engenheiro florestal envolvidos na pesquisa do cipó-titica), quando entrevistados sobre as práticas de manejo tradicional dos agroextratores amapaenses, foram unânimes em afirmar que existe uma forma diferenciada entre agroextratores e extratores em coletar cipó no Estado. Para esses profissionais, além de haver uma forma diferenciada (mais cuidadosa) de extrair a liana das árvores por parte dos agroextratores, é possível verificar, ainda, uma preocupação dos mesmos em relação à manutenção das espécies coletadas para as gerações futuras.

Para um dos pesquisadores envolvidos na pesquisa de manejo de cipó-titica do IEPA, os contratados pelas empresas de coleta de cipós são mais organizados que os agroextratores, muito embora não possuam conhecimento do manejo, ou seja, retiram o cipó de qualquer maneira, não havendo preocupação com técnicas que apontem para um manejo sustentável que garanta a existência da espécie nas florestas extraídas:

Eles retiram tudo que eles encontram, não respeitam áreas, não respeitam época,

portanto uma extração puramente predatória, enquanto que a tradicional não. (Pesquisador do IEPA).

Essa observação foi feita também por um dos técnicos com uma experiência de quase trinta anos como auxiliar de pesquisa na região Amazônica, que detalhou com bastante propriedade a forma diferenciada de como os agroextratores manejam o cipó-titica:

Qualquer pessoa que tem uma noção disso consegue ver uma diferença muito grande, porque o extrator que retira lá natural que vive na área de floresta têm todo cuidado de tirar só as pernas de cipó madura, puxando com cuidado, com calma, não aqueles puxões muito fortes para não derrubar a planta-mãe lá de cima, pois se não, no outro ano não haverá mais cipó naquela árvore, e de um bolo³⁹ de 20 pernas por exemplo tem 5 ou 6 que estão verdes, ele retira só os maduros e deixa os verdes e no outro ano ele vai e retira os que estavam verdes e já têm mais outras pernas. Já os extratores contratados pelas empresas entram dentro do mato, e quando tem um bolo de cipós, por mais que tenha 20 pernas, às vezes somente 10 delas estejam maduras, eles retiram as 10 maduras e as 10 verdes, cortando tudo, eles se penduram em grupo nas pernas de cipó e derrubam com a planta-mãe e tudo, o que quer dizer, que eles vão destruindo e quando eles quiserem retirar de novo no ano que vem não haverá mais, aí ele vai ter que ir para uma área mais distante e assim por diante. (Técnico auxiliar de pesquisa do IEPA).

Para os técnicos e pesquisadores entrevistados, a forma de extrair o cipó-titica na floresta, ou seja, o manejo tradicional, é o mais adequado, o que aponta para um possível modelo de manejo, que pode ser utilizado pelo Estado na elaboração de sua política estadual de manejo de cipós, uma vez que os cuidados observados pelos agroextratores na hora da coleta, propiciam a sustentabilidade da espécie na região.

Para um dos técnicos entrevistados, tanto a coleta, quanto o beneficiamento, o transporte e o armazenamento é feito de forma artesanal, não requerendo muita preocupação por parte dos agroextratores.

(...) a extração é feita de maneira assim, bem rústica, bem artesanal, que é a maneira de puxar. Geralmente é com a mão direita na frente e a mão esquerda atrás, como uma maneira de se pendurar no cipó para arrebentar o mesmo, essa é a técnica mais usada. O outro cuidado que eles têm é o de ver se o cipó está maduro ou verde, pois tem alguns que estão verdes e outros maduros, aí por exemplo se você for extrair o que está verde, pode ter uma perda muito grande, podendo até matar a planta-mãe, aí por esse motivo, geralmente ele observa se o cipó está maduro ou não (...). Aí para tornar mais fácil, a maioria dos cipozeiros transportam os cipós arrastando. Primeiro eles faziam um bolo e carregavam, agora não, eles fazem um feixe e põe só uma parte nas costas e carregam arrastando, quer dizer, na verdade se for 100kg de cipó ele só vai está carregando 20kg. (...) o beneficiamento é feito separando as partes maiores, cortando na junta do cipó, geralmente eles fazem uma padronização do tamanho dos

³⁹ Expressão popular da região referente à montes de cipós ou qualquer outro produto empilhado.

grandes, dos médios e dos curtinhos para trabalhos pequenos ou acabamentos, daí vai para o armazenamento feito depois que o cipó enxuga, pois se você for armazenar o cipó úmido um em cima do outro ele cria fungo e fica todo pintado não servindo para trabalhar. Para o armazenamento é necessário que se faça um trado de pelo menos 1cm para por embaixo dos feixes de cipós para haver ventilação e não dar fungo nem broca.

(Técnico auxiliar de pesquisa do IEPA).

A omissão de alguns detalhes da tecnologia dos agroextratores por parte dos técnicos, pode não ser proposital (de forma pensada), podendo ser resultado da relação cotidiana dos mesmos com os pesquisadores, pois grande parte dos pesquisadores e técnicos, como foi dito no primeiro capítulo, levam em conta apenas a forma oficial de manejo quando orientada e cobrada pelo Estado. No entanto, a forma de manejo exercida pelos agroextratores e extratores é diferente, pois os mesmos sabem que o Estado não possui uma política definida de manejo de cipós, uma vez que a lei em vigor aprovada pelo Estado, não deixa claro qual é a forma adequada de fazer o manejo (ANEXO 01).

Vale lembrar que muito embora os agroextratores conheçam essa metodologia tradicional de extração do cipó, ainda assim, por necessidade de sobrevivência, por vezes, não à respeitam. Como se sentem fiscalizados, cobram então do Estado o papel de interferir e mediar um manejo adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar uma política específica sobre extrativismo na Amazônia tem sido uma tarefa um tanto quanto difícil, pois coloca em jogo interesses de grandes grupos (nacionais e internacionais) que exploram e especulam tanto terras, como produtos madeireiros e não madeireiros na região, sendo os problemas de manejo, dentre tantas outras, uma das questões a serem equacionadas.

Para RODRIGUES e AZEVEDO (2002), uma das formas de superar essa problemática será a extração de madeira a partir de experiências do tipo manejo comunitário de extrativismo. Nesse caso, os autores citam como exemplo a experiência vivenciada pelos extrativistas acreanos, principalmente os de Xapuri e outras localidades que têm nos últimos anos se mostrado como uma das formas apropriadas de exploração dos recursos florestais, sem falar da adequação de novos sistemas de transporte e beneficiamento dos produtos extraídos. Esses autores, que são ligados diretamente a esse tipo de experiência, vêm com bastante otimismo a implementação de tecnologias de Manejo Florestal de Uso Múltiplo e Gestão Comunitária, sendo essa uma alternativa ao acesso do extrativista a um recurso do qual ele utilizava uma ínfima porção. Com esta produção, no mínimo, dobrará a renda familiar, promovendo uma enorme transformação na região, elevando um contingente populacional excluído à categoria de microempresários.

No caso do Amapá, o processo de extração de madeiras vem sendo uma atividade bem sucedida. Prova disso é o aumento significativo da exportação de madeiras certificadas e a produção de móveis para exportação que, neste caso, não pode ser vista como uma limitação ao número de plantas de cipós na região, uma vez que o Amapá possui experiências interessantes de Manejo Florestal Comunitário⁴⁰. Estas experiências que foram bem elaboradas e bastante discutidas com os atores locais envolvidos (agroextratores familiares, associação de moradores, estudantes locais, igrejas, pesquisadores, universidades, dentre outros), poderão estar garantindo alternativas interessantes no processo de extração de madeira e outros produtos florestais manejados para um futuro sustentável em relação à essas atividades produtivas.

⁴⁰ Como experiência bem sucedida, podemos citar o caso da extração de madeira e produtos não-madeireiros da Reserva Extrativista do Maracá, no estado do Amapá, na qual, em conjunto, agentes governamentais e agroextratores têm garantido uma gestão responsável num projeto de Manejo Florestal Comunitário idealizado pelo governo do Estado, num assentamento do INCRA, nos municípios de Mazagão e Laranjal do Jari. O aludido projeto possui pouco tempo de experiência, mas têm demonstrado bons resultados.

A presença e a manutenção dos agroextratores e extratores em assentamentos agroextrativistas ou em outros assentamentos rurais da Amazônia requer esforços tanto dos atores envolvidos nesse processo, como dos gestores ambientais, pesquisadores e técnicos que promovem propostas de políticas de preservação da Amazônia.

Talvez a saída para a manutenção dos agricultores e agroextratores no meio rural não seja apenas a criação de Reservas Extrativistas como o que propunham KITAMURA (1995) e ALEGRETTI (1992), com o intuito de uma exploração de produtos não-madeireiros com uma mínima perturbação do meio (mantendo a floresta em pé), nem tão pouco a proposta de extrativismo sugerido por SERRÃO (1995), que se baseia principalmente nos sistemas agroflorestais intensivos de áreas de floresta já alteradas.

Acredita-se, a partir dos dados obtidos na presente investigação, que existem possibilidades de se criar um novo modelo que contemple a necessidade de manter as pessoas em suas propriedades, com um mínimo de dignidade, e com uma presença maior do setor público no que se refere aos serviços básicos de educação, saúde, transporte, comunicação, saneamento básico, dentre outros, nas comunidades onde se pratica o extrativismo tradicional. Essa permanência no campo, no entanto, só será possível com um maior envolvimento por parte dos moradores nas decisões que irão ser tomadas pela comunidade no que diz respeito às suas necessidades socioeconômicas e ambientais.

Para COLCHESTER (2000), as sociedades tradicionais, de um modo geral, estão sofrendo rápidas mudanças e não está claro se o equilíbrio com o meio ambiente, que em geral elas mantêm, poderá permanecer nessas circunstâncias em transformação, pois essas populações crescentemente têm causado também pressões ambientais. Aumentando a demanda por dinheiro, às vezes imposta do exterior, às vezes geradas internamente, também aumenta a pressão sobre essas comunidades e meios ambientes, para incrementar a produção de um excedente comerciável, neste caso representado pelos cipós para a grande exportação em relação às suas regiões de origem.

Manejar adequadamente as espécies de cipós, além de ser uma saída para a manutenção das florestas, poderá impulsionar uma política de sustentabilidade dos recursos não-madeireiros, contribuindo para a geração de emprego e renda no Estado. Isto garantirá a permanência dos agricultores em suas propriedades e poderá diminuir sensivelmente o fantasma da miséria no campo e do êxodo rural, que vêm preocupando as autoridades

governamentais como todos aqueles que têm como meta a melhoria da qualidade de vida da população regional.

A maior difusão de uma técnica de coleta que garanta a retirada de cipós de forma sustentada e facilite a liberação da coleta sem muita burocracia, além de garantir sobrevivência no campo, poderá contribuir de forma direta para que os órgãos ambientais também se beneficiem, pois é uma atividade que ocorre dentro das florestas, e não há como o Estado estar presente em todos os locais de intensa atividade de extração. O que se constata é que mesmo com um bom plano de manejo no papel, é difícil haver uma intensa fiscalização pelos órgãos ambientais nos locais de coleta, garantindo, assim, sua implementação.

Além do mais, uma prática de manejo efetuada pelos extratores de cipós que cumpra as exigências feitas pelos órgãos ambientais responsáveis (SEMA e IBAMA) é para o empresariado que comercializa cipós *in natura*, garantia de manutenção do seu ramo de atividade, segurança na hora de solicitar uma licença ambiental para a extração de cipós e comercialização dos cipós adquiridos, bem como lucro de todos os envolvidos no ramo de coleta de cipós no Estado.

Isso, entretanto, só será possível se houver uma grande discussão regional e uma tentativa de construção de uma parceria entre o poder público local, empresários e principalmente os agroextratores e extratores envolvidos, pois a dificuldade de fiscalização não é apenas decorrente de infra-estrutura e escassez de agentes fiscalizadores, mas também devido à grande extensão territorial da área e dificuldades de locomoção, uma vez que o transporte de grande parte do produto ocorre via fluvial. Para BENCHIMOL (1995), os rios da Amazônia não são apenas meio de transporte dos amazônidas, mas funcionam como “estradas” e verdadeiros meios de sobrevivência das populações ribeirinhas da região.

O conhecimento tradicional dos agroextratores amapaenses, como qualquer outro conhecimento tradicional, é coletivo e vem se acumulando com o correr do tempo. Para SANTOS (2002) esse conhecimento não pode ser segmentado porque não pára no tempo e no espaço, porque não tem dono nem pertence a ninguém, porque é patrimônio comum das comunidades. Vale destacar que os conhecimentos, seja de extração de cipó ou de outras atividades agrícolas, quando trazidos prontos a partir de pacotes tecnológicos governamentais, nem sempre são bem vindos, sendo geralmente colocados em prática apenas o que lhes é

conveniente, de acordo com o contexto e com suas condições de sobrevivência de um modo geral.

Até mesmo os pesquisadores que não estão envolvidos na pesquisa socioambiental e etnoecológica, já postulam a importância dos cipós nas relações entre as espécies e na manutenção das florestas. Pesquisas realizadas por RESTOM e NEPSTAD (1986), sobre a presença dos cipós em floresta de terra firme, têm demonstrado a importância fundamental dos mesmos na recuperação da evapotranspiração em florestas secundárias, o que também mostra um papel importante dos cipós na composição da floresta.

Pesquisas dessa natureza têm modificado, sistematicamente, a concepção de grande parte dos pesquisadores, que desconsideravam os cipós como um fator importante no equilíbrio dos ecossistemas. Isto tem gerado também expectativas de melhoria da renda dos agricultores a partir da coleta de cipós adequadamente manejados.

Há pouco tempo, parte das escolas de engenharia florestal do Brasil ensinava para seus alunos que um bom plano de manejo florestal iniciava-se com a orientação ao agricultor de cortar todos os cipós das árvores a serem derrubadas. Essa orientação tinha como justificativa limpar ao redor da árvore, para não causar acidentes na hora de derrubá-las (LIMA et al., 2001), desconsiderando os cipós como um possível meio de sobrevivência dos agroextratores e uma possível alternativa de sobrevivência dos povos da floresta em relação à extração da madeira.

Pesquisas como a de RESTON e NEPTASD (1986) mostram que esses paradigmas estão sendo derrubados, pois quem defende a conservação e manutenção das florestas, não admite o corte de cipós sem que seja extremamente necessário; de preferência, que tenha um papel socioeconômico definido na hora de fazer o plano de manejo, que vise um aproveitamento de tudo o que se encontra na área explorada, devido ao crescente processo de discussão de uma política mundial de sustentabilidade dos recursos naturais.

Contudo, apesar desses avanços, não é possível pensar na manutenção dos agroextratores e extratores em suas propriedades ou em áreas de usos comunitários sem pensar alternativas de sustentabilidade ambiental, com possibilidades de qualidade de vida e promoção dos direitos individuais e coletivos, conforme o que preconiza o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, no qual são apontados que são os direitos sociais a educação, a saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à

infância, e a assistência aos desamparados, na forma da lei, uma vez que todos são iguais perante a lei em direitos e deveres, devendo assim ser tratados pelo poder público (Constituição Federal de 1988 – Artigo 5º).

O processo de discussão dessas políticas deve ser tratado com todos nele envolvidos, com um sério trabalho de educação ambiental visando a definição de um plano compreendido e planejado por todos os atores sociais interessados. Para tanto, é importante uma participação maior dos órgãos ambientais e do poder público como um todo, uma vez que os interesses econômicos e ambientais tanto de agroextratores, como de técnicos, empresários, artesãos ao mesmo tempo que parecem antagonísticos, requerem um profundo debate sobre a importância de todos esses atores no processo de extração sustentável dos recursos naturais locais.

De outra parte, o estudo da etnoecologia desenvolvido para a elaboração do presente trabalho, apontou para a existência de uma conexão entre o *corpus* e a *práxis* vivenciada pelos agroextratores da região em estudo, sendo possível notar uma gama de informações sobre as relações ecológicas existentes entre diferentes elementos e aspectos ambientais e o papel de cada um deles nesse ambiente. A especificação sobre a qualidade do cipó para a coleta, o tempo de secagem, quantidade de raízes de cipós possíveis a serem coletadas constituem conhecimentos que foram adquiridos e construídos há pelo menos cem anos e foram sendo repassados para gerações seguintes com o decorrer do tempo, pelos membros das comunidades que praticam o manejo do cipó. Esses conhecimentos ainda disponíveis, podem, sem dúvida constituir um repertório de informações a serem socializadas através de políticas públicas de educação ambiental. Do mesmo modo, o conhecimento local dos agroextratores, sobre o comportamento dos animais frente à floração e frutificação da planta do cipó-titica, pode ser um elemento de extrema importância no aprofundamento tanto da fitossociologia da planta do cipó-titica, como no aprofundamento sobre o manejo efetuado pelos agroextratores no decorrer do tempo na região.

A pesquisa efetuada pôde mostrar que os agroextratores possuem uma gama de informações como por exemplo: a quantidade de cipós coletados por árvore, a qualidade do cipó coletado, a espessura, a quantidade e a frequência de internós nos cipós, a época de coleta dos cipós, dentre outras, que podem subsidiar o poder público num possível redirecionamento na metodologia de pesquisa e de extensão rural no Estado, rumando para uma possibilidade de gestão participativa e de envolvimento sustentável do ambiente.

Do mesmo modo, ficou claro que é possível definir uma política de manejo sustentável dos cipós, uma vez que existe uma diferença de manejo entre o praticado pelos agroextratores e extratores, que não é levada em conta pela política de manejo adotada pelo Estado na sua definição da lei de manejo de cipós. Torna-se necessário, assim, que os técnicos conheçam melhor as práticas de manejo tradicional vivenciadas pelos agroextratores locais, para posteriormente ser possível definir um manejo oficial adequado à região.

Por outro lado, a bagagem de conhecimento que os agroextratores adquiriram ao longo dos anos, além de ser importante na consolidação de uma política de meio ambiente para o Estado, deve ser encarada como mecanismo que poderá subsidiar o Estado numa política rural tanto para os cipós, como para a agricultura como um todo, uma vez que os mesmos são agricultores e extratores ao mesmo tempo, podendo contribuir para “trocas” entre técnicos e agroextratores de outras comunidades.

Foi possível constatar a quase inexistência do poder público no que tange à orientação técnica tanto em relação ao manejo dos cipós, como em relação às atividades agrícolas, sendo que a quantidade de técnicos disponíveis, a desinformação dos mesmos em relação à ecologia e a fitossociologia da planta do cipó-titica, colaboram com a prática desapropriada de manejo das espécies de cipós. Cabe, portanto, ao Estado, um amplo trabalho de formação do seu quadro técnico (pesquisadores, extencionistas, e educadores ambientais), para que seja feita uma intervenção não só mais qualificada, mas, do ponto de vista ambiental, melhor planejada, o que possibilitará ao Estado o cumprimento do seu papel social, bem como do papel social dos atores envolvidos na extração de cipós do Amapá.

Ficou também bastante evidente a dificuldade de se trabalhar com um contingente social tão diversificado culturalmente, uma vez que especialmente os extratores da região estudada são oriundos de “culturas” tão diferentes – nordeste brasileiro, sul, centro oeste etc – e trazem, portanto, um acúmulo de conhecimentos diferenciados, dificultando o trabalho efetuado por qualquer instituição envolvida.

Entretanto, quanto ao saber tradicional dos agroextratores é possível afirmar que apesar de nem sempre se admitir que o saber sobre a prática de coletas de cipós é uma atividade repassada de pai para filho, tem um papel de suma importância na cultura local, uma vez que as relações de vizinhança e comunitária, contribuem para essa troca de idéias, formando uma complexa rede de informações entre os agroextratores, o que influencia,

inclusive, na forma de extração efetuada pelos extratores locais. Apesar do Estado não dar orientações técnicas específicas sobre como manejar os cipós, muitos deles terminam observando e discutindo com os mais idosos as práticas por eles efetuadas.

Cabe ao Estado, por seu turno, um redirecionamento tanto em sua política ambiental, como em sua política de manejo de cipós, pois tanto as leis que regem o manejo (estadual e federal), como as condições técnicas e administrativas dos seus órgãos ambientais estão necessitando de um redirecionamento.

Frente a isso, faz-se necessária, uma capacitação permanente do quadro técnico, com cobranças constantes de práticas diferentes daquelas até então desempenhadas pelos extensionistas do Estado com agricultores e agroextratores. Só assim se poderá efetivar um trabalho que rompa com as amarras do preconceito cultural das práticas na agricultura e do extrativismo local, possibilitando um debate da real vocação da agricultura e do extrativismo na região, considerando principalmente a realidade atual de necessidade legal de preservação dos recursos naturais e florestais como um todo. Isto porque não está em jogo apenas a necessidade de um redirecionamento da política ambiental sobre o manejo das espécies exploradas, mas a sobrevivência dos homens e das mulheres dessa região.

O Estado deve intervir, regulando e apontando como deve ser feito o manejo de cipós, bem como dando orientações técnicas de como deve ser feita a produção agrícola local, pois a agricultura não pode ser a atividade secundária na renda dessas famílias de agroextratores, uma vez que o cipó deverá funcionar apenas como uma âncora que garanta o suplemento de renda da família, não o elemento principal de sobrevivência econômica. Afinal de contas cabe aos produtores locais a tarefa de abastecer o mercado com produtos que garantam tanto um preço acessível aos consumidores locais, como o equilíbrio de preços entre os produtos na própria região e os advindos de outras regiões do país.

Grande parte dos agroextratores poderiam ser incentivados pelo poder público local em relação à prática de artesanato, que, aliás, tem ficado muito aquém das demandas do Estado, devendo ser as ações governamentais mais contundentes e eficazes, criando condições políticas para viabilizar cursos e oficinas de artesanato, que valorize o saber local de índios e artesãos tradicionais da região.

Deveria fazer parte dessa verdadeira reeducação profissional, o incentivo do Estado à criação de cooperativas e associações de cipozeiros com o intuito de controlar a cadeia

produtiva dos cipós e dificultar a presença de atravessadores, para que os agroextratores possam garantir preços mais justos na venda dos cipós coletados na região.

Para tanto, por último, é necessário que o Estado cumpra o seu papel social, garantindo um controle maior nas atividades de coleta, dando melhores condições de trabalho para os agentes fiscalizadores do Estado (Batalhão Ambiental, fiscais da SEMA etc).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. São Paulo. 1998. 20 p. (mimeo).

ACIESP. Glossário de Ecologia, São Paulo. 1987.

ADAS, M. **Panorama geográfico do Brasil: contradições impasses e desafios socioespaciais**. 3ª edição Reformada – São Paulo: Moderna, 1998. p. 352-354.

ALEGRETTI, M. H. **Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis: a região Amazônica e as atividades extrativistas**. COMPÊNDIO 18: Extrativismo na Amazônia brasileira. 1992. p. 14-34.

ALMEIDA, D. M. **A construção de sistemas agroflorestais a partir do saber ecológico local** (O caso dos agricultores familiares que trabalham com Agrofloresta em Pernambuco). 2001. 231 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

AMAPÁ (Estado). Lei n. 388, de 10 de dezembro de 1997. **Dispõe sobre os instrumentos de controle de acesso à biodiversidade do estado do Amapá**. Belém: Supercores, 55 p. 1999.

_____. Lei n. 631 de 21 de novembro de 2001. Dispõe sobre procedimentos para a extração, transporte e comercialização de espécies vegetais produtoras de fibra tipo cipó-títica (*Heteropsis spp*) e similares em todo o estado do Amapá. Amapá: **Imprensa Oficial do Estado do Amapá**. nº. 2669, de 21 de novembro de 2001.

AMIN, M. M. O extrativismo como fator de empobrecimento da economia no estado do Pará. In: XIMENES, T. (Org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável (uma contribuição para a Amazônia 21)**. Belém: NAEA-UFPA. 1997. p. 177-207.

ANDERSON, A. B.; IORIS, E. M. A lógica do extrativismo: Manejo de recursos e geração de renda por produtores extrativistas no Estuário Amazônico. In: DIEGUES, A. C. & MOREIRA, A. de C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP. 2001. p. 165.

ANDRADE, E. B. Desmatamento, solos e agricultura na Amazônia Legal. In: Ministério do Meio Ambiente. (Org.). **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 235-238.

ARRUDA, R. S. V. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP. 2000. p. 278.

ASSENTAMENTOS. <http://www.diocesepascom.com.br/cpt/dados_assentamentos.htm>. Acesso em: 11 mar. 2004.

BALÉE, W. **Footprints of the forest: Kaápor ethnobotany – the historical ecology of plant utilization by na Amazonian peoples**. New York: Columbia University. Press. 1993.

_____. O povo da capoeira velha: caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul. In: PAVAN. C. (Org.). **Uma estratégia Latino-America para a Amazônia**. São Paulo: Editora UNESP. 1996. 158 p.

BECKER, B. K. Síntese do processo de ocupação na Amazônia – Lições do passado e desafios do presente. In: Ministério de Meio Ambiente. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 5-15.

BENCHIMOL, S. O homem e o rio na Amazônia: uma abordagem eco-sociológica. In: COSTA, J. M. M. da. (Org.). **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: UFPA, NUMA, 1995. p. 191-203.

BRASIL. Portaria nº 627 de 30 de julho de 1987. Criação dos assentamentos extrativistas. Política Nacional de Meio Ambiente – PNMA, decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990.

_____. Decreto nº 517, de 08 de maio de 1992. Regulamenta área de Livre Comércio de Macapá e Santana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo. Brasília, DF, 08 maio 1992.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **O estado do Amapá: mapa político**. Rio de Janeiro: 2001. 1 mapa, color. Imagem digital.

BRÜGGER, P. Visões estreitas na educação ambiental. **Revista Ciência Hoje**. Rio de Janeiro. Vol. 24, n. 141. 1998.

BRUNDTLAND, G. H. **Our common future: from one earth to one world**. Nova York: Oxford University Press, 1987.

BUNTING, G.S. Sinopsis de las Araceae de Venezuela. **Rev. Fac. Agron. Maracay.** Venezuela. v.10, n. 1-4, p.139-290. 1979.

BURLEY, F. W. Plano de ação para a silvicultura tropical – progressos recentes e novas iniciativas. In: WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Cap. 45, 1997. p. 514-521.

CAPRA, F. **O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente.** Cultrix: São Paulo, 1982, 447 p.

CARVALHO, A. C. A; RABELO, B. V. QUEIROZ, J. A. L; PEREIRA, L. A. **Manejo de cipó-titica (*Heteropsis jenmanii*) na região do Lourenço e Santa Maria do Vila Nova.** Macapá: IEPA, 1999. (projeto de pesquisa).

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de populações Tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP. 2000. p. 165-182.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: _____. **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP. 2000. p. 225-270.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____. **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: Hucitec. NUPAUB – USP. 2000. p. 01-46.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum.** São Paulo: NUPAUB -USP. 2001. 101 p.

DURIGAN, C.C. **Biologia e extrativismo do cipó-titica (*Heteropsis spp.* – Araceae) – estudo para avaliação dos impactos da coleta sobre a vegetação de terra firme no Parque Nacional do Jaú.** 1998. 52 f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Amazonas, INPA, Manaus.

EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos.** Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Brasília: Embrapa Produção de Informação, Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999. 412 p.

_____. **Classificação dos solos do Amapá.** Centro de Pesquisas Agroflorestais do Amapá. Amapá, 2000. Embrapa Amapá. 20 p. (Mimeo).

ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britânica do Brasil. Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1980.

FEARNSIDE, P. M. Serviços Ambientais como estratégia para o desenvolvimento sustentável na Amazônia Rural. In: CAVALCANTE, C. (Org.). **Meio Ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1997.

FIDALGO, O.; BONONI, V.L.R. **Técnicas de coleta, apresentação e herborização de material botânico**. São Paulo: Instituto de Botânica, 1984. 62 p. (Manual, n.4).

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 21ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1986. 248 p.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2000. (3ª edição)

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. São Paulo: Record. 1997. p. 45-60.

GRENAND, P.; JAQUEMIN, H.; MORETTI, C. **Pharmacopés traditionnelles en Guyane Créoles, Palikur, Wayãpi**. [S.l]: Editions de l'Orstom, 1987. p. 85-150.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2001. p. 43-71.

GUIVANT, J. S. A agricultura sustentável na perspectiva das Ciências Sociais. In: **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez: Florianópolis Universidade Federal de Santa Catarina. 1995. p. 99-133.

GRZYBOWSKI, C. **O saber dos camponeses em face do saber dos técnicos**. [s.l]:FASE, 1987, p. 60-63.

HALL, P.; BAWA, K. **Methods to assess the impact of extraction of non-timber tropical forest products in plant populations**. Economic Botany, [s.l]:v.47, n.3, 1993. p. 234-247.

HOMMA, A. K. O.; WALKER, R. T.; CARVALHO, R. DE A.; FERREIRA, C. A. P.; CONTO, A. J.; SANTOS, A. I. M.; SCATENA, F. N. “Oportunidades, limitações e estratégias para a economia extrativa vegetal na Amazônia”. **Seminário Internacional sobre Meio Ambiente, Pobreza e Desenvolvimento**. SINDAMAZÔNIA, p. 252-274. Belém, 1992.

HOMMA et al., Dinâmica dos sistemas agroflorestais e o caso dos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu (Pará). In: COSTA, J. M. M. (Org.). **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: UFPA, NUMA, 1995. p. 37-54.

HOSOKAWA, R. J.; MOURA, J. B. de.; CUNHA, U. S. da. **Introdução ao manejo e economia de florestas**. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. p. 128-137.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: **ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL**, 1991, V.51. p. 28-37.

_____. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Paisagens do Brasil**. 2ª edição. Rio de Janeiro: [s.n.], 1973.

_____, **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Rio de Janeiro. IBGE, 2001.

_____, **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro. IBGE, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ. Zoneamento Ecológico Econômico. **Relatório**. Macapá, 1998. Relatório. (Mimeo.).

_____. Zoneamento Ecológico Econômico. **Macrodiagnóstico do estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE**. Macapá: IEPA – ZEE, 2002. 140 p.

KITAMURA, P. C. Políticas Ambientais para a Amazônia: uma avaliação crítica. In: COSTA, J. M. M. da (Org.). **Amazônia: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais**. Belém: UFPA, NUMA, 1995. p. 125-160.

LESCURE, J.P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortes, 1997. p. 433-453.

LENOBLE, R. **História da idéia de natureza**. Edições 70, 1990. 373 p.

LÉVI-STRAUSS, C. O uso das plantas silvestres da América do Sul tropical. In: RIBEIRO, D. **Suma Etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, 2.ed. 1987.

LIMA, R. R., et al. **Várzeas fluvio-marinas da Amazônia brasileira, características e possibilidades agropecuárias**. Belém: FCAP, 2001. 342 p.

MACHADO, R. B.; AGUIAR, L. M. S. Desmatamento na Amazônia e consequência para a biodiversidade. In: Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 225-227.

MAGNANI, J. G. C. Discurso e representação, ou de como os Baloma de Kiriwina podem reencarnar-se nas atuais pesquisas. In: CARDOSO, R. C. L. (Org.). **A aventura antropológica – teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 136 p.

MAGNOLI, D.; ARAUJO, R. **A nova Geografia - estudos de Geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna. 1998. 378 p.

MARQUES, J. G. W. O olhar (des)multiplicado. O papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROSO, M. C. DE M.; MINGUI, L. C.; SILVA, S. P. (Org.). **Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia e Etnoecologia e disciplinas correlatas**. São Carlos (SP): Anais do Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do sudeste. 2001, Rio Claro: UNESP/CNPq. 2002. p. 31-47.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. FURB. 1998, 245 p.

MENEZES, M. A. O controle qualificado do desmatamento e o ordenamento territorial na região Amazônica. In: Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 103-111.

MESQUITA, O. V. Extrativismo vegetal. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Org.). **Paisagens do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. p.115-119.

MINAYO, M. C. De S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. (Org.). **Textos em representações sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 89-111.

MORI, S.C. et al. **Vascular plants of central French Guianas**. New York: Memoirs of the New York Botanical Garden, 1997. 422 p.

MULLER-DOMBOIS, D.; ELLENBERG, H. **Aims and methods of vegetation ecology**. New York: Ed. Willey & Sons, 1974. 574 p.

NAZAREA, V. D. “View from a Point: Entnoecology as Situated Knowledge. In: NAZAREA, V. D. (Org.). **Etnoecology: situated Knowledge/located lives**. The University of Arizona Press, 1999. p. 03-20.

O MUNICÍPIO. Disponível em: http://www.amapa.net/informacoes/mn_estado_geografia.php. Acesso em: 22 out. 2003.

PEREIRA, L. A.; CESARINO, F.; REIS, J. P. Levantamento das Araceae do Amapá enfatizando o cipó-titica (*Heteropsis flexuosa*) visando o manejo sustentado da espécie: Estudos preliminares. **Revista Amapá, Ciência e Tecnologia**. Macapá: MEC/UNIFAP/FUNDAP/EMBRAPA-AP, 2001. (no prelo).

PEREIRA, L. A., et al. Manejo de cipó-titica - *Heteropsis flexuosa* (Araceae): Um componente viável para a sustentabilidade do Amapá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 2002, Ilhéus. **Anais**. Ilhéus: 2002. p. 75.

POSEY, D. A. “Etnobiologia: teoria e prática”. In: RIBEIRO, B. **Suma Etnoecológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v.1, 1986, p. 14-18.

_____. Interpretando e utilizando a “realidade” dos conceitos indígenas: o que é preciso aprender dos nativos? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. DE C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP. 2001. p. 279-294.

POTIGUARA, R.C.V.; NASCIMENTO, M.E. Contribuição à anatomia dos órgãos vegetativos de *Heteropsis jenmanii* Oliv. (Araceae). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. ser. Bot. v. 10 2, 1994. p. 237-247.

QUEIROZ, J. A. L., et al. Cipó-titica [(*Heteropsis flexuosa* (H.B.K.) G.S. Bunting)]: diagnóstico e sugestões para o uso sustentável no Amapá. Macapá: Embrapa Amapá, 2000. 17 p. Embrapa Amapá. **Documentos**, 17.

REIS, A. C. F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1982, 5. ed. 258 p.

_____. **Histórias do Amazonas**. 2ª .ed.. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. 261p.

_____. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de informação Agrícola do Ministério da agricultura, 1953. 149 p. Documentário da vida rural, nº. 5.

RESTOM, T. G.; NEPSTAD, D. C. Papel dos cipós na recuperação da evapotranspiração em floresta secundária na Amazônia Oriental. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL. 1986, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 1986.

RIBEIRO, J. E. L. da S., et al. **Flora da Reserva Ducke**: guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra firme na Amazônia. Manaus: INPA/DEFID, 1999. 799 p.

RODRIGUES, E.; AZEVEDO, L. A. M. Uso múltiplo da floresta e gestão comunitária. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002. p.181-198.

ROUÉ, M. Novas Perspectivas em Etnoecologia: Saberes tradicionais e Gestão dos Recursos Naturais. In: COSTA, J. M. M. da (Org.). **Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec. NUPAUB-USP. 2000. p.68-78.

SALATI, E. **Amazônia**: desenvolvimento, integração e ecologia. São Paulo: Brasiliense. Brasília, 1983. 373 p.

_____. Mudanças climáticas e ciclo hidrológico na Amazônia. In: Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia**. Brasília: MMA, 2001. p. 153-164.

SANTOS, L. G. A desordem da nova ordem – aceleração tecnológica e ruptura do referencial. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade – um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2001. p. 27-41.

SERRÃO, E. A. Desenvolvimento agropecuário e florestal na Amazônia: proposta para o desenvolvimento sustentável com base no conhecimento científico e tecnológico. In: COSTA, J. M. M. da (Org.). **Amazônia**: desenvolvimento econômico, desenvolvimento sustentável e sustentabilidade de recursos naturais. Belém: UFPA, NUMA, 1995. p. 125-160.

SHUBART, H. O. Ecologia e utilização de floresta. In: SALATI, E. **Amazônia**: integração, desenvolvimento e ecologia. Brasília: Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 1983. p 132.

SILVA, G. Vime, Cultivo e Arte. **Revista Globo Rural**. Rio de Janeiro. n. 169, p. 48-52, nov.1999.

SILVA, J. de A. **Análise Quali-Quantitativa da extração e do manejo dos recursos florestais da Amazônia brasileira**: Uma Abordagem Geral e Localizada (Floresta Estadual do Antimari-AC). 1996. 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1996.

SILVA, J.N.M.; LOPES, J. do C.A e CARVALHO, J.O.P. de. Inventário florestal de uma área experimental na Floresta Nacional do Tapajós. **Pesquisa florestal**. Embrapa. CNPF. n. 10-11. Jun./dez 1985.

SILVA, M. F.; LISBÔA, P.L.B.; LISBÔA, R.C.L. **Nomes vulgares de plantas amazônicas**. Manaus: INPA, 1977. 222 p.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500/1820**. 8.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. 465 p.

SMITH, A. **Os conquistadores do Amazonas – quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo**. São Paulo: Best Seller, 1990. 399 p.

SOARES, L. C. Hidrografia. In: IBGE. (Org.). **Geografia do Brasil - Região Norte**. Rio de Janeiro: Centro de Serviços Gráficos. 1977. p. 95-108.

TOLEDO, V. M. La perspectiva etnoecológica: Cinco reflexiones acerca de las ciencias campesinas sobre la naturaleza com especial referencia a México. In: **Ciências**, México: especial n. 4. 1990. p. 22-29.

_____. “What is ethnoecology? Origins, scope and implications of a rising discipline”. In: **Etnoecológica**, México v. 1., 1992. p. 5-21.

_____. El juego de la supervivencia: un manual para la investigación etnoecológica em Latinoamérica. In: **Consortio latinoamericano sobre agroecología y desarrollo**. Berkley, 1991. 75 p.

UHL, C. et al. **Uma abordagem integrada de pesquisa sobre o manejo dos recursos naturais na Amazônia**. Manaus: AMAZON, 1997. (Série Amazônia).

VANTOMME, P. **Actividades de la FAO em relación com los productos forestales no maderables**. São Paulo: Actualidad Forestal Tropical. Cia das Letras, 447 p.

VERISSIMO, A.; AMARAL, P. Exploração Madeireira na Amazônia: Situação atual e perspectivas. In: LEROY, J.P e FATHEUR, T. W. (Org.). **Certificação florestal**. Rio de Janeiro: FASE/ SACTES- DED/HBS, 1996. (Série Caderno de Proposta, n.4). p. 52.

VIANA, V. M. Conservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação - novos rumos para proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. NUPAUB-USP.2000. p. 01-46.

_____. Envolvimento Sustentável e Conservação das Florestas Brasileiras. In: DIEGUES, A. C. (Org.). **Etnoconservação – novos Rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC. NUPAUB-USP. 2000. p 23-26.

VIANNA, A. Assalariamento, extrativismo e venda (ou troca) de lotes: alternativas para a consolidação de uma ocupação de terras no sudoeste do Paraná. In: VIANNA, A., et al. (Org.). **Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa**. Rio de Janeiro: CEDI, 1990 p. 13-36.

VIERTLER, R. B. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em Etnobiologia e Etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. DE M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Org.). **Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia e Etnoecologia e disciplinas correlatas**. Anais do Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do sudeste. 2001, Rio Claro: UNESP/CNPq. 2002. p. 31-47.

WANDERLEY, M. N. B. “Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: conceito e realidade”. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo. n. 537. 1976. 44 p.

ZAMBONIM, R. M., et al. Proposta de manejo sustentado do cipó-liaça (*Heteropsis rigidifolia* Engl). In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 2000, Brasília. **Anais...** Brasília: 2000. 75 p.

ANEXOS

ANEXO 01 – Lei nº 0631 sobre manejo de cipós no estado do Amapá

Lei nº 0631, de 21 de novembro de 2001, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2669, de 21.11.01

Dispõe sobre procedimentos para a extração, transporte e comercialização de espécies vegetais produtoras de fibra de cipó-títica (*Heteropsis spp*) e similares em todo o estado do Amapá e dá outras providências.

O GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Considerando o disposto no Art. 310 da Constituição do Estado do Amapá e o estabelecido na Lei Estadual nº 388/97 fica permitido no âmbito do território do Estado do Amapá, a extração, o transporte e a comercialização de espécies vegetais produtoras de fibra tipo cipó-títica (*Heteropsis spp*), cipó cebolão (*Clusia spp*) e similares, desde que, provenientes de planos técnicos de condução e manejo e previamente licenciados pelo órgão estadual de meio ambiente.

Art. 2º - A extração, o transporte e a comercialização dos produtos além de outras definidas na legislação ambiental, serão realizados sob as seguintes condições:

I – emissão de licença ambiental para a extração de produtos pelo órgão estadual do meio ambiente.

II – emissão de autorização ambiental pelo órgão estadual de meio ambiente, para o transporte dos produtos na área de jurisdição do Estado do Amapá.

III – emissão de licença ambiental pelo órgão estadual de meio ambiente, para o embarque dos produtos para fora da área de jurisdição do Estado.

Art. 3º - A quantidade do produto a ser extraída por empreendimento / empreendedor / área / mês, será definida pelo órgão estadual de meio ambiente e aprovada por Resolução emitida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA.

Parágrafo único – O órgão estadual de meio ambiente, considerando a necessidade de recuperação vegetativa das espécies vegetais descritas no artigo 1º desta Lei, estabelecerá em regulamento, os períodos proibidos para a extração.

Art. 4º - Fica determinado que para a concessão da licença ambiental prevista no Inciso III do artigo 2º desta Lei, deverá o órgão estadual de meio ambiente submetê-la ao referendo da Comissão de Acesso aos recursos da Biodiversidade – CARB, criada pela Lei Estadual nº 0388/97.

Art. 5º - Fica o órgão ambiental do Estado autorizado para estabelecer procedimentos administrativos necessários para o cumprimento desta Lei, inclusive para cobrança de taxas sobre a emissão de autorizações ou licenças.

Art. 6º - Deverão os poderes Executivos Estadual e Municipal, possibilitar e incentivar a prática do associativismo entre os agroextratores locais, objetivando facilitar agregação de valor, o uso sustentável dos produtos e o controle ambiental.

Art. 7º - VETADO

Art. 8º - Deverá o poder Executivo Estadual desenvolver programas de incentivo a melhorias tecnológicas para o manejo, aproveitamento e beneficiamento dos produtos.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Macapá – AP, 21 de novembro de 2001.

JOÃO ALBERTO RODRIGUES CAPIBERIBE
GOVERNADOR DE ESTADO

ANEXO 02 – Roteiro das entrevistas com agroextratores

1.0) INFORMAÇÕES GERAIS

- Quantidade de pessoas na família;
- Idade;
- Escolaridade;
- Quem está ligado a atividade agrícola?
- Área da propriedade;
- Forma de acesso à terra;
- Origem da família (se amapaense ou não);
- As fontes de renda;
- Elencar os principais cultivos, criações e atividades extrativas;
- Qual a importância do cipó-titica e/ou outros cipós para a família (renda) ?

2.0) Caracterização dos sistemas de produção animal e vegetal:

- Definir a distribuição das atividades ao longo do ano;
- Que tipos de produtos são consumidos pela família?
- Como é feita a comercialização dos produtos?
- Onde é vendido o produto?
- Que problemas a família possui com a produção e comercialização?
- Por que se produz desta maneira (prática)?
- Verificar como era a atividade antes (agrícola e extratora)?

3.0) Percepções sobre os recursos naturais:

- Como era e como é hoje a floresta onde é feita a extração de cipó (na propriedade da família e na comunidade)?
- Quanto produzia a floresta antes e agora? (na propriedade e na comunidade)?
- Você pensa que é importante manter (conservar) a floresta?
- Qual o nível de satisfação da família com a situação atual?
- Como é visto a orientação de manejo cipó-titica feita pelos órgãos do governo (RURAP, SEAF, IEPA, etc)?
- Você entende que é importante ter um manejo do cipó de uma forma que vocês também julguem adequada e não só os técnicos?

- Sugestão para sanar os problemas encontrados;

4.0) Organização da vida social:

- As pessoas se reúnem na comunidade?
- Com que frequência?
- Como as pessoas se reúnem na comunidade?
- Como é vista a associação dos agroextratores pelo IEPA, RURAP, Prefeitura?
- Como melhorar a atuação destes órgãos e entidades?
- Como é visto a orientação de manejo cipó-titica feita pelos órgãos do governo (RURAP, SEAF, IEPA, etc)?

5.0) O significado de ser agricultor e perspectivas para o futuro:

- Motivos de estar na profissão;
- Contentamento com esta atividade;
- Perspectivas para os filhos e netos;
- Perspectivas em relação a propriedade (como vê e como gostaria que fosse).

ANEXO 03 – Questionário aplicado a extratores de cipós

1. Identificação da família:

Nome	origem	idade	escolaridade

2. Quem está ligado a atividade agrícola?

- homem
 mulher
 filhos
 todos

3. Quais as fontes de renda?

- roça
 cipó
 comércio
 outros _____

4. Se a renda maior da família for o cipó, o que representa em termos monetários:

- 20% da renda mensal
 40% da renda mensal
 metade da renda mensal
 100% da renda mensal
 outros _____.

5. Se produz artesanato com o cipó, quem da família é responsável?

- homem
 mulher
 filhos

() outros _____

6. Quem faz o manejo do cipó-titica?

() homem

() mulher

() filhos

() outros _____

7. Com quem aprendeu a extrair cipó?

() pai

() vizinho

() mãe

() outros _____

8. Por que escolheu essa atividade?

9. Como a família gostaria que fosse a atividade de extração?

10. Como a família gostaria que fosse a atividade de agricultura?
